



Universidade Federal da Paraíba
Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes
Programa de Pós-Graduação em Comunicação

**A CONSTRUÇÃO DO CONCEITO DE CRIANÇA E ADOLESCENTE
NO JORNAL IMPRESSO DE JOÃO PESSOA**

JOELMA DA SILVA OLIVEIRA

João Pessoa
2010

JOELMA DA SILVA OLIVEIRA

**A CONSTRUÇÃO DO CONCEITO DE CRIANÇA E ADOLESCENTE
NO JORNAL IMPRESSO DE JOÃO PESSOA**

Dissertação apresentada como requisito para
obtenção do título de Mestre junto ao
Programa de Pós-graduação em Comunicação
da Universidade Federal da Paraíba.

Orientador: Prof. Dr. Wellington José de Oliveira Pereira

João Pessoa
2010

O48c Oliveira, Joelma da Silva.

A construção do conceito de criança e adolescente no jornal impresso de João Pessoa / Joelma da Silva Oliveira. - - João Pessoa: [s.n.], 2010. 115 f.

Orientador: Wellington José de Oliveira Pereira.

Dissertação (Mestrado) – UFPB/CCHLA.

1.Comunicação. 2.Jornalismo. 3.Mídia. 4.Cotidiano.

UFPB/BC

CDU: 007(043)

JOELMA DA SILVA OLIVEIRA

**A CONSTRUÇÃO DO CONCEITO DE CRIANÇA E ADOLESCENTE
NO JORNAL IMPRESSO DE JOÃO PESSOA**

Aprovada pela Banca Examinadora em ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Wellington José de Oliveira Pereira
Orientador/PPGC/UFPB

Prof. Dr. Derval Gomes Gólzio
Examinador/PPGC/UFPB

Prof. Dr. Giuseppe Tosi
Examinador/PPGF/UFPB

Dedico este trabalho aos que acreditam na
Comunicação como instrumento da vida cotidiana
e, através dela, ousam pensar em possibilidades
para a transformação social.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Maria Oliveira e Joaquim Mateus, pela dedicação de toda a vida, indispensável ao meu crescimento pessoal e profissional.

Ao meu avô José Mateus (*in memoriam*) e, por extensão, a toda a minha família pela credibilidade incondicional.

Ao professor Wellington Pereira pela orientação na busca dos objetivos traçados.

Aos colegas do mestrado: Ana Regina Teixeira, Ana Priscila Clemente, Cândida Nobre, Igor Ramady, Livia Cirne, Lucas Milhomem, Lucy Regina, Patrícia Monteiro e Rostand Melo pelos momentos que nos proporcionaram crescimentos acadêmico e pessoal.

Aos professores do PPGC pela parceria na construção do conhecimento e realização do trabalho.

Às amigas Rose Veloso e Inez Bassanezi pelo estímulo, especialmente nos momentos que pareciam mais difíceis de continuar.

Ao amigo e professor Severino Lucena pelo incentivo e confiança.

Aos professores, Dr. Giuseppe Tosi e Dr. Derval Gólzio, pelas contribuições na Banca Examinadora.

Ao amigo e ex-professor Severino Gomes pelos desabafos e partilhas em muitos momentos.

Aos que depositaram credibilidade e respeito ao tema escolhido para este trabalho, especialmente, os profissionais que atuam na defesa e promoção dos direitos da infância e adolescência.

Na mídia contemporânea, deparamos, não com a ausência de histórias, mas com sua proliferação, tanto no interior como ao redor dos textos da mídia. Também observamos cada vez mais a turvação das fronteiras entre informação e entretenimento, fatos e histórias, turvação que muitos acham perturbadora, mas que ninguém pode ignorar. Ainda temos a capacidade de relacionar os produtos da mídia com a experiência, não obstante sua capacidade de alienação.

(Roger Silverstone)

A ênfase excessiva de crianças em contextos violentos e de crimes nos noticiários e a ênfase excessiva de crianças boas e inocentes nos anúncios indicam que as construções infantis tendem a ser ainda mais distorcidas na mídia puramente comercial.

(Cecília Von Feilitzen)

RESUMO

A presente pesquisa tem como objeto o discurso sobre a criança e o adolescente no jornal impresso de João Pessoa, cuja base teórica de sustentação é o Cotidiano e a Análise de Discurso, observando o modo de produção da notícia atravessado por questões sociais, culturais, ideológicas, entre outras. Sua importância encontra-se na revelação do discurso jornalístico como elemento do cotidiano e das interações sociais que merecem reflexões e análises, apontando a dimensão modeladora da mídia sobre o conceito do sujeito da pesquisa, além de contribuir para o aprofundamento teórico sobre o tema. A ideia principal do trabalho está baseada na verificação dos campos discursivos em que a criança e o adolescente são o foco da notícia; e na análise do jornal enquanto espaço de discursos plurais institucionalizados que contribuem para reforçar o papel e o poder dos meios de comunicação. Concluímos, então, que a atitude de uma sociedade em relação às crianças e aos adolescentes também se reflete na mídia, e o jornal impresso se apresenta como um suporte que aponta várias dimensões na construção do conceito da criança e do adolescente por ser um meio que veicula, ao mesmo tempo, informação e opinião.

Palavras-chave: Comunicação. Mídia. Jornalismo. Cotidiano. Criança e adolescente.

ABSTRACT

This research has as its object the discourse on children and adolescents in the newspapers of João Pessoa, whose theoretical support is the Quotidian and Discourse analysis, observing the mode of production of news through social, cultural and ideological issues, among others. Its importance is in the revelation of the journalistic discourse as part of daily life and social interactions that require analysis, pointing to the influential aspect of the media on the concept of the research subject, besides contributing to theoretical approaches on the issue. The main idea of the work is based on investigation of discursive fields in which children and adolescents are the focus of news, and, analysis of the newspaper as an area of multiples institutionalized discourses that contribute to reinforce the role and power of the media. We conclude that the attitude of society towards children and adolescents is also reflected in the media, and the newspaper as being a supporting media that indicates several dimensions in the construction of the concept of child and adolescent, for being a media that carries, at the same time, information and opinion.

Key-words: Communication. Media. Journalism. Quotidian. Child and adolescent.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
Metodologia	14
CAPÍTULO I	
1. MÍDIA: DO QUE SE TRATA?	15
1.1. Jornalismo à luz das teorias	19
1.2. Do acontecimento à notícia: a lógica midiática	25
2. Cotidiano: reflexões conceituais	27
2.1. A construção social da realidade no cotidiano	31
2.2 cotidiano pelo prisma do interacionismo simbólico	33
3. Jornal impresso: o cotidiano mediado	34
3.1. A institucionalidade das fontes	37
CAPÍTULO II	
2. CONTEXTO HISTÓRICO E CULTURAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE NA MÍDIA	40
2.1. Conceito de criança versus sentimento de infância	42
2.2. A Criança no cotidiano midiático.....	43
2.3. Os instrumentos legais de garantia dos direitos da criança e do adolescente	46
2.4. Os mecanismos nacionais de proteção da criança e do adolescente	48
2.5. Os instrumentos de garantia de direitos na visão da mídia	55
CAPÍTULO III	
3. O CONCEITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE NOS JORNAIS PARAIBANOS	59
3.1. Trabalho infantil em foco	61
3.2. O discurso sobre a violência contra a criança	65
3.3. Saúde e educação como temas midiáticos	68
3.4. A criança como responsável por atos infracionais	72
3.5. A cobertura dos eventos celebrativos	79
3.6. Vozes legitimadoras do discurso no jornal impresso de João Pessoa	82
CONCLUSÃO.....	85
REFERÊNCIAS	87
APÊNDICE – Quadro resumo das matérias analisadas	94
ANEXO – Matérias analisadas	97

1 INTRODUÇÃO

Os processos comunicativos têm se apresentado como relevantes em consonância com várias áreas do conhecimento, especialmente com a Sociologia e a Linguística. Em meio a esse processo de interdisciplinaridade, a construção de sentido constitui objeto de estudo, tendo a informação como elemento.

Em pleno século XXI não é admissível entender a comunicação apenas como um processo de transmissão de informações, de imposição de ideias ao outro ignorando sua capacidade de interpretação, seu conhecimento e vivência cultural. Em outras palavras, é preciso levar em conta, nesse processo, tanto o que se diz quanto o que não se diz, considerando o contexto de quem diz e de quem recebe.

Desse modo, o cotidiano representa referência para a construção da notícia que adentra nossas vidas através dos vários suportes midiáticos, entre eles o jornal impresso. É indiscutível que a mídia tem se apresentado com tal poder, tornando o cidadão um consumidor de produtos discursivos, a exemplo da notícia dos jornais.

Segundo Canclini (2008), os cidadãos do século XVIII foram transformados nos consumidores do século XXI, sobretudo no aspecto do consumo da notícia. A realidade não pode ser completamente diferente do modo como os agentes a interpretam, a internalizam, a re-elaboram, e a definem histórica e culturalmente.

A forma como determinados segmentos aparecem no discurso jornalístico provoca a necessidade de aprofundamento teórico e metodológico que explique como a instituição midiática e os processos a ela inerentes estão desempenhando seus papéis.

A presente pesquisa serviu de análise sobre a situação da criança e do adolescente considerando as notícias que apresentaram os referidos sujeitos sob vários contextos discursivos, buscando evidenciar como se estabelece a relação entre o jornalista e as fontes que resultam na transformação do acontecimento em notícias. Especialmente para verificar a intencionalidade no aumento do número de inserções de notícias sobre a criança e o adolescente nos jornais diários de João Pessoa, no período analisado.

A escolha pela Análise do Discurso, enquanto metodologia para estudar o processo de construção do conceito de criança e adolescente veiculado no cotidiano dos jornais, favorece o alcance dos objetivos porque são os discursos que revelam ou ocultam a intencionalidade.

A Análise do Discurso como método de pesquisa apresenta-se como orientadora por dois aspectos apontados por Benetti (2008, p. 107) - pela perspectiva do mapeamento de vozes e pela identificação dos sentidos. Desse modo, a Análise do Discurso foi um recurso metodológico capaz de investigar os discursos que permeiam o pensamento social a respeito da criança e do adolescente.

A experiência profissional da pesquisadora como assessora de comunicação de instituições, cujo público de atendimento é a criança e o adolescente, motivou a escolha pelo objeto de pesquisa na perspectiva de aprofundar um olhar crítico sobre o fazer jornalístico. Entendemos que ao estudar o processo de construção da notícia e, sobretudo, como os sujeitos são apresentados pela mídia contribuimos para fomentar outras discussões e aprofundar as existentes em relação aos processos de comunicação, principalmente quando paradigmas são revistos.

Através da análise dos discursos noticiados pela mídia, buscamos compreender como se estabelece a relação da instituição midiática e a mediação da construção da realidade a partir das fontes jornalísticas.

Os meios de comunicação assumem papel relevante na formação de opiniões e na difusão de atitudes, promovendo distintas possibilidades de se ver determinados temas ou sujeitos, considerando que o jornalismo se pauta em escolhas para apresentar o que é noticiável.

A proposta da pesquisa tem como objetivo analisar o discurso dos jornais locais nos textos noticiosos identificando o conceito de criança e adolescente construído pela mídia impressa local. Desse modo, identificamos a importância do estudo sobre o cotidiano como elemento indissociável na construção do conceito de sujeitos sociais.

No primeiro capítulo, trabalhamos o referencial teórico – conceito de cotidiano; a relação do cotidiano e mídia; o jornalismo à luz das teorias – organizacional, interacionista, *gatekeeper*, *newsmaker* e agendamento; a determinação da mídia para transformar o acontecimento em notícia; a construção da realidade no cotidiano; o jornalismo impresso no contexto do cotidiano mediado e a institucionalidade do discurso midiático.

O segundo capítulo foi dedicado ao contexto histórico e cultural da criança e do adolescente na mídia; o conceito de criança versus sentimento de infância; a literatura que traz os mecanismos legais sobre a criança em relação ao tratamento da comunicação; a criança no cotidiano midiático.

No terceiro capítulo, analisamos o material empírico. Experimentamos dividir o olhar do jornal em relação à criança nos contextos: trabalho infantil; violência contra a criança, saúde e educação; a criança como responsável pelo ato infracional; a cobertura dos eventos celebrativo; e, por fim, a participação das fontes enquanto vozes legitimadoras do discurso sobre a criança e o adolescente.

Apontamos no terceiro e último capítulo para a questão: como o jornalismo pode contribuir ou atrapalhar a efetivação dos direitos humanos de crianças e adolescentes?

Metodologia

A pesquisa teve como foco a análise da mídia impressa tendo como *corpus* três jornais diários de João Pessoa: Correio da Paraíba, O Norte e Jornal da Paraíba; com recorte temporal nos meses julho e outubro de 2007 e 2008, respectivamente. Foram analisadas 30 matérias do universo de 122 edições nas quais buscamos a criança e o adolescente como foco principal a ser retratado, ou que estivessem subtendidos.

Adotamos a Análise do Discurso como método porque reúne características que viabilizam a observação dos produtos culturais, a exemplo do foco da presente pesquisa. O método de análise do material jornalístico deu-se a partir dos textos jornalístico do gênero notícia, em uma abordagem do viés de eixos temáticos: Trabalho infantil em foco; O discurso sobre a violência contra a criança; Saúde e educação como temas midiáticos; A criança como responsável por atos infracionais; A cobertura dos eventos celebrativos.

Utilizamos as teorias do cotidiano, do jornalismo e da notícia. A análise das matérias dos jornais impressos teve com base o Interacionismo Simbólico, uma das teorias que problematizam o cotidiano.

Os procedimentos metodológicos contemplaram o levantamento do acervo bibliográfico sobre cotidiano, mídia e jornalismo impresso; a contextualização histórica e social da criança e do adolescente; análise documental (seleção e leitura) do material empírico.

CAPÍTULO I

1 MÍDIA: DO QUE SE TRATA?

Em primeiro lugar vamos buscar um consenso na utilização do termo mídia. O uso generalizado do termo ganha ênfase nos anos 90. Várias publicações, sobretudo as especializadas no estudo da comunicação, reportam-se à palavra mídia com a denotação de imprensa, veículo, meio de comunicação. A expressão às vezes empregada no plural ressalta a sua origem – *medium* (meios).

Apesar do largo emprego, é difícil encontrar uma definição consensual explícita do conceito de *mídia* entre os pesquisadores do campo da Comunicação. Seu uso predominante atual parte de uma quase extensão ou decorrência natural de conjunto de meios de comunicação (GUAZINA, 2004, p.3).

Nesse sentido, vamos nos referir ao termo mídia para designar o conjunto de meios de comunicação, a exemplo dos meios impressos, entre eles o jornal impresso – *corpus* da presente pesquisa.

A mídia também pode ser confundida ou comparada com o termo imprensa, mas ambos os conceitos precisam ser observados porque são distintos (PENA, 2007). O referido autor coloca que no conceito de mídia estão “incluídos todo o tipo de manifestação cultural presente no espaço público, como novelas e filmes”, e que o sentido de imprensa “refere-se à produção de notícias” (PENA, 2007, p. 31), portanto um meio de comunicação de massa.

E considerando a mídia o conjunto dos meios vamos estudá-la, com recorte na mídia impressa, para entender alguns fenômenos a partir do papel que ela assume no contexto atual, principalmente na disseminação de conceitos, preconceitos e estereótipos¹ sobre os vários sujeitos sociais.

¹ **Preconceito:** uma opinião pré-estabelecida, que é imposta pelo meio, época e educação. Ele regula as relações de uma pessoa ou de um grupo com a sociedade. Ao regular, ele permeia toda a sociedade, tornando-se uma espécie de mediador de todas as reações humanas. **Estereótipo** – é um conceito muito próximo do preconceito e pode ser definido como “uma tendência à padronização, com a eliminação das qualidades individuais e das diferenças; com a ausência total do espírito crítico nas opiniões sustentadas” (Shestakov).

Segundo Silverstone (2005, p. 19), “estudamos a mídia porque queremos respostas [...] respostas que sabemos que não podem ser conclusivas e que, de fato, não devem sê-lo”. Mas apesar das respostas inconclusas temos que analisar os fenômenos decorrentes do contexto da mídia.

O interesse em estudar a mídia deve-se ao fato de que esta se configura como instância de interação cada vez mais próxima do senso comum, com a realidade que a mesma expõe como verdade. Hernandez (2006, p. 19) fala do desafio da análise do jornalismo em relação à discussão sobre a verdade. Para o autor, “O senso comum vê a realidade como definitiva, pensa a existência de um mundo único e de uma verdade inquestionável”. Algo que merece atenção, especialmente pela velocidade com que a informação é acessada e pelo fato de que a interpretação de cada pessoa pode sofrer influência dessa velocidade.

A compreensão de que a mídia influencia positiva ou negativamente o cotidiano das pessoas é uma reflexão importante que justifica a pesquisa sobre essa relação: construção midiática e cotidiano. Especialmente sobre a construção de conceito de sujeitos sociais, disseminando a verdade como um efeito do discurso conforme coloca Hernandez (2006).

O estudo da mídia instiga um aprofundamento o qual requer a percepção de várias questões que perpassam as ciências humanas, a exemplo da construção da realidade, da construção do conceito dos sujeitos.

Enfim, os tempos são outros e estudar a mídia significa buscar explicação para aquilo que não observamos superficialmente através da leitura de um jornal, de um programa de informação televisivo ou radiofônico, ou seja, dos elementos constitutivos desse processo que vão além da emissão-recepção de uma mensagem, por meio de um canal.

A dinâmica para alcançarmos algum nível de resposta passa pela interdisciplinaridade; pelo olhar teórico-metodológico sobre as ciências que envolvem o cotidiano, capaz de explicar esse processo de construção social da realidade.

Por outro lado, tem sido cada vez mais necessário aprofundar os estudos e pesquisas que apontem reflexões sobre o fenômeno da comunicação e dos processos midiáticos. Esta pesquisa pauta-se na investigação do que a mídia produz, reproduz, explora e distorce dentro da construção social da realidade por sujeitos (profissionais do jornalismo) e instituições (empresas jornalísticas).

Definimos o jornalismo aqui como um campo constituído de todos os meios disponíveis a fim de que a notícia chegue ao público, e esse processo inclui a seleção,

produção, edição ou circulação de informações. O jornalismo como uma narrativa social expressa precisa ser estudado como uma ciência que agrega princípios que expliquem suas imbricações com o cotidiano.

O jornalismo tem como princípio contar os acontecimentos que mostram as experiências humanas através de uma narrativa de fatos que vão ser classificados a partir de critérios estabelecidos pela valorização dos fatos. Para Hernandez (2006, p. 63), “os jornais valorizam acontecimentos que mostram experiências humanas, que podem emocionar”. Emocionar, por sua vez, significa criar no público receptor reações previstas ou imprevisíveis ao contexto, à realidade do que se está noticiando.

Tal realidade é, para mim, uma das razões que torna manipuláveis essas ocorrências, isto é, que permite o seu tratamento através de determinadas linguagens, como a linguagem escrita ou a linguagem das imagens, pois os acontecimentos necessitam ser comunicáveis para se tornarem referentes dos discursos jornalísticos e serem, conseqüentemente, comunicados (SOUSA, 2002, p. 21).

Convivemos cada vez mais com uma sociedade midiaticizada. O conjunto dos meios de comunicação - impresso, audiovisual, virtual - se encarrega de construir e direcionar as informações que nos orientam a tomar decisões, criar expectativas, viver em sociedade. O jornalismo passa a ser respaldado nas configurações de um mundo real construído a partir do que será apresentado como fiel e representativo do cotidiano das pessoas, através da produção e interpretação de significados sobre um fato apresentado como real e verdadeiro.

E nos interessa investigar como essa produção acontece e interfere na construção do conceito do sujeito social. Nesse sentido, estudar a intervenção da mídia na sociedade contemporânea implica considerar suas características, percebendo as particularidades de cada veículo, no nosso caso, o jornal impresso. Tais particularidades se revelam desde a construção do texto pelo jornalista até às (im) posições da empresa jornalística.

Assim, o jornal como a televisão, por exemplo, resguardando todos os aspectos que perpassam as questões gerais como verdade, realidade, objetividade, público, precisa considerar as mudanças econômicas que ditam as regras para atrair e manter o leitor.

Segundo Hernandes (2006), uma pesquisa mostrou que os proprietários de jornais e revistas afirmam que seus produtos são para a elite, os chamados “formadores de opinião”. Dessa forma, o jornal não pode apresentar características similares às de vinte ou trinta anos atrás.

A exigência do mercado impõe mudanças, adaptações, estratégias de concorrência, especialmente pelas inovações impostas pela apropriação de uma mídia por outra, ou a denominada “convergência dos meios”. Além da manutenção do público, cabe ao jornal o definir estratégias para sobreviver.

Cada veículo resguarda características próprias e reforça as técnicas para atingir seus objetivos, de modo que, “através de processos de apropriação localizada, os produtos da mídia são transplantados para os conjuntos de práticas que modelam e alteram seus significados” (THOMPSON, 1998, p 156).

Thompson faz referência a um aspecto interessante que é a globalização da comunicação, da apropriação dos produtos veiculados pela mídia. E o sentido de globalização conduz a vários processos, sobretudo, de que maneira os sujeitos sociais vão ser representados. Nesse sentido, e de certo modo contraditório, a globalização impõe condições, considerando elementos particulares, característicos de cada veículo e recepção.

Contudo, tratar da globalização não se resume ao aspecto da apropriação dos meios, ao aspecto espacial e geográfico pelo acesso à informação. E sim, em relação ao aspecto da forma, como os jornais lidam com a informação e a representação dos sujeitos, caracterizando um elemento importante na dinâmica imposta pelos aspectos apontados, especialmente para atrair e manter os públicos.

O jornal enquanto suporte está inserido nas velhas mídias (LIMA, 2007). Mas isso não significa que o jornal esteja imune às mudanças provocadas, sobretudo, pelas novas mídias: “os computadores multimídia, CD-ROM, aparelhos de fax, bancos de dados portáteis, livros eletrônicos” (DIZARD, *apud* LIMA, 2007, p. 26). O papel do jornalismo não se resume ao relato de fatos ou acontecimentos, mas compreende também a construção de sentidos e mediações que perpassam a vida cotidiana.

Quanto à natureza da comunicação, vários autores têm chamado a atenção para a diferença existente entre tecnologias de comunicação que poderiam ser chamadas de velha mídia e outras que podem ser identificadas como

nova mídia. A velha mídia refere-se basicamente à imprensa, ao cinema, ao rádio e à televisão aberta (LIMA, 2007, p. 26).

O fato é que o jornal, como as demais mídias, representa um elemento de mediação do cotidiano. Como enfatiza Pena (2007, p. 31): “o homem comum não se informa mais pelos relatos da praça, mas sim pelo que os mediadores do novo espaço público trazem até ele”. Esse novo espaço pode ser definido como a mídia e, mais especificamente, o jornalismo.

A mediação da realidade pelo jornalismo será parte do nosso objeto de pesquisa por ser através da intervenção que o jornalismo se fortalece e se reveste, enquanto respaldo da estrutura social, econômica e política.

São muitas as teorias que explicam o jornalismo. No jornalismo diário, o resultado do processo de observação, interpretação e tratamento do fato jornalístico é a notícia, mas o conceito de notícia, assim como os critérios que a determinam, é diversificado.

1.1. Jornalismo à luz das teorias

A pesquisa não tem como foco a abordagem histórica do jornalismo, porém não podemos prosseguir sem considerar alguns aspectos relevantes para que contextualizemos o papel e força do jornalismo nos dias de hoje, em especial, a relevância do mesmo no cotidiano.

Para explicar o papel e relevância do jornalismo mediante as mudanças de ordem técnica e histórica faz-se necessário contextualizá-lo a partir das teorias. Enquanto disseminador de informação, o jornalismo não pode ser abordado sem que mostremos a sua relação com interesses econômicos e políticos. Uma relação que, segundo Sousa (2002), oculta alguns fatores que o público, em geral, não observa e reforça os interesses econômicos ou políticos.

O jornalismo funciona como “agentes de vigilância e controle dos poderes” (SOUSA, 2002, p. 18), notadamente dos poderes político e econômico. E acrescenta que,

A relação entre jornalistas e os acontecimentos e as pessoas nestes envolvidas, a seleção e hierarquização dos elementos expostos nos enunciados jornalísticos e a escolha de termos nos discursos jornalísticos pressupõem, por si só, a existência de critérios e juízos de valor (SOUSA, 2002, p. 19).

Observamos que a constituição do jornalismo perpassa vários aspectos que serão explicados pelas teorias. Certamente não vamos esgotar os referenciais acerca das teorias do jornalismo, porém abordaremos aquelas que respaldam a concepção do jornalismo como um campo de construção da realidade, campo em que alguns elementos, a exemplo do poder, são importantes para a formatação do que constitui o jornalismo até hoje.

A ideia de relação entre o jornalismo e os interesses econômicos e políticos pode ser ratificada pela Teoria Organizacional (PENA, 2007. TRAQUINA, 2005) e pela Teoria Interacionista (TRAQUINA, 2005). O jornalismo como objeto de estudo apresenta-se sob a ótica de várias teorias e críticas (PENA, 2007), a exemplo de outras teorias que abarcariam com certeza outros aspectos: teoria do espelho – a mais antiga, a qual defende que as notícias são como são porque a realidade assim as determina.

A teoria do *newsmaking* leva em consideração critérios como noticiabilidade, valores-notícia, constrangimentos organizacionais, construção da audiência e rotinas de produção. Segundo a teoria do *gatekeeper*, o jornalista desempenha o papel de porteiro, selecionador responsável pela progressão da notícia ou por evitar sua publicação.

De fato, todas as teorias apresentam relação com a construção da notícia e, de alguma forma, colaboram para explicar o desdobramento do fazer jornalístico. E, certamente, estabelecem algum grau de influência entre si, porém não nos interessa observar quando e como ocorre essa influência.

Interessa-nos compreender como o jornalismo constrói, reproduz e modifica realidades a partir da produção da notícia, do discurso. Desse modo, as teorias organizacional e interacionista serviram de base para entender o jornalismo como campo empresarial, assim como entender o processo de produção que resulta na notícia, construindo conceitos de sujeitos sociais.

A teoria organizacional parte do princípio de que “toda organização dispõe de meios específicos para realizar seu trabalho e eles influenciam diretamente o resultado desse trabalho, ou seja, o produto final” (PENA, 2007, p. 135). De acordo com a teoria

interacionista, a pressão do tempo constitui um dos elementos de interferência na relação do profissional com a empresa, “os jornalistas vivem sob a tirania do fator tempo” (TRAQUINA, 2005, p. 181).

Os principais elementos que constituem ambas as teorias são importantes para entender a influência sobre a construção da notícia e, conseqüentemente, do conceito de sujeitos sociais. Por um lado, a teoria organizacional mostra que o trabalho jornalístico “é dependente dos meios utilizados pela organização” (PENA, 2007, p. 135). Por outro lado, a teoria interacionista diz que “as notícias são o resultado de um processo de produção, definido como a percepção, seleção e transformação de uma matéria-prima” (TRAQUINA, 2005, p. 180).

Esses elementos combinados significam a contextualização da notícia definida como “um artefato construído pela interação de várias forças, que podemos situar ao nível das pessoas, do sistema social, da cultura, do meio físico e tecnológico e da história”. (SOUSA, 2002, p. 17). Embora Sousa aponte que a ideia última dada à notícia seja a do público,

Os meios jornalísticos contribuem ainda para dotar essas ocorrências, ideias e temáticas de significação, isto é, contribuem para que a essas ocorrências, ideias e temáticas seja atribuído um determinado sentido, embora a outorga última de sentido dependa do consumidor (SOUSA, 2005, p. 17).

A atribuição de sentido ao acontecimento transformado em notícia não é gratuita. A empresa jornalística está respaldada nos objetivos econômicos e para atingi-los utiliza estratégias que os viabilizem. O que explica que na “contemporaneidade, as representações substituem a própria realidade” (PENA, 2007, p. 29).

Se retornarmos às teorias do jornalismo, vamos observar que a partir da teoria organizacional o jornalismo se caracteriza como um negócio. Ele é responsável por um produto, cada vez mais valorizado pela ótica da organização e dos profissionais que nela atuam. É estabelecida a necessidade de adequação para manter a relação e estreitar os laços com o consumidor da notícia.

Na ótica do senso comum, a produção da notícia se apresenta óbvia e intuitiva. Martino (2003, p. 107) diz que “a inocência dessa perspectiva é rapidamente desmentida

quando conhecemos as características da transformação do cotidiano em quantidades compactas de texto e imagem, pacotes de informação contendo os acontecimentos reais”.

Beltrão (2006) diz que o jornal, por ser uma instituição social, é também uma empresa industrial e comercial, que fabrica e vende um produto especialíssimo: os fatos e acontecimentos que se transformam em notícia. Citando Gonçalves, Beltrão (2006, p. 16) explica o que define uma empresa jornalística: “a gestão econômica torna-se distinta da direção intelectual ou política, surgindo como nova entidade jurídica: a empresa jornalística, e convertendo-se o jornal em produto industrial”.

Nessa direção, considerando o jornalismo uma empresa jornalística, Traquina observa que além da necessidade de “andar atrás da “notícia” era preciso encher o jornal com notícias que poderiam interessar os leitores”. (Traquina, p. 56). E a concepção de negócio confere ao jornalismo novas configurações. Entre elas, o amadurecimento da profissão de jornalista.

Se por um lado, a ênfase está em um processo de socialização organizacional em que é sublinhada a importância de uma cultura organizacional, e não de uma cultura profissional (TRAQUINA, 2005, p, 153), observamos que o jornalista vive sob a tirania do tempo. Isso implica em um desdobramento da cobertura dos fatos que, conseqüentemente, vai influenciar na forma de representar a realidade. As normas editoriais serão mais decisivas que as convicções do jornalista na exposição dos fatos.

A teoria organizacional sublinha a importância dos constrangimentos organizacionais sobre a atividade profissional do jornalista e considera que o jornalista se conforma mais com as normas editoriais e política da organização do que com quaisquer crenças pessoais que ele ou ela tivesse trazido consigo (BREED *apud* TRAQUINA, 2005, p, 152).

Por esse prisma, o jornalismo, enquanto resultado da pressão profissional, traz consigo a marca do conformismo para estabelecer um vínculo estável e duradouro. Para explicar esse vínculo, Traquina (2005) utiliza a classificação de Breed (1995) para identificar os fatores que favorecem o que ele denomina “conformismo” - autoridade institucional e as sanções; os sentimentos de obrigação e de estima para com os superiores; as aspirações de mobilidade; a ausência de grupos de lealdade em conflito; o prazer da atividade; e as notícias como valor.

Essa classificação não é suficiente para explicar por si o que leva o jornalismo a ser um campo de representação e construção da realidade. Mas observamos que a linha editorial que norteia a empresa constitui um diferencial nessa dinâmica. “A linha editorial da empresa jornalística é geralmente seguida, e que a descrição da dinâmica situação sócio-cultural da redação sugerirá explicações para este conformismo” (Traquina, 2005, p. 157).

Associada à questão da postura da linha editorial da empresa está a ideia de autonomia profissional. Traquina usa a expressão de Curran (1990) “autonomia consentida”, expressão utilizada para explicar que a autonomia do jornalista é permitida enquanto for exercida em conformidade com os requisitos da empresa, revelando a importância da organização jornalística.

Acreditamos que a autonomia do jornalista vai terminar, independentemente da linha editorial do jornal, com a interlocução com as fontes. Pena (2007, p. 57) explica que “a fonte de qualquer informação nada mais é do que a subjetiva interpretação de um fato”. E acrescenta que “sua visão sobre determinado acontecimento está mediada pelos “óculos” de sua cultura, sua linguagem, seus preconceitos”.

Assim, a relação estabelecida entre jornalista e fonte necessariamente constitui um diferencial na construção da notícia e, de certa forma, direciona a tomada de decisões no momento dessa construção. E tanto o jornalista quanto a fonte desempenham papel fundamental na decisão do que se diz ou deixa de dizer.

Para atender as necessidades da empresa, o profissional precisa produzir a matéria-prima do jornalismo, a informação, manter o ritmo de produção para transformar os acontecimentos em notícias e garantir a circulação diária do jornal.

Sousa (2002, p. 25) defende que “os acontecimentos são transformados em notícias pelo sistema jornalístico”. Como já citamos, a mídia transforma em notícia qualquer acontecimento, desde que corresponda aos interesses vigentes na estrutura organizacional jornalística.

Vale ressaltar que “as notícias são o resultado de um processo de produção, definido com a percepção, seleção e transformação de uma matéria-prima (os acontecimentos) num produto (as notícias)” (TRAQUINA, 2005, p. 180). Desse modo, o critério de noticiabilidade torna-se importante para verificarmos o processo de construção da realidade e de conceitos dos sujeitos.

Para explicar alguns elementos determinantes que colaboram para a transformação de um fato ou acontecimento em notícia, Sousa (2002) cita Monteiro (1993) para apontar três momentos desse processo: produção, circulação e objetivação.

A produção é o “processo pelo qual se selecionam e elaboram os acontecimentos suscetíveis de transformar-se em notícias” (SOUSA, 2002, p. 26). Observamos que a produção de notícias revela a inter-relação entre os interesses dos diferentes grupos, assim como entre as empresas de comunicação e os profissionais, do mesmo modo entre as fontes e o público.

A circulação, segundo o referido autor, é “o processo através do qual os temas do dia se convertem em elemento de debate público”. A produção de efeitos da informação a curto prazo é uma característica da circulação.

O processo da objetivação se configura como sendo aquele em que alguns elementos da informação se convertem em elementos consolidados e persistentes no pensamento coletivo e, por consequência, em elementos que tomam parte da realidade social. Ao contrário da circulação, que é um “processo a longo prazo não determinado em exclusivo pelos meios de comunicação, mas depende de outras situações que dão sentido ao mundo real” (SOUSA, 2002, p, 26).

Compreendemos que o primeiro momento do processo de transformação de um fato da em notícia – produção – passa pela tomada de decisão da empresa e dos profissionais. A segunda – circulação – significa o processo de gerenciar como os acontecimentos se tornarão notícia. E a objetivação acontecerá mediante outros fatores ou situações que não dependem exclusivamente dos meios de comunicação.

Esses elementos combinados significam a contextualização da notícia definida como “um artefato construído pela interação de várias forças, que podemos situar ao nível das pessoas, do sistema social, da cultura, do meio físico e tecnológico e da história” (SOUSA, 2002, p. 17). A construção social da realidade, como o jornalismo apresenta diariamente, o que se passa, quer no âmbito público ou privado, é norteado pela relação entre empresa jornalística e profissional. E o discurso que circula na sociedade assume características que são consideradas mediante o valor da notícia.

1.2 Do acontecimento à notícia: a lógica midiática

A notícia é uma forma de ver, perceber e conceber a realidade. E essa visão ou percepção é mediada pelo sistema jornalístico. O papel da mídia no contexto da comunicação, assim como estudo do jornalismo nos leva a entender o elemento-chave desse contexto: a notícia.

Como salientamos, a notícia não se esgota na sua produção, especialmente por constituir um processo longo que insere vários elementos que vão desde o fator pessoal de quem (re) constrói a notícia, às forças que alimentam a dinâmica de produção e circulação da mesma.

Nesse sentido, “a imagem que a mídia constrói da realidade é resultado de uma atividade profissional de mediação vinculada a uma organização que se dedica basicamente a interpretar a realidade social e mediar os que fazem parte do espetáculo mundano e o público” (VIZEU, 2008, p. 13). Ou seja, a notícia ganha contornos, realces para de fato ser concebida com tal.

Os critérios de noticiabilidade estão intrinsecamente envolvidos na ideia do “reconhecimento de como um acontecimento pode ser visualizado como importante ou como uma indicação de um desenvolvimento dramático” (TRAQUINA, 2005b, p. 74). Pais (2003, p. 189) reforça esse pensamento ao afirmar que,

O acontecimento é proveniente, aqui, de um dizer que não é de um simples recurso para descrever o mundo (a fala do apresentador, do jornalista ou da testemunha), mas uma construção com fins de revelação de uma determinada verdade sobre o mundo. Essa construção é, então, exibida (na imprensa, no rádio, na televisão), e para tanto ela é objeto, como no teatro, de uma *mise-en-scène* nos dispositivos instalados pelas mídias.

A mídia assume a incumbência que Alsina (2009) vai definir como “autolegitimação” com o objetivo de dar sentido aos acontecimentos que serão veiculados como notícia. “A própria mídia é a primeira que realiza uma prática contínua de autolegitimação para reforçar esse papel” (ALSINA, 2009, p. 47).

A forma de atuação da mídia na sociedade contemporânea reflete mudanças substanciais no modo de fazer jornalismo. O jornalismo já foi feito seguindo orientações vistas como naturais, inteiramente da responsabilidade de Deus ou do Diabo, como se referiu o diretor de um jornal norte-americano, em 1960, se comprometendo a fornecer notícias regularmente, uma vez por mês (TRAQUINA 2005a, p. 56).

O jornalismo hoje e, talvez, há mais tempo, não depende dos acontecimentos naturais para realizar seu processo cada vez mais acelerado na produção e circulação da informação. A mediação dada pela empresa ultrapassa os limites pessoais do profissional e influencia o pensamento coletivo da sociedade. O coletivo a que nos referimos são as fontes que subsidiam o processo de construção da notícia.

Tudo o que o jornalismo faz circular enquanto notícia compreende um processo de interações e escolhas. Ou seja, um “processo de percepção e interação da realidade, então, é a parte mais importante da hora de reportar os fatos e testemunhos” (PENA, 2007, p. 59).

É importante registrar que as mudanças porque passaram o jornalismo e o processo de valorização institucional foram fortalecidos no século XIX. O fazer jornalístico adquiriu um aspecto comercial, as empresas passam a aumentar a circulação como meio de garantir a renda gerada através das vendas de anúncios e comerciais.

O crescimento na circulação dos jornais foi acompanhado por mudanças significativas na natureza e no conteúdo dos mesmos. Os jornais impressos diários deram maior atenção ao crime, à violência sexual, ao esporte e aos jogos de azar (SODRÉ, 1983).

Os jornais tornaram-se empreendimentos de grande porte. O tradicional proprietário que possuía um ou dois jornais como negócio familiar, deu lugar ao desenvolvimento de organizações com estruturas complexas, capazes de acompanhar e fomentar o mercado midiático.

Segundo Traquina, a separação entre informação e opinião é o paradigma que norteia o jornalismo moderno, que passa a ser encarado como produto (2005, p.34). Esse fenômeno ocorre, especialmente, durante o século XIX. “Com o objetivo de fornecer informações e não propaganda, os jornais oferecem um novo produto – as notícias baseadas nos ‘fatos’ e não nas ‘opiniões’” (TRAQUINA, 2005a, p.34).

Desse modo, a nova configuração da troca de opiniões por fatos favorece a ideia que os fatos precisam ter o valor igual ou maior que a opinião, no sentido de garantir o que os jornais têm como meta – o valor comercial. Aqui aparecem atrelados a essa necessidade dois

elementos apontados por Traquina (2005a): a comercialização e a profissionalização dos seus trabalhadores.

Ao considerarmos as mudanças apontadas, somos levados a refletir sobre o processo que nos interessa na pesquisa: as referências, as representações ou os conceitos veiculados no jornal impresso. O valor da notícia e a relação estabelecida com o sujeito retratado no jornal é o foco do nosso trabalho.

A notícia é a informação transformada em mercadoria com todos os seus apelos estéticos, emocionais e sensacionais; para isso a informação sofre um tratamento que a adapta às normas mercadológicas de generalização, padronização, simplificação e negação do subjetivismo (MARCONDES FILHO, 1989, p. 13).

Nessa perspectiva, apontamos alguns elementos para entender como a mídia assume papel relevante na sociedade de hoje. Como a representação, os conceitos dos grupos ganham relevância associados à ideia de noticiabilidade sendo essenciais ao papel que assume o jornal diário, especialmente se convivemos numa realidade cujos fatos tornam-se relevantes mediante a força que eles carregam contra ou a favor de algum grupo.

2. Cotidiano: reflexões conceituais

Nosso trabalho tem como base conceitual a compreensão do cotidiano enquanto espaço de construção da realidade. Os conceitos de cotidiano serão explorados na direção de explicarmos sua relação com a construção social da realidade e, conseqüentemente, com a mídia, com o jornalismo.

Partimos do princípio da notícia como construto social, o que implica dizer que existe um olhar do jornalista e da empresa sobre o que pode ser utilizado do cotidiano. Abordaremos o cotidiano como propõe Maffesoli (1985, p.64), como um estilo e não como um conceito. “O

cotidiano como uma rota do conhecimento. Quer isto dizer que o cotidiano não é uma parcela isolável” (PAIS, 2003, p. 31).

O nosso objetivo de refletir sobre o cotidiano dá-se especialmente por ser no cotidiano que acontece a interação social, que resulta no processo de construção de uma realidade mediada pela mídia. Tão difícil quanto conceituar torna-se ignorar o cotidiano como essencial para explicar as várias situações existentes no mundo, principalmente o aspecto da valorização da mídia pelo homem.

A mídia constantemente se apropria do cotidiano, das ações individuais como acontecimentos para mostrar uma realidade decorrente do processo de percepção da sociedade sob uma ótica individualista. Como diz Pais (2003, p. 123): “ao definir o cotidiano como uma perspectiva que nos permite ver a sociedade a nível de indivíduos, torna-se conveniente dar atenção aos contextos dos indivíduos”. E diz ainda que, “os contextos dos indivíduos correspondem a idealizações normativas quotidianamente compartilhadas, embora na verdade, esses contextos não determinem as acções individuais” (PAIS, 2003, p. 116).

Os contextos mencionados por Pais estão relacionados às situações que regulam a vida social.

Os elementos do meio social relevantes para os indivíduos: normas, regras, nortes de orientação, bússolas cognitivas, mapas de significação e representações sociais que regulam distintos estilos de ações, distintas condutas comportamentais (PAIS, 2003, p. 123).

Na perspectiva da construção de conceitos, o jornalismo vai se apropriar dos vários contextos culturais, políticos e sociais para aproximar a vivência do dia a dia com a realidade que faz circular através das notícias. Qual leitor que a mídia quer atender?

Segundo Neveu (2006, p. 54), “o leitor ao qual se dirige essa imprensa não é mais compreendido na figura total do cidadão, mas através de seus componentes de identidade (aposentado, homossexual, pais de alunos) ou um de seus lazeres (jardinagem, ópera)”. Ou seja, a construção do conceito de sujeito tem início na identificação de um grupo social o qual possibilita algum nível de referência.

O jornalismo percorre o mesmo caminho para identificar os sujeitos ou grupos na notícia. Os sujeitos são apresentados considerando-se a identidade de receptor e posteriormente de sujeito (quem) na notícia. Trata-se de apresentar o cidadão por características que reúnem elementos que conduzem a uma identificação que não é a natural nem consensual por algum aspecto econômico, político ou jurídico, como a condição de criança ou adolescente². E a forma de apresentação receberia um posicionamento ideológico, construído socialmente.

De fato, o jornal se encarrega de tornar noticiável tudo que se passa no cotidiano das pessoas e instituições. “O cotidiano manifesta-se como um campo de ritualidades” (PAIS, 2007, 28). O jornalismo é um campo de ritualidades. A construção da notícia precede a todo um ritual apontado anteriormente.

A compreensão da sociedade em nível de indivíduos pressupõe torná-los referência no tratamento das suas necessidades, suas vivências e interações, ou seja, que seu cotidiano seja mediado, uma vez que o jornalismo é apontado, por vários autores, como a “narrativa do presente”. Assim, o cotidiano permeia o nosso objeto por ser ele apresentado como retrato da vida cotidiana, especialmente porque o jornalismo, como afirma Pereira (2008, p. 29), “tem se comportado como campo que detém o domínio de expressar as falas cotidianas”.

A expressão do cotidiano constitui, portanto, uma forma de legitimação da interação existente para se concretizar a narração dos acontecimentos pelos jornais. Na concepção de Goffman citado por Tedesco (2003, p. 68), “os episódios da vida cotidiana estão imbricados num jogo de regras, ritos, mitos, significações, formas e conteúdos que se condicionam, constituindo relações sociais no ato da interação”.

Isso nos leva à busca da compreensão de como o jornalismo legitima o sujeito dos fatos narrados. A legitimação do sujeito, como conceito sugerido pelo campo jornalístico, abarca interpretações subjetivas que são objetivas no discurso apresentado.

Mas para relatar os fatos da vida cotidiana, o jornalismo deve se preocupar com o imaginário, sobretudo porque a vida cotidiana é resultado da interpretação dos homens (BERGER & LUCKMANN, 2008, p. 35). Nessa perspectiva,

² Por exemplo, para a Constituição Federal Brasileira, considera-se criança, para efeitos legais, a pessoa de até doze anos de idade incompletos; adolescente a pessoa que tem entre doze e dezoito anos de idade.

a escrita do jornalismo na vida cotidiana contemporânea deve se preocupar com o imaginário, pois é nele que se encontram as dialogicidades, capacidade de renovar conceitos, ligar as palavras a outras a partir do repertório de cada grupo, da estocagem [...] e do processamento de informação compartilhados no mundo da vida, longe dos cenários pré-estabelecidos (PEREIRA, 2008, p.35).

Como uma construção social e interpretada pelos homens, o que o jornal impresso veicula é necessariamente resultado de uma interação, inclusive ignorando de alguma forma a identidade do outro enquanto sujeito social.

Na concepção de Correia, “ao relacionarmos-nos com os outros e com o mundo, estamos constantemente a postular, implicar ou pressupor pretensões de validade no que respeita quer à verdade do que dizemos em relação ao mundo objectivo, quer à justeza do que fazemos ou dizemos com base nas normas e valores” (CORREIA, 1998, p.139).

Ou seja, o conteúdo veiculado constitui a relação que pressupõe considerar o outro enquanto agente de interlocução. É assim que percebemos cada vez mais que o papel desempenhado pelo jornalismo necessita de uma reflexão adequada sobre concepção do mundo, sobretudo quando há uma tendência em utilizar um discurso pautado nas escolhas que dão maior relevância para os temas, assuntos que se enquadram na categoria do espetáculo, que apelam para a emoção e recorrem às fontes institucionalizadas para legitimar discursos.

É comum entendermos o cotidiano como “corriqueiro”, “dia-a-dia”, o que vivemos e com o qual convivemos sem uma preocupação sistemática ou metodológica. O que, de fato, não é verdade. Assim, tratar do conceito de cotidiano constitui antes de tudo fazer um giro teórico, sobretudo no campo da sociologia a fim de entender esse conceito ainda em constante reflexão.

Como afirma Pais (2003, p. 31), “o verdadeiro desafio que se coloca à sociologia do quotidiano é o de revelar a vida social na textura ou na espuma da aparente rotina de todos os dias, como a imagem latente de uma película fotográfica”. Nessa afirmação, reforçamos a relação estabelecida entre o cotidiano e a intenção de compreender como o jornal impresso se apropria dessa rotina diária para estabelecer o conceito do sujeito criança e adolescente.

Assim, podemos entender que o cotidiano precisa ser entendido sob três aspectos³, a saber: o *mundo da vida*; a *vida cotidiana* e a *cotidianeidade*. O mundo da vida - campo filosófico – caracteriza o mundo intersubjetivo que existe antes do nosso nascimento, a aparência, o que se apresenta como pronto.

A vida cotidiana que designa o que acontece a partir das nossas ações, portanto, deve observar as heranças socioculturais constituídas no imaginário. A cotidianeidade entendida como rotina, repetição das coisas com a mesma dinâmica (Pais, 2003, p. 23). Assim sendo, o cotidiano se reflete sob as várias formas de interação dos atores sociais envolvidos.

A forma como o jornal impresso faz veicular a notícia sobre criança e adolescente passa por uma construção de episódios da vida cotidiana alicerçado em aspectos reforçados no conjunto das regras, significações, mitos e ritos, formas e conteúdos.

A vida cotidiana apresenta-se como uma realidade interpretada pelos homens e subjetivamente dotada de sentido para eles na medida em que forma um mundo coerente. Entre as múltiplas realidades há uma que se apresenta como sendo a realidade por excelência, a realidade da vida cotidiana. Percebemos a realidade da vida cotidiana como uma realidade ordenada; parecemos precisar dessa ordem natural das coisas. (BERGER & LUCKMANN, 2008, p. 35).

Desse modo, o jornalismo, como construção social da realidade, tem referência no cotidiano por ser nele que se passa grande parte daquilo que o campo jornalístico projeta como relevante e “indispensável” à sociedade.

2.1. A construção social da realidade no cotidiano

Diariamente os jornais nos apresentam toda sorte de notícia e funcionam “como uma extensa rede de criação de símbolos que, por sua vez, alimentam o imaginário social, a mídia constitui verdadeiras comunidades de imaginação ou comunidades de sentido”. (BACZKO, 1984 apud GREGOLIN, 2003, p. 97).

³ Divisão proposta por Pereira (2007, p.3) “para efeitos didáticos” explicando o cotidiano como campo de interação social.

Na concepção de Gregolin (2003, p. 97), o que a mídia oferece através dos textos “não é a realidade, mas uma construção que permite ao leitor produzir formas simbólicas de representação da sua relação com a realidade concreta”.

A construção social da realidade ganha, nessa rede de criação de símbolos, elementos suficientes para alimentar a cadeia da construção do conceito de sujeitos, utilizando o imaginário social, como frisa Gregolin, para disseminar verdades e sentidos legitimados pela sociedade. Uma vez que “o real é, pois, sobredeterminado pelo imaginário; nele, os sujeitos vivem relações e representações reguladas por sistemas que controlam e vigiam a aparição dos sentidos” (GREGOLIN, 2003, p. 98).

Se a “realidade da vida cotidiana é admitida como sendo a realidade”, (BERGER & LUCKMANN, 2008, p. 40) o jornal impresso constrói e reconstrói essa realidade a partir do momento que veicula matérias que enfocam os sujeitos sob vários ângulos, dando sentido de realidade àquilo que vivenciamos no cotidiano.

A ideia de Silverstone corrobora a afirmação de Berger & Luckmann, quando destaca que,

o esclarecimento do papel da mídia na vida cotidiana é, portanto, possibilitado justamente pela percepção de que o mundo em que vivemos que, em parte construímos e se baseia na experiência, em nossa compreensão dessa experiência e em nossa tentativa de representá-la (ou distorcê-la), já é – num sentido poderoso performativo – mediado. (SILVERSTONE, 2005, p. 134).

Tal ideia é diferente do que Luhmann (2005) propõe quando destaca que na vida cotidiana as pessoas geralmente pressupõem que o mundo é como ele é, e as divergências de opinião funcionariam como um resultado de perspectivas “subjetivas” distintas, de experiências e de lembranças. No contexto do mundo mediado, a mídia se apresenta com a incumbência de influenciar nesse processo de experiências e lembranças e passa a exercer o papel de mediá-las. Desse modo, reforçamos a contribuição ímpar do cotidiano para o jornalismo.

2.2 O cotidiano pelo prisma do interacionismo simbólico

No jornalismo, considerando que a notícia resulta da construção social dos sujeitos, entendemos que o argumento da objetividade da informação não se sustenta, porque o fato em si é inapreensível em função inclusive do distanciamento entre a realidade social, sua narrativa e o contexto da recepção em outro contexto. Ou seja, torna-se equivocada a ideia de que a produção jornalística pressupõe a “evidência de verdade e da exposição da totalidade dos fatos” (COSTA, 2002, p. 130).

Adotamos a teoria ou corrente sociológica do *Interacionismo Simbólico* para explicar o cotidiano em nossa pesquisa por se concentrar nas estruturas e organizações (PAIS, 2003). A corrente interacionista evidencia as “categorias estruturais tais como a cultura, as normas, os valores, a estratificação social, as instituições, os níveis de status, os papéis sociais” (PAIS, 2003, p. 92), o que nos faz observar que, assim como as empresas de comunicação, os profissionais são orientados por normas, valores, papéis sociais. Pais ainda diz que “a vida cotidiana não se constitui num objeto unificado por qualquer sistema conceitual e teórico coerente e próprio, embora seja um termo que se tem imposto, orientando reivindicações, atitudes, discurso” (PAIS, 2003, p. 72).

O estudo do cotidiano apoiado no *Interacionismo Simbólico* mostra que “as estruturas e organizações sociais influenciariam apenas a ação social na medida que configuram situações de interação entre indivíduos e na medida em que proporcionariam conjuntos de símbolos que aqueles utilizariam para interpretar mundos de intersubjetividade” (PAIS, 2003, p. 93). Desse modo, concordamos com o autor ao afirmar que no cotidiano “a dinâmica das instituições sociais só pode ser analisada em termos dos processos de interação”.

Compreende-se, portanto, que a “influência recíproca das partes” ou os “sistemas de interdependência” (TEDESCO, 2003, p. 76) são elementos essenciais para explicar como o jornal se apropria das estruturas para criar o conceito dos sujeitos criança e adolescente. Os profissionais de mídia, como repórteres, editores, chefes de reportagem e produtores tomam decisões constantes e cruciais, a cada dia, que moldam o conteúdo da mídia que recebemos a partir da interação social, na concepção de Goffman.

Essa afirmação nos traz um questionamento: qual a postura do jornalista e da empresa de comunicação diante da construção do conceito da criança e adolescente e o que de fato determina a base dessa construção?

Sendo a realidade socialmente determinada, para entender o seu estado num dado momento ou mesmo suas transformações no decorrer do tempo, precisamos perceber alguns elementos presentes na organização social que permite definir processos. Estamos falando do processo de construção da notícia, exposta nos meios de comunicação de massa, que tem uma dinâmica particular para imprimir efeitos ou sentido à realidade.

A estreita relação que há entre o cotidiano e o jornalismo se explica pelo fato de tanto o cotidiano quanto o jornalismo atuar em torno do aqui e agora. A mediação do cotidiano pela mídia nos faz questionar e pesquisar quais as motivações e o conceito da criança e do adolescente adotados pelo jornal impresso.

Nesse sentido, é vital destacar qual a influência do interacionismo simbólico enquanto corrente que explica ou põe em evidência o ponto de vista dos atores⁴, ou seja, o modo como eles formam seu mundo no social e os apresentam no contexto midiático.

Sobre a dinâmica do interesse presente no cotidiano e, sobretudo, na força da mediação da realidade, Weber (*apud* MINAYO, 2008, p. 94) diz que “não são as ideias, mas os interesses e ideais que governam diretamente a conduta do homem”. De modo que as imagens ou conceitos que temos do mundo foram criadas pelas ideias determinantes, impulsionadas pela dinâmica dos interesses.

3. Jornal impresso: o cotidiano mediado

Tomando a metáfora de Pais para definir o pesquisador como “maquinista do carrilamento do conhecimento” nossa pesquisa envereda pela perspectiva de ter no cotidiano o elemento principal de mediação da realidade através do jornalismo, assim como fomentador do conhecimento a partir do que se apresenta como real, porém construído socialmente.

A troca simbólica, a interação social, a concepção de notícia são alguns aspectos identificados como essenciais na relação da mídia com o cotidiano. Teorias, procedimentos

⁴ Os atores referidos são os jornalistas que interagem com outros atores, as fontes para construir a notícia.

metodológicos à parte ressaltamos que jornalismo e cotidiano são parte de um mesmo processo que implica, hoje, na investigação dos fenômenos comunicacionais a partir dos meios, da linguagem e do discurso. Para Maffesoli,

A vida social e os discursos que produz sobre si mesma não são de modo algum programados; surgem de maneira mais ou menos imperfeita, seus diversos elementos se equilibram de maneira mais ou menos misteriosa (MAFFESOLI, 2007, p 100).

O cotidiano, revelado através dos impasses, conquistas e mediações entre o homem e os vários organismos sociais, vai se equilibrando e se envolvendo numa teia de representações discursivas. Para Certeau (2007, p. 241) “O discurso normativo só anda se já houver tornado um relato, um texto articulado em cima do real e falando em seu nome, isto é, uma lei historiada e historicizada”.

Vários teóricos trazem à tona a discussão da construção social da realidade. Outros teóricos apontam a mídia como elemento parte desse processo de construção. Thompson (1998, p. 8) aponta que “o controle da mídia não é igualmente distribuído entre indivíduos e forças políticas”, legitimadas pelas instituições, inclusive as jornalísticas.

Thompson (1998, p. 19) sublinha que “os meios de comunicação têm uma dimensão simbólica irredutível: eles se relacionam com a produção, o armazenamento e a circulação de materiais que são significativos para os indivíduos que os produzem e os recebem”.

Para Pais (2003, p. 72), “as pessoas querem compreender a sua vida quotidiana, as suas dificuldades, as suas contradições, as tensões e os problemas que se lhes impõem. Em consequência, exigem uma ciência das mediações que traduza as estruturas sociais em comportamentos individuais ou microssociais”. Nesse sentido, qual a função do jornal impresso?

A mediação acontece para promover a explicação do senso comum. Entendemos o senso comum como um saber que nasce da experiência quotidiana, do contexto social do homem em sociedade, um saber acerca dos elementos da realidade em que vivemos; um saber sobre os hábitos, os costumes, as práticas, as tradições, as regras de conduta, enfim, sobre tudo o que necessitamos para nos orientar no dia a dia.

A mídia, na concepção de Thompson (1998, p. 24), é uma das instituições responsáveis pelo poder cultural ou simbólico⁵, como também as instituições culturais, a exemplo da Igreja, escolas e universidades. O poder simbólico torna-se bastante significativo para nossa pesquisa porque, como afirma Thompson, “as ações simbólicas podem provocar reações, liderar respostas de determinado teor, sugerir caminhos e decisões, induzir a crer e a descrer, apoiar os negócios do estado ou sublevar as massas em revolta coletiva” (THOMPSON, 1998, p, 24).

Para explicar o uso do termo “poder simbólico”, o autor diz que usará o termo para se referir à “capacidade de intervir no curso dos acontecimentos, de influenciar as ações dos outros e produzir eventos” (Idem, ibidem).

A mídia tem se ocupado de mediar o cotidiano a partir de uma preparação e uma apresentação da realidade que ela constrói com o aval das instituições, a partir do poder simbólico exercido por ela. Para Martino (2003) “a legitimidade da publicação tem sua origem na legitimidade construída pela instituição”. Não se trata apenas da legitimação da empresa de comunicação ou da instituição fonte, mas de ambas.

Independente do suporte, a mídia se encarrega de mostrar a realidade, como uma de suas funções primordiais. Mas essa tarefa tem tido cada vez menos espaço, frente aos desafios postos pela conjuntura da globalização. O processo de captação e manutenção da atenção do público receptor torna-se demasiado complexo.

A mídia enquanto sistema reforça cotidianamente o discurso através do jornalismo, da construção da realidade. A configuração do jornalismo atual aponta que,

As práticas cotidianas, objeto principal da notícia, são carregadas de significados unicamente objetivados quando de sua representação. A ação social intersubjetiva no chamado “mundo da vida”, quando objetivada em uma notícia, permite uma melhor contextualização e compreensão de suas intenções e motivações (MARTINO, 2003, p. 69).

⁵ As outras formas de poder classificadas pelo autor são: econômica através dos recursos materiais e financeiros (empresas comerciais); política por meio da autoridade (estados) e coercitivo exercida pela força física, especialmente exercida pela polícia, instituições carcerárias. (THOMPSON, 1998, p. 25).

A lógica mercadológica assume maior relevância em detrimento da lógica política, ética ou ideológica, embora o aspecto financeiro não esteja dissociado dos demais. A utilização do recurso midiático em torno de determinado assunto pode gerar inclinações favoráveis ou contrárias, dependendo da estratégia de agendamento. Na busca de legitimação através da mídia, ter determinado veículo de comunicação contra ou a favor de uma causa pode contar muito.

Nessa perspectiva, a construção mediada pelo jornalismo encontra, nos diferentes suportes, a estratégia adequada para assumir as várias lógicas. A televisão recorre ao apelo da imagem; o jornal impresso prima pela característica de documento acessível e duradouro; o rádio pela instantaneidade; e a internet, além da instantaneidade pela convergência dos vários suportes.

Esses veículos, além de suas características técnicas, quando investidos principalmente de identidade jornalística carregam, dependendo do histórico de cada um, forte significação no mundo social. Exercem o poder simbólico para influenciar porque marcam o tempo, registram a história, guardam a memória de uma época, e, sobretudo, porque pautam diariamente os debates do cotidiano.

3.1 A institucionalidade das fontes

O discurso jornalístico não é gratuito. As empresas de comunicação, enquanto parte de um conglomerado mercadológico, têm objetivos econômicos e políticos, utilizam recursos estratégicos que definem sua linha editorial.

Os jornais instituem mecanismos que possibilitam a fala da sociedade em espaços que são por eles regulados e organizados nas suas respectivas estruturas editoriais. Esses mecanismos se referem de modo particular às políticas editoriais dos jornais que procuram, dentre outras coisas, criar condições para que, em suas páginas, se espelhe o próprio pensamento da sociedade. (FAUSTO NETO, 1999, p. 93).

Trazemos a visão de Thompson (1998, p. 21) de que “as instituições podem ser vistas como determinados conjuntos de regras, recursos e relações com certo grau de durabilidade no tempo e alguma extensão no espaço, e que se mantêm unidas com o propósito de alcançar alguns objetivos globais”.

A instituição jornalística assume papel relevante na mediação dos discursos políticos, culturais e sociais mediante uma postura cada vez mais baseada em critérios relacionados à força econômica. São criadas situações que evidenciam que a construção do sujeito perpassa o aspecto ideológico pautado na mediação das relações estabelecidas no cotidiano.

O enfoque que o jornal dá a determinados sujeitos aponta para uma mediação que não está dissociada dos critérios pautados para referendar o poder simbólico decisivo na construção do conceito dos sujeitos sociais.

Um aspecto importante a ressaltar em relação à institucionalização refere-se à racionalidade técnica e à produção da notícia. Costa (2002) salienta que,

no contexto da transformação de bens simbólicos em mercadoria, requer uma exposição sobre os critérios de noticiabilidade, tendo como referência a estrutura técnica que conforma o conteúdo informacional aos padrões de linguagem (COSTA, 2002, p.146).

A conformação do conteúdo aos padrões de linguagem e a linha editorial do veículo provoca interferência na produção do discurso, implica no reforço de conceitos, preconceitos e estereótipos.

Essas situações refletem uma postura da mídia coerente com a força da institucionalização midiática. Daí o fato da mídia se apropriar da condição de reprodutora do poder simbólico e de mediadora da realidade. O jornal se encarrega de mediar os acontecimentos do dia a dia. Essa mediação é visualizada através dos discursos formatados para apresentar determinado sujeito social, em específico a criança e o adolescente.

É fato que “todos os dias, ocorrem no mundo milhares de eventos. Por que alguns deles são pinçados pela mídia e se transformam em notícia enquanto outros permanecem ignorados?” (MOTTA, 2002, p. 307). O que para a mídia tem referência de noticiabilidade são aspectos do cotidiano que têm relevância nos cenários político, econômico e sócio-

cultural. Os acontecimentos se transformam, ganham visibilidade e sentidos a partir do conjunto de elementos suficientemente fortes para conferir ao acontecimento o estatuto de notícia.

Mas o estatuto de notícia é conferido pela mediação da empresa jornalística, observando-se alguns critérios impostos pelo jogo de forças que regem a dinâmica dos meios de comunicação. Sendo o jornalismo baseado nos fatos do cotidiano, o que se torna noticiável é parte de uma construção social. A linguagem dos jornalistas, condicionada por normas e convenções estilísticas, contribuiu para informar e formar a percepção da ordem social.

Na opinião de Pinto (2002, p.87), “os jornalistas não produzem simplesmente artigos, reportagens ou documentários para jornais, revistas, rádio, televisão ou internet, eles narram histórias – que possuem estrutura, ordem, ponto de vista e valores”. Desse modo, os acontecimentos transformados em notícias passam pelo crivo da seleção valorativa.

De fato, qual o papel dos meios de comunicação? Silverstone (2005) enfatiza o poder de agendamento da mídia sobre determinadas questões, considerando o interesse editorial da empresa. A mídia estabelece uma agenda. O autor se refere a alguns aspectos sobre o poder de mediação e influência da mídia.

O poder que ela tem de destruir alguém. O poder que tem de influenciar e mudar o processo político [...]. O poder que tem de influenciar e mudar o processo político [...] O poder de mudar o equilíbrio de forças: entre Estado e cidadão; entre país e país; entre produtor e consumidor (SILVERSTONE, 2002, p. 263).

A partir do papel exercido pela mídia, como devemos entender a noticiabilidade da criança e do adolescente na mídia de João Pessoa? Como um processo alimentado por uma sequência de acontecimentos cotidianos envolvendo o segmento, ou por uma construção da realidade com a intenção de provocar sentidos, polemizar sobre valores e referências culturais?

Observamos que a notícia é construção social que depende de vários fatores, uma série de interferências. No âmbito institucional, as empresas de comunicação apresentam interesses econômicos e políticos. Os profissionais estão submetidos às pressões ideológicas e de tempo. Pelo aspecto mercadológico, a notícia é uma mercadoria cuja função do jornal é vendê-la.

CAPÍTULO II

2 CONTEXTO HISTÓRICO E CULTURAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE NA MÍDIA

A história tem confirmado que o conceito de criança ganha contornos diferentes ao longo dos séculos. Desse modo, torna-se fundamental uma reflexão do contexto histórico e sociocultural desse sujeito.

Para uma compreensão do papel da criança na sociedade moderna, não podemos deixar de lado o resgate histórico desde a construção do sentimento da infância, abordado por Ariès (1981) na obra “História social da criança e da família” até os dias atuais, com a concepção de criança e adolescente estabelecida pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.

Hoje, a concepção de miniaturização do adulto é substituída pela ideia da criança amadurecida pelas condições sociais em que está inserida. Contudo, ainda hoje, não é possível desvincular a ideia de criança de uma situação de extensão do adulto, ou seja, ser criança não passa da condição de aprendiz da fase adulta, apesar dos avanços na área psicossocial a qual defende a criança como um ser em desenvolvimento, portanto, com condições distintas do adulto, com competências não inferiores, mas limitadas por essa condição de desenvolvimento físico e psicológico.

Grande parte de estudos ou pesquisas sobre a criança mostra um sujeito percebido como uma “pequena coisa” que se supõe que aprenda aquilo que os pais e os professores ensinam. Em linhas gerais, a criança não é tratada como indivíduo ou ensinada sobre seus direitos. Diante disso, a mídia desempenha papel fundamental na construção do conceito de criança, ecoando a atitude da sociedade em relação às crianças. Ou seja, as atitudes de uma sociedade em relação às crianças e aos adolescentes também se mostram na mídia.

Percebemos, assim, o tratamento dispensado à criança numa época em que a indiferença parece ser o sentimento cabível aos indivíduos que hoje rotulamos como o futuro da sociedade.

No século XVI, a criança começa a expressar algum nível de sentimento, mesmo que sem a devida importância. Para Ariès, não apenas o futuro da criança, mas também sua simples presença e existência eram dignas de preocupação, a criança havia assumido um lugar central dentro da família.

Segundo Kramer e Leite (1996, p. 19),

a ideia de criança não existiu sempre e da mesma maneira. Ao contrário, ela aparece com a sociedade capitalista, urbano-industrial, na medida em que mudam a inserção e o papel da criança na comunidade. Se, na sociedade feudal, a criança exercia um papel produtivo direto (“de adulto”) assim que ultrapassava o período de alta mortalidade, na sociedade burguesa ela passa a ser alguém que precisa ser cuidada, escolarizada e preparada para uma atuação futura.

Ou seja, a organização da sociedade determina historicamente a mudança do conceito de criança. Desse modo, os contornos sociais e econômicos são determinantes na concepção do conceito que vai ser difundido pela mídia, entendendo que a criança e o adolescente estão no contexto do mercado como sujeito social e com necessidades a serem atendidas por um mercado.

Mas, apenas no século XVIII, a criança passa a ter um lugar de destaque na família, enquanto que na educação essa atenção restringia-se para grupos seletos, de determinada condição social. Nesse período, a escola não distinguia as idades, e assim que ingressava na escola, a criança entrava imediatamente no mundo dos adultos.

A preocupação com a criança vai se expressar através da educação, que passa a ser vista como espaço de preparação para a vida. Nesse momento histórico, a indiferença em relação à criança é substituída pelo controle.

O estabelecimento definitivo de uma regra de disciplinas completou a evolução que conduziu da escola medieval, simples sala de aula, ao colégio moderno, instituição complexa, não apenas de ensino, mas de vigilância e enquadramento da juventude. (ARIÈS, 1981, p. 170).

A escola assume a responsabilidade, sobretudo, por passar a suprir as necessidades dispensadas pela família.

No século XX, o olhar sobre a criança vive dois momentos distintos, o da tutela e o do reconhecimento como sujeito de direito. No Brasil, o século XX é marcado, especialmente

nos anos 20, pela criação do Primeiro Código de Menores. O termo menor⁶ designava a classificação da infância empobrecida e excluída. Hoje o termo é empregado constantemente pela mídia com uma conotação, muitas vezes, ainda do Código de Menores.

Em 1990, institui-se o Estatuto da Criança e do Adolescente, um marco na proteção da infância no país. Mas foi nos anos 80, através da mobilização popular que a criança e o adolescente, no Brasil, passam a ser reconhecidos como sujeitos de direitos.

2.1. Conceito de criança versus sentimento de infância

A literatura sobre a criança e o adolescente, em geral, concentra-se nas áreas de Educação, Psicopedagogia, Medicina, Serviço Social e do Direito. Esses campos de pesquisa apresentam abordagens que buscam explicitar a relação da criança no contexto social. A Educação na relação ensino aprendizagem; a Psicopedagogia através da relação comportamental e psicológica; a Medicina tem o olhar da saúde, mudanças do corpo físico; o Serviço Social enfoca a criança na perspectiva da integridade a partir da responsabilidade da família e das políticas públicas; o Direito do cuidado sobre a integridade.

Destacamos que, independente da área, o olhar sobre a criança sofreu e vem sofrendo várias interferências de compreensão e abordagem. Diferente da concepção da criança mesmo sob a percepção do adulto, a criança hoje recebe tratamento distinto do que se aplicava aos adultos. Mas é a partir do Estatuto da Criança e do Adolescente que a criança passa a ser vista como sujeito de direito.

Vários estudos e autores aprofundam o interesse e revelam o surgimento dos mecanismos que conduziram às mudanças de atitudes com relação à criança e o posterior surgimento do que pode se chamar de “sentimento da infância”.

É, pois, necessário distinguir entre os conceitos de criança e infância. O conceito de criança tem base na dinâmica do desenvolvimento individual, através do qual, eventualmente, chegará à condição de adulto. Em oposição, o conceito de infância se localiza na dinâmica do desenvolvimento social e corresponde a uma estrutura social permanente, embora se

⁶ Menor é um termo pejorativo por ser atribuído, a partir da criação do Código de Menores, àquelas crianças e adolescentes sem referências familiares ou que estivessem em conflito com a lei.

caracterize pelo fato que os atores que a integram o fazem transitoriamente num processo de permanente substituição.

Por meio do conceito infância é possível transcender o detalhe da situação individual de uma criança, para remontar-se à análise das mudanças históricas e culturais que caracterizam a construção social da posição da infância na sociedade.

Evidentemente, o conceito infância apresenta numerosos problemas teóricos e metodológicos ainda não resolvidos. Entre os primeiros, encontram-se as dificuldades surgidas no momento de determinar a que categoria conceitual corresponde: grupo social, grupo de geração, grupo etário, coletivo nominal, etc (PILOTTI & RIZZINI, 1995, p. 26).

De fato, a mídia considera a diferença entre criança e infância? A mídia ainda não saiu da ênfase da doutrina da “situação irregular” que se refere ao contexto da criança e do adolescente em conflito com a lei, em situação de abandono. O enfoque das notícias midiáticas dá conta de um conceito cuja relevância continua na perspectiva da criança estigmatizada historicamente. Ou seja, a cobertura dispensada pela mídia para esse público não saiu da ênfase à doutrina irregular.

Se considerarmos alguns registros históricos, observamos que os jornais de João Pessoa estão presos à perspectiva sócio-histórica, especialmente, à interpretação da sociedade europeia que até a Idade Média não distinguia crianças e adolescentes dos adultos (ARIÈS, 1981).

2.2. A criança no cotidiano midiático

A cobertura dada pela mídia aos temas ligados à criança e ao adolescente tem sido objeto de vários estudos e preocupação de instâncias que se ocupam da busca pela implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente. A imagem e a informação sobre a criança e o adolescente passaram a ser objeto dos mecanismos internacionais e nacionais de proteção dos direitos humanos, à medida que aconteciam usos e abusos em relação à cidadania da criança e do adolescente em distintos estados e nações. De modo que a mídia

passa a ser, de certa forma, monitorada pelas instâncias que se mobilizaram antes para conseguir o reconhecimento dessa categoria enquanto sujeitos de direitos, mesmo que de forma incipiente.

A mídia desempenha um papel educativo e político na conquista da cidadania, quando esta informa, denuncia, enfim, exerce controle social. Neste caso, controle social está definido como a possibilidade de intervenção na gestão pública ou na avaliação de suas ações ou omissões. Ainda que a mídia não participe dos espaços institucionais de controle social da gestão pública de forma direta, exerce esta função de forma externa.

O papel da mídia na educação para a cidadania em relação aos direitos da criança e do adolescente torna-se indispensável quando esta dá visibilidade aos problemas, às necessidades e às formas de violência contra esse segmento social.

Uma pesquisa realizada pela Agência de Notícias dos Direitos da Infância traz um balanço que revela o aumento no número de matérias publicadas sobre crianças e adolescentes em todo o Brasil. A pesquisa constatou que entre 1996 e 2000, houve um aumento de aproximadamente 500% no número de matérias publicadas (SILVA, 2001, p. 172).

A criança, reconhecida como pessoa em desenvolvimento e como sujeito de direitos, deve ter especial tratamento em relação à sua imagem e à informação. Porém, a realidade de um dia de trabalho em empresas de comunicação, no qual o tempo e a qualidade disputam a linha de produção industrial, nem sempre permite a apuração que o profissional deveria imprimir em seus trabalhos, o que pode ser considerado um mero detalhe na coleta de dados ou no formato final da reportagem ou do produto. Isso acaba transformando a vida de crianças e adolescentes com jargões defasados e ultrapassados, além de pouco precisos.

O jornalismo, constituindo um dos responsáveis pela construção ou mudança de consciências individuais e coletivas, desempenha um papel preponderante na afirmação ou desconstrução de conceitos.

É importante ressaltar que nosso objeto de pesquisa tem a preocupação de compreender como os conteúdos sobre criança e adolescente aparecem no jornal impresso e como estes produzem representações sociais sobre esse público.

O discurso do jornal sobre esse público caracteriza-se pela associação de eventos tratados de forma polêmica, advindas de relações de conflitos que mudam a rotina estabelecida. O alto índice de notícias que são veiculadas pela mídia impressa sobre criança e adolescente aponta um fenômeno que evidencia alguns aspectos relacionados a temas como o

crescimento do número de adolescentes que cometem atos infracionais, o envolvimento com as drogas, a fragilidade da família no cuidado com os filhos.

Em contrapartida, as notícias que tratam de temas como saúde, lazer, direitos não conseguem dissociar a relevância dos temas conflituosos que alteram a rotina.

A adolescência vai mal: os adolescentes são difíceis; crescem os números de adolescentes infratores, criminosos, drogados, prostituídos; a gravidez na adolescência atinge proporções epidêmicas nas estatísticas; aumenta o contágio pelo vírus da Aids. Estes são apenas alguns exemplos recorrentes das manchetes que povoam os veículos de comunicação de massa há já bastante tempo, representando imagens da adolescência bem fixadas nas instituições sociais e no senso comum. (CÉSAR, 2008, p. 26).

A classificação desses fatos passa por critérios que fogem ao crivo apenas do jornalista-repórter. O editor, o profissional que tem a responsabilidade de selecionar os conteúdos veiculados, desempenha um papel indiscutivelmente importante e definidor da cobertura dos acontecimentos. Para a produção da notícia, o número de vozes participantes também se torna fator relevante e a institucionalização da pauta e da notícia transformam a cobertura do tema em uma questão rotineira.

Desse modo, o espaço que o jornal disponibiliza para as fontes torna-se um aspecto relevante na cobertura. As fontes institucionalizadas têm lugar privilegiado e, portanto, priorizam-se aquelas que vão reforçar positiva ou negativamente a notícia. Assim, a fala da criança nem sempre é evidenciada, está quase sempre representada pela voz do outro, do adulto.

Um dos primeiros textos que contemplou a liberdade de expressão foi a Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão, de 1789. No Artigo 11 está expressa a livre manifestação do pensamento e opinião como um dos direitos mais preciosos do homem, assegurando a todo homem o direito de falar, escrever e imprimir livremente, à exceção do abuso dessa liberdade, pelo qual deverá responder nos casos determinados pela lei. (FONTES JÚNIOR, 2001, p. 38).

Nesta Declaração, o Artigo 4^o define a liberdade a partir do prejuízo que não deve ser causado ao outro. Ou seja, como fazer tudo que não prejudique o próximo. Assim, o exercício dos direitos naturais de cada homem não tem por limites senão aqueles que asseguram aos outros membros da sociedade o gozo dos mesmos direitos.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), outro mecanismo internacional de proteção, confere o direito à informação, à liberdade de expressão e de pensamento. O texto do Artigo 19 diz que,

Todo homem tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferências, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e idéias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras (FERREIRA FILHO, 1996, p.178).

No entanto, o direito de informar e, inclusive, o dever de informar do jornalista limita-se com outros direitos a serem respeitados. O âmbito jornalístico, sob este prisma, confronta-se com, por exemplo, o direito à privacidade, direito de preservação da imagem.

2.3. Os instrumentos legais de garantia dos direitos da criança e do adolescente

É importante destacar que os direitos da criança e do adolescente são conquistados dentro do processo histórico e cultural, dentro do contexto da luta pelos direitos humanos. A Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança (1989) lembra os princípios básicos das Nações Unidas e disposições específicas de certos tratados e declarações relevantes sobre os direitos humanos. Reafirma o fato de que as crianças, dada a sua vulnerabilidade, necessitam de cuidados e proteção especiais.

Os cuidados e proteções especiais implicam, pois, numa cultura de respeito, além de mecanismos jurídicos e políticos que atendam as necessidades especiais desse público, as quais demandam dos Estados políticas públicas em diversas áreas de ação.

O Artigo 17 da Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança trata, por sua vez, do direito da criança à informação.

Os estados partes reconhecem a importante função exercida pelos meios de comunicação de massa e asseguram que a criança tenha acesso às informações e dados de diversas fontes nacionais e internacionais, especialmente os voltados à promoção de seu bem estar social, espiritual e moral e saúde física e mental (VILHENA, 2001, p. 130).

Nesse sentido, cabem aos Estados incentivar os meios de comunicação a difundir informações e dados de benefícios social e cultural à criança, promover a cooperação internacional na produção, intercâmbio e na difusão de tais informações e dados de diversas fontes culturais, nacionais e internacionais (VILHENA, 2001).

As Regras Mínimas das Nações Unidas para a Administração da Justiça e da Infância e da Juventude (Regras de Beijing), bem como outros mecanismos normativos, abordam os direitos relacionados à imagem sobre a criança e o adolescente. Os Direitos da Criança e a Mídia: Diretrizes para Jornalistas, Recomendações Encaminhadas à UNESCO sobre Educação para a Mídia, são alguns exemplos desses mecanismos. (FEILITZEN, 2002, p. 233).

Os mecanismos mencionados representam um salto quantitativo e qualitativo para a infância em todos os países. São muitos os benefícios conquistados em prol dos direitos da criança e do adolescente, especialmente em relação à mídia. Em geral, todos os mecanismos relacionados expressam uma preocupação em comum, conforme Feilitzen (2002): elevar a conscientização e mobilizar todos os setores da sociedade para assegurar o desenvolvimento, a proteção e a participação de todas as crianças. Além de protegê-la das matérias que glorifiquem a violência, o sexo, o horror e os conflitos.

O Artigo 17 ainda frisa que todos os itens dos serviços de programas que possam vir a afetar o desenvolvimento físico, mental ou moral das crianças e dos adolescentes não deverão constar de programações que, devido aos horários de transmissão e recepção, tenham probabilidades de serem vistas por eles.

Destacamos que nossa intenção é compreender qual o conceito de criança e adolescente está nos jornais analisados, tendo em vista os critérios de notícia, o papel das fontes a partir do contexto temático abordado sobre os sujeitos da pesquisa.

2.4. Os mecanismos nacionais de proteção da criança e do adolescente

Os fatos históricos são relevantes para que possamos compreender os avanços sociais e culturais em relação à comunicação social no Brasil. Alguns momentos chave serviram para que fossem acionados os mecanismos necessários à garantia da democracia e dos direitos do homem. Assim como outros elementos foram importantes para definir o controle e monopólio dos meios de comunicação por parte de pequenos grupos, sobretudo com apoio do Estado.

Na visão de Fontes Júnior (2001, p. 125) sempre houve nos meios de comunicação brasileiros variadas formas de intervenção do Estado, do licenciamento à censura prévia. As concentrações midiáticas desenvolveram-se largamente, inclusive acomodando-se aos tempos do regime militar que exercia rigorosa censura política e ideológica na comunicação social.

Considerando que os direitos de cidadania no Brasil são aqueles conquistados no plano formal no texto da sua legislação, a Constituição Federal Brasileira (1988), no tocante aos direitos fundamentais, destaca a liberdade de expressão como um instrumento norteador da democracia. E sendo a liberdade de opinião um direito consagrado nos regimes democráticos, não pode ser agente de destruição social do outro, principalmente quando atinge sua imagem.

O direito à informação constitui-se, segundo Fontes Júnior (2001, p.48), em uma liberdade positiva do cidadão, consistente no direito de receber uma informação verídica e diversificada que permita a opinião pública livre, capaz de embasar uma verdadeira democracia. O processo da comunicação não se restringe ao fato de uma pessoa ser informada de alguma notícia.

O direito à comunicação, de forma mais ampla, deveria representar a liberdade de interagir com o outro numa relação de verdade e de construção. Verdade no sentido da realidade, de algo que existe em comum para as partes (emissor e receptor). Construção sob o aspecto de que a interação possa garantir que as partes estão num mesmo processo. Mas na perspectiva da construção da notícia nos moldes das empresas de comunicação atuais, este não é necessariamente o processo.

No tocante à produção dos conteúdos de comunicação, a Constituição Federal Brasileira (1988, p. 144), determina, entretanto, mecanismos de regulamentação, cabendo ao Estado, “regular as diversões e espetáculos públicos, cabendo ao poder público, informar

sobre a natureza deles, as faixas etárias a que não se recomende, locais e horários em que sua apresentação se mostre inadequada” e ainda, “estabelecer os meios legais que garantam à pessoa e à família a possibilidade de se defenderem de programas ou programações de rádio e televisão que contrariem o disposto no Art. 221[...]”.

Observando que a produção e a programação das emissoras de rádio e televisão e demais veículos de comunicação devem dar preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas e ao respeito aos valores éticos e sociais da pessoa, torna-se violação ao direito de informação e de imagem o uso não verdadeiro da notícia, assim como o uso de imagens que contrariem os preceitos constitucionais.

Ao discutir sobre a ideia da comunicação como serviço público, Fontes Júnior (p.61) ressalta que, embora a comunicação social não se enquadre ao regime geral dos serviços públicos, esta enquanto veículo do exercício do direito à expressão e à informação exerce uma função pública. Independentemente da natureza da propriedade do meio de comunicação, como serviço de natureza pública, a comunicação deverá submeter-se a intervenção do Estado e o controle social, desde que respeitado os direitos fundamentais, o pluralismo político fundado no princípio democrático.

Com relação à propriedade de empresas na área de comunicação, a Constituição delimita que esta é privativa de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, aos quais caberá a responsabilidade por sua administração e orientação intelectual. No caso das concessões de empresas jornalísticas de radiodifusão, compete ao poder executivo outorgar e renovar a concessão, permissão e autorização para os serviços. Por outro lado, a constituição define ao Congresso a apreciação dos pedidos de concessão e ao poder judiciário o cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo da concessão. Os prazos constitucionais para a concessão de rádios são de dez anos e para televisão de quinze anos.

Em 1989, entidades representantes da sociedade civil se articularam para discutir a proposta de Lei Federal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente. Esse momento foi denominado Movimento Criança Constituinte. Nesse mesmo ano, no Estado da Paraíba, crianças e adolescentes entregam carta proposta do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) ao Prefeito, Governador e aos Deputados Estaduais. Em 1990, o Estatuto é promulgado.

A partir dos anos 90, os fóruns de defesa da criança e do adolescente passam a exigir a efetivação de políticas públicas implementadoras do ECA. O Estatuto traz em sua

história, portanto, a luta e reflexão dos segmentos sociais e políticos defensores dos direitos de cidadania das crianças e adolescentes.

A proteção integral da criança está explícita no Artigo 3º do Estatuto da Criança e do Adolescente (2002, p.17):

A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, em prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

A violência física, moral e psicológica contra crianças e adolescentes são, deste modo, práticas sociais que negam os direitos à integridade física, psíquica e moral de crianças e adolescentes. O direito ao respeito, segundo o Artigo 17 do ECA, consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, ideias e crenças, dos espaços e objetos pessoais.

A preservação da imagem implica, pois, na integridade da saúde mental e moral da criança, dever este do Estado, da Família, da sociedade e, principalmente, dos serviços de comunicação social.

No Artigo 17 do Estatuto (2002, p. 72) está explícito o que deve se entender e considerar enquanto respeito pela criança e pelo adolescente. Nele, a preservação da imagem e da identidade está claramente reforçada como um dos itens a serem respeitados. Na prática, a imprensa busca cumprir esta determinação, utilizando recursos como tarjas sobre os olhos ou desfoque da imagem de crianças e adolescentes fotografados ou filmados.

Mas a utilização da tarja não impede o reconhecimento destes por pessoas conhecidas, principalmente em comunidades pequenas, onde, na maioria das vezes, as pessoas se conhecem. Da mesma forma, não saindo o nome da criança completo, a matéria exhibe muitas vezes outros dados de identificação como, por exemplo, o apelido, o bairro, o endereço e o nome de parentes ou responsáveis.

O Artigo 18 (ESTATUTO, p. 80) complementa a preservação da imagem da criança e do adolescente quando afirma ser dever de todos velar pela dignidade da criança e do

adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor. Ressalta o Artigo 70 do ECA (2002, p. 228): é dever de todos prevenir a ocorrência de ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente.

Nesse sentido, cabe à mídia observar os preceitos legais do ECA como forma de proteção da criança e do adolescente. Em relação à informação, o ECA dispõe ainda do Artigo 71 (2002, p.,231), que afirma: a criança e o adolescente têm direito a informação, cultura, lazer, esporte, diversões, espetáculos e produtos e serviços que respeitem sua condição de pessoa em desenvolvimento.

Em relação à classificação etária e de horário para as diversões e apresentações de espetáculos públicos e programas de televisão, o Ministério Público exerce um papel que vai além da classificação desses programas, mas também do controle das informações.

O Artigo 143 do ECA (2002, p.460) observa que é vedada a divulgação de atos judiciais, policiais e administrativos que digam respeito a crianças e adolescentes aos quais se atribua autoria de ato infracional. E complementa no parágrafo único que qualquer notícia a respeito do fato não poderá identificar a criança ou adolescente, vedando-se fotografia, referência a nome, apelido, filiação, parentesco e residência.

É da responsabilidade do Conselho Tutelar fazer o acompanhamento necessário nesse sentido, uma vez que uma de suas atribuições descrita no Inciso X do Artigo 136 (ESTATUTO, 2002, p. 439) é representar, em nome da pessoa e da família, contra a violação dos direitos previstos.

Todos os mecanismos de proteção à criança tratam da relação com a mídia. Segundo Feilitzen (2002, p.72), pesquisas sobre como as crianças são retratadas na mídia são escassas e fragmentadas. Segundo esta pesquisadora,

Uma dessas imagens recorrentes nos noticiários da mídia, pelo menos em alguns países, é de as crianças freqüentemente serem representadas em contextos de violência e crime, seja como agressoras ou com vítimas, e nos casos de abuso físico ou sexual de crianças. E nesse caso, a consequência é que os jovens freqüentemente são representados como um problema ou uma ameaça.

Como lembra Feilitzen (2002, p.73), outra imagem recorrente na mídia é a da criança boa, inocente e meiga. Essa imagem atinge seu extremo nas propagandas comerciais. A

criança do sexo feminino aparece com mais frequência nas propagandas. Isso revela o potencial econômico e de consumo dos produtos e serviços vendidos com o uso da imagem de crianças.

A Agência de Notícias dos Direitos da Infância (ANDI, 2001) tem divulgado a crescente cobertura dos jornais e demais meios de comunicação sobre as crianças e adolescentes no Brasil.

A ANDI enumera cinco temas mais abordados pelos jornais: educação, violência, saúde, direitos e terceiro setor⁷. A mídia, em especial o jornal impresso, tem dado enfoque às matérias sobre a criança e o adolescente. No entanto, um olhar especial sobre o conteúdo dessas matérias faz-se necessário, sobretudo ao observarmos os instrumentos de proteção dos direitos da criança e do adolescente.

De acordo com a pesquisa “Balas Perdidas” (2001, p. 30) realizada pela ANDI,

Há um enorme esforço a ser desenvolvido na educação dos jornalistas para a cobertura ideal dos temas de violência envolvendo jovens e adolescentes como vítimas ou agentes. A quantidade de reportagens descritivas oferecidas cotidianamente ao leitor indica que ele está sendo informado pela metade. Quando muito.

A prioridade pela descrição dos atos violentos transforma o fenômeno social da violência em casos de polícia; as ocorrências (Boletim de Ocorrência) se tornam fontes dos jornalistas. A pesquisa revelou a cobertura dos jornais desprovida de contextualização, pouco aprofundadas, sem investigação, por exemplo, das causas da violência.

O preocupante é que não apenas as matérias sobre violência apresentam essas características. As notícias que abordam outros assuntos como o trabalho infantil, o abuso e a exploração sexual, a educação, a saúde, entre outras, também apresentam as mesmas características.

Isso aponta para a existência de uma representação relacionada aos segmentos tidos como socialmente subordinados, menores na escala social de valores, transformados em sujeitos de reportagens [grifo nosso].

⁷ Terceiro Setor possui várias nomenclaturas - setor social, setor sem fins lucrativos, setor de promoção social, economia social, setor voluntário e muitos outros.

Um dado relevante da pesquisa da ANDI é o fato de que a investigação sobre os temas que envolvem criança e adolescente fica em segundo plano, ou seja, as fontes são pouco investigadas, levando a uma cobertura supérflua da notícia.

Em relação às matérias sobre a violência, o repórter tem como fonte de referência a polícia, caracterizando dependência da fonte de informação. A pesquisa revela que a imprensa exercita pouco a investigação e o olhar crítico frente aos problemas mostrados sem soluções, tendo deste um olhar restrito à ação repressiva acerca do fenômeno.

A pesquisa da ANDI, realizada em âmbito nacional, revela que a maioria das matérias dos jornais se coloca contrária ao que prescreve o ECA. Constantemente, jornais se apropriam da violência, da qual criança e adolescente tornam-se vítimas, abordando os fatos com conotação pejorativa e preconceituosa, implicando numa forma de violência contra a cidadania desse segmento.

Para os jornais, notícia se configura como os fatos em que criança e adolescente aparecem como protagonistas ou agentes de uma ação de impacto, que gere pauta. De modo que temas que abordam a melhoria de condições de vida, como a necessidade e a importância do convívio familiar, a educação, a alimentação, o lazer, a saúde, entre outros, sem uma relação direta com a violência ou aspectos negativos são fatos tratados sem o mesmo destaque.

Inclusive na definição da pauta cujos fatos são caracterizados, ponto de vista da cobertura, como de baixa noticiabilidade as fontes também são diferenciadas. Ou seja, os fatos são considerados, do ponto de vista midiático de acordo com o potencial de impacto midiático, em detrimento de uma análise da questão social e suas causas com intenção de informar e esclarecer.

Diariamente, temas associados à criança e ao adolescente são pautados pelos jornais impressos de João Pessoa, em especial nos cadernos que cobrem o cotidiano, e de acordo com as empresas recebem nomes como Cidades, Dia-a-Dia e Cotidiano. Os jornais, quando divulgam matérias sobre criança e adolescente, enfocam conteúdos que exploram questões sociais que geram discussões e polêmicas junto à sociedade - violência, trabalho infantil, abuso e exploração sexual, negligência familiar, desafios na educação e na saúde.

Na cobertura de matérias sobre o tema saúde, a imprensa aborda, em geral, a questão das drogas, da gravidez precoce e/ou indesejada e das doenças sexualmente transmissíveis. Matérias que têm como foco a educação, a ênfase da cobertura recai sobre fatos que dizem

respeito ao elevado número de evasão escolar, taxa de repetência, o grande número de crianças e adolescentes fora da escola, ações do Poder Público de incentivo à escolarização e qualificação na educação.

Na abordagem do tema trabalho infantil, a cobertura jornalística aponta situações de limitação e contraste. Apesar de constar no Estatuto da Criança e do Adolescente a proibição do trabalho a pessoas com menos de quatorze anos de idade, salvo na condição de aprendiz, a realidade estampada nos jornais não condiz em nada com o que estabelece o artigo da Lei. Algumas matérias abordam o trabalho infantil como alternativa de sobrevivência das famílias que têm levado criança e adolescente a esse tipo de situação.

A cobertura do tema violência, seja a criança e o adolescente vítima ou agressor, tem sido grande demanda para os jornais, como para os demais meios de comunicação. De acordo com Silva (2001, p.171), a cobertura que a mídia tem realizado sobre a temática e situação da criança e do adolescente tem sido objeto de várias mensagens recebidas pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA). Tal preocupação, como já abordamos, tem sido pauta da ANDI e de outras entidades e organismos empenhados nessa causa.

A esmagadora maioria das mensagens revela a preocupação de cidadãos e cidadãs com o enfoque, o conteúdo e/ou efeito que certas matérias, reportagens de jornais e programas de televisão podem representar para a (de) formação e o desenvolvimento da personalidade de crianças e adolescentes. Outras mensagens criticam a legislação em vigor: a Constituição Federal, o Estatuto da Criança e do Adolescente (SILVA, 2001, p. 173).

Apesar da preocupação em noticiar mensagens sobre criança e adolescente sob vários aspectos como educação e saúde, Silva (2001, p.173) destaca: “ainda que pesem estas e outras constatações positivas da Pesquisa da ANDI, existem casos em que é notório o desrespeito aos direitos humanos, especialmente os da infância e da adolescência”.

Tal fato tem sido motivo de reflexão, uma vez que a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança (1989) expressa que o papel da mídia é o de disseminar informações às crianças, que sejam consistentes com o bem-estar moral, o conhecimento e a compreensão entre os povos, respeitando o ambiente cultural da criança. Enfatiza ainda que o

Estado deverá adotar medidas que encorajem estes procedimentos e que protejam as crianças de materiais nocivos.

Essa recomendação serve também para o fato da mídia aproveitar o tema criança e adolescente colocando-os, na maioria das vezes, como responsáveis pela situação em que se encontram. O Artigo “Crianças e adolescentes na mídia: uma relação conflituosa”, da pesquisa da ANDI, mostra um exemplo claro da falta de preocupação em investigar a fundo as informações antes de divulgá-las, exemplo da inimputabilidade que, equivocadamente, a mídia confunde com impunidade.

A inimputabilidade refere-se à condição de idade que impede que o adolescente que comete algum tipo de infração seja punido igualmente à pessoa adulta. E explica que o termo significa impossibilidade de aplicação de outras medidas que não as socioeducativas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente e que respeita a sua condição de pessoa em desenvolvimento dos adolescentes.

A impunidade nas notícias jornalísticas está ligada a questão de não haver punição para o adolescente, o que contradiz a legislação específica da criança e do adolescente.

2.5 Os instrumentos de garantia de direitos na visão da mídia

A mídia, através do jornalismo, tem como uma de suas funções primordiais retratar a realidade. Mas essa tarefa tem tido cada vez menos espaço, frente aos desafios postos pela conjuntura da globalização. A cobertura dos temas sobre a criança e o adolescente, de modo geral, tem os instrumentos legais como pano de fundo, embora revelando o seu desconhecimento, em muitos casos.

A complexidade do distanciamento dessa função do jornalismo pode ser observada através da experiência revelada pela exigência do mercado. A concorrência pela audiência e pelo consumo da mensagem/produto têm levado à degradação das funções públicas da mídia e à banalização e uniformização de seus conteúdos.

Na análise da ANDI, alguns temas fundamentais na preparação do adolescente para os desafios da vida contemporânea vêm encontrando sérias dificuldades em firmar presença na cobertura cultural e socialmente abrangente.

As matérias que priorizam o desrespeito ao que prescreve a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança têm maior espaço e periodicidade nos meios de comunicação, a exemplo dos jornais. Isso fortalece a ideia de que o espaço dispensado às notícias sobre criança e adolescente está centrado naquele em que esse segmento aparece como protagonista (agentes) de atitudes ou ações negativas. É mais comum vermos matérias sobre a violência do que a urgência pela aplicação de políticas públicas voltadas para combatê-la.

Não estamos negando a necessidade de divulgar que criança e adolescente são vítimas de violência constante. Mas queremos destacar que o papel da mídia, segundo o Artigo 17º da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança é disseminar informações que sejam coerentes e respeitem os direitos das crianças.

Como o jornalismo pode contribuir ou atrapalhar a efetivação dos direitos humanos? Essa pergunta constitui um desafio quando propomos pesquisar as representações sociais da mídia sobre os direitos humanos e a cidadania da criança e do adolescente. Considerando que as crianças e adolescentes são sujeitos de direitos e em condições peculiares de desenvolvimento, o ECA é um mecanismo de proteção e de garantia da cidadania desse público.

A realização dessa pesquisa se caracteriza, sobretudo, pela necessidade de lançarmos um olhar diferente sobre o tratamento dispensado pela imprensa escrita de João Pessoa nesse aspecto.

Dimenstein (1995, p. 8) aborda a questão da cidadania da criança e do adolescente denominando-a como cidadania de papel. Ele enfatiza que existem em nosso país milhões de cidadãos de papel. A partir do momento em que os instrumentos favoráveis ao exercício da cidadania aos direitos humanos são violados ou negados, o caos se instala, em relação à cobertura midiática.

A realidade tem sido contrastante. Diariamente, criança e adolescente têm seus direitos ameaçados, violados e negados. São vítimas desse contraste, sendo agredidos das mais diversas formas. A mídia é o espelho dessa agressão. Os meios de comunicação impresso, radiofônicos e/ou televisivos diariamente divulgam essa violação. Se por um lado podemos aplaudir a dedicação dos meios por essa divulgação, por outro lado, temos a obrigação de acompanhar criticamente a posição em que essas informações são divulgadas.

Hoje, não podemos ignorar o grande volume de informações repassado pelos vários meios de comunicação. Nem mesmo podemos estar isolados destes, sobretudo os de massa, a exemplo do rádio, TV e dos jornais impressos.

De modo que, frequentemente, esses meios divulgam, cada vez mais, o maior número de matérias sobre criança e adolescente nas mais variadas situações sem considerar o que defende o Estatuto. O mais sério é que essa prática parece ter se tornado banal, apesar dos esforços que têm sido feito no sentido de promover e proteger tais direitos.

A sociedade passa por um momento em que a violência, o desrespeito aos direitos humanos, apresenta-se cada vez mais de forma acentuada. Trata-se de um momento onde todos os segmentos da sociedade passam por mudanças significativas, principalmente, de ordem econômica e política. E nos parece que o cenário da violação de direitos torna-se maior e mais difícil de ser controlado.

A violência, sob suas várias formas de se apresentar, constitui parte do cenário nacional, o qual assusta a sociedade. Diante dessa realidade, que contribuição podemos dar para o enfrentamento dessas situações de violação? Como não nos deixarmos abater pela apatia em relação à luta em defesa dos direitos humanos?

Analisando por esses aspectos, podemos considerar o rompimento da ideia de cidadania como elemento constitutivo dos direitos humanos, que convertem cidadãos em clientes. Por outro lado, antes de ser consumidor, o cidadão deve ser reconhecido como sujeito de direitos.

A violação dos direitos humanos começa, na sua maioria, pela negação da cidadania ao homem. A cobertura jornalística destaca nas matérias a criança e o adolescente pelo aspecto econômico, social e jurídico com ênfase na pobreza, desestruturação familiar e relação com a justiça.

A efetivação concreta do Estatuto da Criança e do Adolescente significa a realização das políticas públicas. No seu vigésimo ano de criação, muitas conquistas precisam ser ainda implementadas pelo Estado e pela sociedade. Essa tem sido uma luta constante dos movimentos, das entidades que trabalham pelos direitos humanos, em especial, em prol da criança e do adolescente.

O contexto no qual o Estatuto da Criança e do Adolescente vem sendo abordado pela mídia reflete o contraste de seus objetivos. As críticas que o mesmo sofre em relação à

proteção da criança e do adolescente reflete o grau de imaturidade em relação aos mecanismos de proteção dos direitos da criança.

O tratamento dispensado às reportagens sobre adolescentes em conflito com a lei enfrenta na mídia grande dificuldade, uma vez que a maioria dessas matérias reforça a responsabilidade do adolescente, ou seja, quase sempre coloca o adolescente como responsável pela situação de violência que o envolve.

No próximo capítulo, analisaremos as matérias dos jornais selecionados para a pesquisa com o olhar no conceito da criança e do adolescente a partir dos discursos apresentados com enfoque em contextos de trabalho infantil, saúde, educação e violência.

CAPÍTULO III

3 O CONCEITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE NOS JORNAIS PARAIBANOS

O material empírico utilizado consiste nos jornais diários O Norte, Correio da Paraíba e Jornal da Paraíba, com um recorte nos meses de julho e outubro de 2007 e 2008, respectivamente. O objetivo não é traçar níveis de comparação entre os jornais, mas analisar como é construído o conceito de criança e adolescente no cotidiano dos jornais da Paraíba.

A Análise do Discurso enquanto base metodológica da pesquisa propõe “descrever as articulações entre a materialidade dos enunciados, seu agrupamento em discursos, sua inserção em formações discursivas, sua circulação através de práticas, seu controle por princípios relacionados ao poder, sua inscrição em um arquivo histórico” (GREGOLIN, 2007, p. 12).

Adotamos a Análise do Discurso como metodologia para a pesquisa porque acreditamos que “em toda sociedade, a produção do discurso é controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certos procedimentos” (GREGOLIN, 2007, p. 54). A mídia enquanto instância da sociedade desempenha essa função, sobretudo, porque a sociedade encontra-se envolvida na circulação de sentidos produzidos não apenas pelo jornal, mas por todos os suportes midiáticos.

A escolha do recorte deu-se pelo fato de que o cotidiano da criança e do adolescente é retratado nesses meses considerando o aniversário do Estatuto da Criança e do Adolescente (13 de julho) e o Dia da Criança (12 de outubro).

Destacamos, porém, que a inserção de matérias sobre crianças e adolescentes para o período de análise não está atribuído aos eventos que ocorrem nesses meses: o aniversário do Estatuto da Criança e do Adolescente e o Dia da Criança.

O crescimento da veiculação de notícias ou reportagens sobre a criança e adolescente está associado ao aumento de fatos que envolvem os mesmos em situações de violações de direitos. Portanto, enfocam iniciativas e denúncias sobre essas violações, seja no campo das políticas sociais seja no campo da violência de qualquer natureza (física, sexual, psicológica).

Porém, o aumento no número de notícias aponta para uma visão de criança como um sujeito estigmatizado pelo referencial da idade cronológica. Nas análises, constatamos o uso recorrente das fontes como a polícia, juízes, promotores, instituições legais que atuam na defesa da criança e do adolescente. Tais fontes revelam-se como estratégias a fim de mostrar que o tema permanece sendo caso de tutela, não pelo fato de tratar-se de pessoas que ainda não atingiram a maioridade.

“O fato de os jornais estarem cheios de declarações, convocações, promessas e julgamentos provindos de pessoas com poder significa que tais textos de imprensa contêm grande quantidade de discurso estilo público, oficial, privilegiado” (BONFIM, 2002, p. 52).

Nas matérias analisadas, fontes como a família, a própria criança ou adolescente não são ouvidas com igual destaque. Se por um lado a voz da criança é silenciada, por outro, os órgãos se encarregam de sentenciar uma infância desprovida de voz, em constante processo de mudanças influenciado pelas circunstâncias sociais, históricas e políticas.

A situação de vulnerabilidade da criança abordada pela mídia constrói uma concepção de que a pobreza e a miséria chamam atenção do leitor. Em contrapartida, mostrar o cotidiano e a realidade social vivenciada por esse público acaba sendo positivo. Nesse caso, é pertinente frisar o que Martino (2003) diz sobre a produção da notícia.

A produção de notícias, à vista do senso comum, parece ser o que há de mais óbvio e intuitivo dentro das práticas sociais. Todavia, a inocência dessa perspectiva é rapidamente desmentida quando conhecemos as características da transformação do cotidiano em quantidades compactas de texto e imagem, pacotes de informação contendo os acontecimentos reais (MARTINO, 2003, p. 107).

O autor salienta ainda que, “a evidente desproporção entre o imenso número de fatos cotidianos e a pequena parcela realmente transformada em notícia pressupõe algum tipo necessário de seleção” (MARTINO, 2003, p. 107). Ou seja, a decisão do que vai virar notícia não depende exclusivamente do fato, mas a escolha pressupõe um ou vários critérios.

O discurso, no contexto das notícias, sobre criança e adolescente aparece para o leitor como uma sequência de fatos, os quais reforçam interpretações dos sentidos construídos no cotidiano. Em geral, as matérias do gênero informativo geram sentidos segundo os critérios do jornalismo. São fatos, eventos que envolvem a necessidade da reflexão e despertam o consenso sobre o que está pautado no cotidiano midiático. Mas o discurso da mídia não é somente informativo, não pretende só transmitir o saber, mas também pretende fazer sentir (ALSINA, 2009).

De acordo com Mamede (1996), para produzir certos sentidos, o discurso jornalístico evoca diferentes vozes, faz montagens, opera determinadas condições de produção com objetivo de dar visibilidade aos fatos.

As matérias sobre criança e adolescente são veiculadas dando um diagnóstico da realidade social, econômica e política desse segmento na sociedade. Nos vários campos discursivos apresentados pelos jornais – trabalho infantil, violência, educação, saúde, lazer – observamos a construção do conceito de criança ligado à ausência ou negação de direitos sofridos por esse público.

3.1. O trabalho infantil em foco

O tema trabalho infantil está constantemente no cotidiano dos jornais analisados. A matéria cujo título é “5 mil crianças trabalham nas ruas” aborda a questão do trabalho infantil, embora seja uma matéria sobre o aniversário de dezessete anos do Estatuto da Criança e do Adolescente.

O discurso do jornal mostra a relação do descumprimento da Lei, com enfoque na situação do trabalho infantil, assim como a exposição das crianças às drogas e à violência das ruas. O jornalista faz uso de expressões – abandonadas, perambula, à mercê - que revelam a condição de pobreza e descuido com as crianças.

Nas calçadas, em baixo das marquises, trabalhando na cidade ou amontoadas em casas abandonadas, os meninos e meninas de rua de João Pessoa refletem a desobediência da sociedade paraibana ao Estatuto da Criança e do

Adolescente (ECA) que completa hoje 17 anos de existência. Fora de casa, sem qualquer referencial da família, a população que perambula pelos bairros fica à mercê da violência e droga, sem desenvolvimento sócio-educativo. (O Norte, 13.07.07).

No discurso do jornal não é consenso que o trabalho infantil seja prejudicial ao desenvolvimento da criança. Ao dar voz à criança que exerce algum tipo de trabalho, o jornal deixa margem para que o leitor referende uma opinião que defende ou desaprove.

Na matéria “Crianças que recebem bolsas do Peti trabalham no lixão de CG” o jornal relata a situação de desafio do Estado em manter as crianças fora do trabalho e gera reflexões acerca do trabalho infantil associado ao desejo da criança ou do adolescente.

Mesmo inscrito no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti) criado exatamente para tirar crianças de ambientes deste tipo – o menino não deixou o trabalho e assume que passa parte do dia no local. Com ele, são pelo menos 50 meninos e meninas, trabalhando diariamente em meio aos entulhos (Jornal da Paraíba, 10.07.07).

O jornalista inicia a matéria apresentando o objetivo do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil e comenta sobre o número de crianças que permanecem no trabalho mesmo tendo acesso ao benefício. Uma das fontes da matéria é uma criança que fala sobre a remuneração pelo trabalho realizado. “Tirei R\$ 130 na última semana. Dou parte para minha mãe e depois fico com o resto. Já comprei até uma bicicleta”, e o repórter acrescenta ao discurso da fonte: “comemora o menino de 14 anos de idade” (Jornal da Paraíba, 10.07.07).

Como um tema recorrente dos jornais analisados, o trabalho infantil assume uma posição da construção do conceito de criança no cotidiano midiático. Ou seja, as múltiplas vozes ouvidas nas matérias sobre o assunto são conflitantes.

Na matéria “Menores passam até 10 horas em semáforo para ganhar um salário” (Jornal da Paraíba, 05.07.08), analisamos que o jornalista destaca a necessidade financeira que faz a criança e o adolescente descumprirem as regras estabelecidas pelos programas sociais.

O recurso da fala da criança reforça o trabalho como garantia de sobrevivência. A matéria não traz reflexões sobre as consequências do trabalho infantil, a exemplo da evasão escolar, dos problemas de saúde etc.

Em troca de dinheiro, crianças e adolescentes passam o dia nos sinais de trânsito de Campina Grande limpando carros.

Atraídos pela possibilidade de ganhar até um salário mínimo por mês, os meninos não temem perder as bolsas dos programas sociais que pagam um valor irrisório se comparado ao que eles faturam lavando para brisas dos carros.

“O apurado da semana, dou para a minha mãe, e o do domingo fica para mim”, diz o adolescente.

A matéria “Cresce índice de trabalho infantil na Paraíba” (Jornal da Paraíba, 03.10.07) exemplifica a divergência de opiniões sobre o trabalho infantil. O jornalista apresenta dados da situação com base em pesquisas e traz uma fonte do Poder Público para justificar o aumento de crianças trabalhando.

Em 2004 a taxa de ocupação de crianças e adolescentes na faixa etária de 5 a 15 anos, no Estado, era 10,94% passando em 2005, para 13,22%, segundo dados da PNAD/IBGE.

“O problema é que muitos adolescentes já têm garantido o Bolsa Família e não frequentam as oficinas do Peti. Isto é o que leva essas crianças a rua”, disse Isa Arroxelas, Secretária Adjunta Desenvolvimento Humano (Estado).

Outra matéria analisada evidencia o discurso que, para o leitor, não apresenta um consenso sobre o trabalho infantil. O discurso da matéria “Crianças continuam arriscando vida em semáforos da Capital” (Correio da Paraíba, 03.07.07) é analisado como um discurso difícil de definir como consensual.

Crianças e adolescentes continuam nos semáforos de João Pessoa fazendo malabarismo. Nos sinais de trânsito do Bairro de Manaíra, próximo ao Retão, é comum observar meninos se revezando na frente dos carros com objetivo de ganhar um trocado dos motoristas.

O grande problema, segundo ele (Secretário de Desenvolvimento Social do Município de João Pessoa) é a retaguarda, ou seja, um local para onde essas crianças possam ser encaminhadas, após recolhidas das ruas.

“Nós não podemos assumir essa situação, sem antes conversarmos com os gestores dos demais municípios, porque iremos retirar essas crianças das ruas e em pouco tempo elas retornarão”, explicou o secretário.

“A gente ganha R\$ 10 até R\$ 25,00 e dá para a mãe”, disse um dos meninos, de nove anos.

A matéria contextualiza o fato e em seguida apresenta as vozes. A fonte institucionalizada justifica a fragilidade de atuação do Poder Público para combater o problema. A criança enfatiza o uso do dinheiro ganho com o trabalho nos semáforos da Capital. Evidencia-se aqui a divergência de opiniões que o discurso do jornal constrói e apresenta ao leitor sobre o trabalho infantil.

Mais de mil crianças estão sendo exploradas pelo trabalho infantil em João Pessoa, segundo levantamento da Secretaria de Desenvolvimento Social (Sedes).

Para o secretário Alexandre Urquiza (Sedes) o desemprego é um dos principais motivos que levam essas crianças às ruas da capital, mas ele ressalta que grande parte delas vem de municípios vizinhos e que, uma vez devolvidas às suas cidades, retornam à capital.

Os trechos são da matéria “Mais de mil crianças são vítimas do trabalho infantil na capital” (Jornal da Paraíba, 01.07.08). O jornal utiliza, mais uma vez, o discurso da fonte instituição para justificar o trabalho infantil e a fragilidade da atuação para coibi-lo.

As matérias cujo foco é o trabalho infantil aponta para um conceito de criança que não existe considerando as necessidades de sobrevivência. O jornalista desempenhou seu papel: “recopilar os acontecimentos e os temas importantes e dar-lhes sentido” (ALSINA, 2009, p. 47).

3.2. O discurso sobre a violência contra a criança

O tema violência é abordado, em geral, pelo prisma do abuso e exploração sexual. São textos noticiosos que, geralmente, mostram casos de denúncias, ações do poder público para combater os responsáveis. As fontes são instituições como a Polícia, Promotoria e Juizado da Infância e Juventude, instituições que atendem as vítimas de violência. Os jornais imprimem para esse tema maior precaução quanto ao uso da fala da criança e do adolescente.

A matéria “Impunidade dificulta combate à exploração” (Jornal da Paraíba, 11.07.08) aborda os casos de violência sexual contra crianças e adolescentes. O texto direto descreve a situação a partir de fontes institucionais.

A impunidade para exploradores sexuais da criança e do adolescente ainda é um dos problemas mais graves apontados pelas autoridades, órgãos e entidades que combatem os crimes sexuais contra as crianças.

Na cidade de Sapé, onde recentemente a polícia e o Ministério Público desbarataram uma rede de exploração sexual infantil, a Promotora de Justiça da Infância e Juventude Fabiana Lobo informou que o número de denúncias triplicou devido à conscientização da população através das campanhas e do engajamento das famílias no combate através de denúncias.

Observamos que as matérias sobre esse tema apresentam caráter de denúncia e constituem um dos assuntos que mais geram pautas para os jornais em análise. Para explicar tal preferência citamos Alsina (2009, p. 13) para dizer que “a opulência na informação que existe hoje em dia na sociedade obriga a uma delimitação nos campos de atenção dos temas”.

Na visão de Charaudeau (2006, p.101), “sendo a finalidade da informação midiática a de relatar o que ocorre no espaço público, o acontecimento será selecionado e construído em função de seu potencial de ‘atualidade’, ‘socialidade’ e ‘imprevisibilidade’”. Desse modo, as notícias sobre criança e adolescente atendem, no geral, aos primeiro e terceiro potenciais. No cotidiano, os casos de violência sexual têm destaque nos jornais. São fatos quase sempre atuais e que mostram imprevisibilidade quer pela idade da criança, quer pelo grau de parentesco do agressor.

Destacamos na matéria “PB registrou 394 denúncias de crime sexual” (Jornal da Paraíba, 18.10.08) que o discurso sobre a violência sexual contra criança acompanha dados quantitativos e utiliza a voz de quem acompanha as resoluções dos casos.

A Paraíba registrou 394 denúncias de abuso e exploração sexual contra crianças e adolescentes no período de janeiro até 15 de outubro deste ano.

“A parte crítica é no bairro do Varadouro, nas proximidades do Terminal Rodoviário, em João Pessoa. Na área é comum crianças e adolescentes serem vítimas de abuso sexual. O que nos chama atenção é que as pessoas vêm de Santa Rita, Bayeux e de cidades do interior para ganhar dinheiro através da prostituição”, declarou o conselheiro Luiz Brilhante.

Outro aspecto nas notícias, cujo campo discursivo é a violência, é a questão econômica que aparece como “pano de fundo”, como explicação. O discurso que diz “as pessoas vêm de Santa Rita, Bayeux e de cidades do interior para ganhar dinheiro através da prostituição” não deixa claro se faz referência às crianças e aos adolescentes, ou se às pessoas adultas que se aproveitam das crianças para “ganhar dinheiro”.

O discurso jornalístico dá margens a interpretações variadas, inclusive de desconstrução de conceitos e construção de preconceitos. Apesar de ser um discurso que evidencia a denúncia, o uso da fala da fonte constitui um apelo do jornal para mostrar a questão financeira como justificativa para a prática da violência sexual de crianças e adolescentes.

O conceito de criança que observamos nas matérias, cujo tema é a exploração sexual, nos parece um conceito de fragilidade e da necessidade de atenção. Além do caráter de denúncia, as matérias trazem apelo para intervenção das instituições e da sociedade como um todo.

No entanto, a análise do uso de determinadas terminologias são reprováveis quando o objetivo é uma ação propositiva e interventiva para enfrentar o problema. Os termos ‘prostituição’ e ‘menor’, embora não recomendado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, são utilizados com frequência como forma de chamar a atenção do leitor.

A matéria “Drogas e prostituição em Tambaú” (Jornal O Norte, 26.10.08) mostra o uso desses termos. A abordagem principal da matéria é o problema das drogas que causam

prejuízos aos comerciantes. A utilização do termo “menor” no discurso jornalístico identifica que se refere à criança.

A vendedora Luceilma Santos confirma que um dos problemas da orla é a presença de menores drogados.

“O que prejudica muito são as crianças, que ficam na frente dos estabelecimentos, como bancas de revistas e restaurantes, e os turistas têm medo de entrar e comprar. Além disso, já vi muitas pessoas, inclusive, dando dinheiro para os menores comprarem crack para eles”, disse.

O apelo no título causa impacto revelando a força na construção do sentido. Nas entrelinhas do texto, esse impacto é reforçado com as várias vozes que ecoam legitimando o que foi dito. No campo discursivo da violência, o contexto em que os fatos são transmitidos mostra que o tema reúne critérios fortes para constituir pauta no jornal diário.

A cobertura do tema quase sempre mostra o fato em si, as ações do Poder Público e a convocação para a vigilância coletiva no sentido de prevenir os acontecimentos dos casos de violência. A matéria “Juíza proíbe meninos na rua após 22h” (Correio da Paraíba, 22.10.08) aborda uma ação do Ministério Público em favor do combate à exploração sexual de crianças e adolescentes. No entanto, utiliza um discurso que, além da criança, a família também sofre penalidades. O conceito de criança está associado ao conceito de família.

As crianças e adolescentes com menos de 14 anos do município de Sapé estão proibidas de frequentar locais públicos, desacompanhados dos pais ou responsáveis a partir das 22h. O toque de recolher foi determinado pela juíza da 2ª Vara da Infância e Juventude, Maria Aparecida Sarmento Gadelha.

“Este seria o papel das famílias, mas como elas são omissas, o Estado tem de intervir de alguma forma”, disse a promotora da Infância e Juventude de Sapé, Fabiana Lobo.

A omissão da família mais uma vez é reforçada no discurso do jornal como fato cotidiano na vida das crianças de classe pobre. O jornal se apóia nas vozes especializadas para reforçar as fragilidades da família sem contextualizar os aspectos em que elas estão inseridas. O que caracteriza a observação de Martino:

As práticas cotidianas, objeto principal da notícia, são carregadas de significados unicamente objetivados quando de sua representação. A ação social intersubjetiva no chamado “mundo da vida”, quando objetivada em uma notícia, permite uma melhor contextualização e compreensão de suas intenções e motivações (MARTINO, 2003, p. 69).

A motivação do jornal, embora não intencional, é mostrar que a situação da criança depende da relação familiar. Ao se referir à família como “omissa”, o jornal legitima uma realidade construída segundo critérios da produção midiática e dissemina valores, conceitos e preconceitos sobre a relação família-criança.

Apesar dos avanços no tratamento da temática, o discurso do jornal, nas matérias analisadas, apresenta a situação da violência sexual como relacionado à ausência do acompanhamento da família. A prática do discurso jornalístico remete à relação de “culpabilidade”, se é que há, sobre a família ou sobre a própria criança.

3.3. Saúde e educação como temas midiáticos

No período analisado, os jornais não pautaram o tema saúde com a mesma ênfase dos temas trabalho infantil e violência sexual. O discurso sobre o tema saúde, em geral são matérias do gênero notícia com informações de fatos pontuais, a exemplo das doenças que acometem a população, em especial a criança e o adolescente na época de verão ou inverno.

Ambos os temas envolvem questões culturais, e uma vez apropriados pela ótica midiática tanto podem reforçar e/ou desmitificar situações já vivenciadas pelo leitor.

As matérias “Doenças do verão aumentam internações em 80%” (Correio da Paraíba, 28.10.07) e “Idosos e crianças são mais vulneráveis” (Correio da Paraíba, 01.07.07) são veiculadas sob dois aspectos: alerta e de comparação. De alerta para que os cuidados com a saúde sejam redobrados. O conceito de criança está baseado na necessidade de cuidados, no sujeito frágil.

E de comparação entre os conceitos de idoso e criança sob o aspecto da vulnerabilidade, a necessidade de atenção é similar: as crianças estão em processo de desenvolvimento, os idosos estão no processo de perda de alguns agentes de defesa no organismo. Ouvir o especialista passa a ser uma estratégia do jornalista para reforçar o discurso.

Segundo a diretora, Aparecida Amorim, os pais devem observar bem os locais onde os filhos brincam para evitar que eles entrem em contato com areia suja e contraiam micoses e eczemas.

Segundo Aparecida, são realizados aproximadamente 250 atendimentos de urgência a crianças por dia durante o verão, o que dá uma média de 7,5 mil por mês.

Concluimos que “a influência oficial sobre as formulações da mídia é construída em bases mais tradicionais e permanentes que eventuais” (BONFIM, 2002, p. 51). De modo que a voz da diretora para falar dos atendimentos, como outras vozes que referendam as informações são recorrentes no discurso jornalístico.

Nas matérias relacionadas à saúde, o jornalista exerce o papel social institucionalizado e legitimado. Segundo Alsina (2009, p. 269), “o jornalista possui um papel social institucionalizado e legitimado na transmissão do saber cotidiano e age como tradutor do saber dos especialistas para o grande público”.

As crianças e os idosos são os que mais sofrem com as doenças respiratórias. Além disso, as pessoas que estão nesses dois grupos etários apresentam mais dificuldade para expectorar as secreções, porque não têm força muscular suficiente para tossir e eliminar o muco.

“Enquanto os pequenos ainda estão criando anticorpos de defesa do organismo, os mais velhos estão no processo de perda desses agentes”.

Nas matérias analisadas, o discurso sobre o tema saúde aborda questões sociais como a precariedade de saneamento, tratamento de água e esgoto, além da condição de pobreza de parte da população. Em alguns discursos podemos perceber o conceito de criança associado à

ausência de cuidados básicos. Na matéria que tem o título “Diarréia interna 2 crianças a cada hora” (Correio da Paraíba, 07.10.07), observamos que o discurso enfatiza os problemas de saúde provocados pela ausência de investimentos nos serviços públicos de água e saneamento.

A cada hora duas crianças são internadas na Paraíba com diarréia, provocada pela falta de acesso à água tratada e saneamento. De 2003 a 2006, a SES registrou a morte de 227 crianças menores de cinco anos na Paraíba, em decorrência de diarréias.

Dados da SES mostram ainda, que na PB, as doenças causadas pela falta de saneamento e pobreza, são responsáveis por 54,7% das mortes, dentre os óbitos infantis por Doenças Infecciosas e Parasitárias (DIP).

O jornal utiliza estratégias que favorecem a construção do “discurso no qual se possa acreditar” (ALSINA, 2009, p. 49), a exemplo de dados quantitativos, levantamentos estatísticos baseados em fontes oficiais e especializadas. No discurso informativo, o jornal recorre ao recurso que viabilize essa credibilidade.

O jornalista lança mão das aspas nos depoimentos e os dados quantitativos são apresentados para reforçar a informação transmitida. Por essa razão, afirma Alsina (2009) o jornal faz com que apareçam no discurso informativo as fontes da informação consultadas pelo jornalista.

O campo discursivo da educação, nas matérias analisadas, segue o mesmo padrão adotado em relação às matérias sobre a saúde. Dentre os recortes da área da educação aparecem, no cotidiano dos jornais, a questão da evasão escolar, o papel da família no processo educacional, inclusive chamando a atenção quando existe a negligência familiar nesse processo.

A negligência da família em relação aos filhos é tratada como situação de intervenção, e a criança, nesse contexto, é conceituada como a criança vulnerável. Na matéria “MPE processa 100 pais em Sapé” (O Norte, 03.10.07), o jornal enfatiza através da voz da autoridade (Promotoria da Infância e Juventude): “Crianças em situação de risco deverão ter atenção integral”. Uma afirmação que leva o leitor a interpretar de formas distintas o conceito de criança também no âmbito da educação.

Caso estas medidas não sejam bem sucedidas, a titular da Segunda Promotoria da Infância e Juventude de João Pessoa, Soraya Escorel disse que o Ministério Público poderá entrar ainda com ação para que estas crianças sejam adotadas por uma nova família. A promotora disse ainda que não se pode permitir que os pais deixem as crianças sem estudar.

“O Ministério Público vai cobrar isso, para fazer com que o município melhore o atendimento a estes jovens”.

As condições sociais, históricas e econômicas das crianças são tratadas pelos jornais nos campos discursivos analisados. Assim como nas matérias sobre a violência, o jornal imprime ao discurso sobre a saúde, a educação e o lazer um conceito de criança a partir dessas condições. Conceito de criança que tem direito e esses são efetivamente garantidos.

A matéria “Espaço para lazer e novos amigos” (O Norte, 01.07.07) aborda como as colônias de férias para crianças e adolescentes favorecem a relação com a escola. No discurso aparece a “saída para fugir da rotina”. Expressões como “desenvolvem a sociabilidade”, “renovem as energias” soam como compatíveis para um conceito de criança cujo direito à educação e ao lazer é respeitado.

Tão importante quanto à inserção em uma rotina escolar, o período de lazer para crianças e jovens é essencial para que eles renovem as energias. Uma das opções neste mês de julho são as colônias de férias.

“As crianças mudam a rotina e desenvolvem a sociabilidade. Muitas fazem amizades e aprendem informações sobre ecologia, além de ter mais contato com o meio ambiente”.

A criança, nesse contexto, é visualizada pelo discurso jornalístico de maneira diferente das condições da criança que é mostrada na matéria “Meninos chegam à adolescência envolvidos com o crime” (Jornal da Paraíba, 29.10.08). As expectativas de vida são anunciadas em longo prazo para a criança da primeira matéria, enquanto que na segunda, sequer existe, no discurso, a presença da ideia de criança. O processo entre infância e adolescência vivenciado, sobretudo na escola, aparece tolhido pelas condições já referidas.

A questão da evasão escolar, na matéria “Meninos chegam à adolescência envolvidos com o crime”, está associada à situação de rua, ao envolvimento com as drogas e à falta de responsabilidade dos pais para que as crianças permaneçam na escola. O discurso enfatiza a responsabilização da família e a expõe como “omissa”, o que favorece o reforço de sentidos e reflexões sobre o papel da família.

A proximidade com a violência nas favelas e o convívio desde cedo com uma ‘overdose’ de riscos sociais faz com que alguns jovens cheguem à adolescência já mergulhados em um mundo de crimes. Esse é o caso de Daniel*, de 13 anos, que, apesar da pouca idade, já carrega no “currículo” acusações e medidas sócio-educativas cumpridas por roubos, arrombamentos de casa e uso de entorpecentes.

“Ele consome maconha e com tão pouca idade já me disse que está no mundo para matar ou morrer. Não importa”. (Rita de Cássia - Conselheira Tutelar).

O leitor é conduzido a julgamentos negativos, especialmente pela forma como a matéria evidencia a ausência da participação familiar no controle das ações dos filhos. A intervenção do Estado é frisada na voz da fonte institucional, o que também reforça negativamente a relação da família com os filhos.

3.4 O discurso sobre a criança como responsável por atos infracionais

As matérias que abordam o envolvimento de crianças e adolescentes em delitos ou atos infracionais recebem grande destaque nos jornais. Inclusive o tema da violência praticada por esse público gera polêmica, que é revelada nas vozes das fontes.

Nessas matérias, o cotidiano no qual a violência está presente e em destaque nos meios de comunicação cada vez mais traz notícias da participação desse público como responsáveis pelas violências praticadas. O Estatuto da Criança e do Adolescente é apresentado como uma lei que precisa ser repensada, não apenas enquanto legislação, mas pelo que ela representa

para uma parcela da sociedade que acredita ser a Lei uma forma de proteção para adolescentes que cometem atos infracionais, como impedimento para punição dos seus atos.

Amparados nas fontes especializadas e, sobretudo, institucionalizadas, os jornais exteriorizam as reações sobre a questão da criança e do adolescente em conflito com a lei. Apontam como justificativa para tal situação a consequência da pobreza, a ruptura dos padrões familiares, frisando a ausência das condições de educação, emprego e moradia.

Com o título “Menino tenta violentar criança em CG” (Correio da Paraíba, 24.07.07) a matéria diferencia o “menino” de doze anos de idade, da “criança” de quatro anos pelo fato da violência cometida. Do ponto de vista da faixa etária definida por lei, ambos são crianças. Mas o ato do “menino” aponta para o conceito da criança do “Código de Menores”.

A matéria contextualiza uma situação de negligência familiar, a intervenção do Ministério Público através da ação dos moradores para solucionar um problema de segurança pública.

“Vivíamos sem sossego aqui. Nossos filhos não podiam sair de casa e o barulho que vinha da vila era insuportável. As drogas mais pesadas eram vendidas a qualquer hora, mas o pior era acompanhar o descaso com as crianças, falou”.

Um menino de doze anos espancou e tentou violentar sexualmente um menino de apenas quatro anos na última sexta-feira, no Conjunto Rocha Cavalcante. De acordo com a auxiliar de serviços gerais, Ester Maria Ferreira, 42, o adolescente ameaçava crianças e adultos de morte e violência sexual.

Nas matérias, cujo campo discursivo aborda a violência praticada pela criança ou adolescente, observamos que o jornal recorre ao uso das fontes institucionalizadas para mostrar um conceito de criança ou adolescente sem limites para com seus atos. A matéria “PRF faz blitz par impedir ação de adolescentes vândalos nas estradas” (Correio da Paraíba, 05.07.07), o órgão fiscalizador, no caso a Polícia Rodoviária Federal, é a única fonte que se pronuncia.

A Polícia Rodoviária Federal (PRF) está investigando a atuação de vândalos nos trechos que interligam os municípios de Santa Terezinha e Queimadas e Campina Grande, nas BRs 104 e 230. Os acusados são adolescentes que

ficam escondidos em matagais e atiram objetos como pedras e pedaços de madeira.

“Não sabemos os motivos para os atos de vandalismo, mas estamos investigando todos os casos que são denunciados. Os motoristas que foram vítimas devem procurar a nossa delegacia”, alertou o Inspetor da PRF, João Fernandes.

Além da informação da ação da Polícia Rodoviária Federal, o discurso usa o termo “vandalismo” para definir os responsáveis pelas agressões aos motoristas que trafegam pelas rodovias apoiado na fala da fonte. Não é dado espaço para pronunciamento das vítimas, por exemplo. A voz das vítimas é legitimada pelas fontes institucionalizadas.

“De acordo com a juíza Virgínia Gaudêncio de Novais, 95% deles são oriundos de famílias desestruturadas, sem harmonia emocional e financeira, que não frequentam a escola ou que fazem uso de algum tipo de droga. Apesar disso, ela revela que 40% desses jovens conseguem ser ressocializados após cumprir as medidas sócio-educativas impostas”.

Ela afirmou que a maioria dos crimes cometidos por crianças e adolescentes (60%) é contra o patrimônio, ou seja, são furtos e roubos, considerados de natureza leve. Mas, o número de casos de atos violentos, como assaltos, estupros e homicídios cometidos por jovens ainda é relevante, principalmente pelo fato da maioria destes ter entre 16 e 17 anos.

Nesse caso, “a intervenção da polícia e a figura do juiz – materialização das imagens da ordem – constituem os fatos que conduzem a narrativa jornalística” (FRANÇA, 2009, p. 494). No *corpus* analisado, os fatos negativos aparecem com mais evidência no cotidiano do jornal quando o assunto envolve a criança ou o adolescente. Os acontecimentos negativos são mais noticiáveis. As fontes da notícia colaboram para reforçar o aspecto negativo do acontecimento enquanto prioritário na agenda do cotidiano jornalístico.

Na matéria “Vara tem 3 mil processos contra adolescente” (Correio da Paraíba, 11.07.08), a juíza utiliza o discurso para justificar as causas que levam o adolescente a cometer delitos. Ao atribuir à desestruturação familiar e ao fato da impossibilidade de punições mais severas aos casos mais violentos, o leitor tem duas afirmações referendadas pelo jornal: a questão financeira e a discussão da redução da maioridade penal, ao destacar que “o número de casos de atos violentos como assaltos, estupros e homicídios cometidos por

jovens ainda é relevante, principalmente pelo fato da maioria destes ter entre 16 e 17 anos”. Nos dois casos, vincula o conceito de criança e adolescente de forma negativa.

O mesmo procedimento de cobertura acontece na matéria “Adolescente teria matado mais de 10” (Correio da Paraíba, 20.07.08). Trata-se da investigação policial para averiguar a existência de uma “quadrilha acusada de extermínio”. A condição financeira, outra vez, aparece como justificativa para o envolvimento do adolescente na criminalidade.

“Só matei Aristide, mesmo” (fala do adolescente). “O que impressiona é a frieza desse jovem” (fala do delegado). As vozes do adolescente e do delegado credenciam o leitor para fazer “julgamento” do fato. De um lado a “confissão”, do outro a avaliação de quem tem o poder de condenar ou absolver.

De família pobre, o adolescente de 17 anos apreendido com o grupo, que nesta reportagem o chamaremos de “Gabriel”, foi aliciado logo cedo por um traficante de João Pessoa. Segundo o delegado Walter Brandão, Gabriel teria matado mais de 10 pessoas em vários bairros da Capital.

“Foi um amigo que me ofereceu, peguei porque quis”, afirmou.

Os trechos acima contextualizam uma situação na qual o jornal, enquanto mediador, encontra-se também como formador de opinião. Mas, o fato nunca é transmitido à instância de recepção em seu estado bruto, para sua significação, depende do olhar que se estende sobre ele (CHARAUDEAU, 2006). Ou seja, embora o receptor receba a influência do discurso, cabe a ele atribuir o sentido.

É, sobretudo, nas matérias sobre a violência praticada pela criança e pelo adolescente que a atribuição do sentido pelo receptor é suscitada. “Adolescentes mascarados assaltam e impõem medo em bairro de Campina Grande” (Jornal da Paraíba, 27.10.07). A matéria relata sobre adolescentes que estão “promovendo uma onda de medo nos bairros”. A expressão “decidem” é usada na fala da fonte, Promotor da Infância e Juventude, para justificar a responsabilidade do adolescente no envolvimento com o crime e uso de drogas.

Meninos e meninas com idade entre 13 e 16 anos, utilizando capuzes e máscaras estão promovendo uma onda de medo nos bairros do Jeremias e Araxá em Campina Grande.

A situação foi denunciada à Curadoria da Infância e Juventude de Campina Grande por moradores dos locais que estão amedrontados com a ousadia dos adolescentes e a violência com que eles estão agindo nos dois bairros.

“São menores que decidem entrar no mundo do crime e não tem dinheiro para bancar o consumo de drogas, por isso passam a agir a serviços dos traficantes, roubando celulares, fazendo assaltos e assumindo postos no tráfico de drogas desses bairros”.

A descrição da forma como os adolescentes agem “utilizando capuzes e máscaras” aponta para a construção prévia do conceito associado à violência. O mesmo sentido criado na matéria “Meninos chegam à adolescência envolvidos com tráfico e crimes” (Jornal da Paraíba, 28.10.07). A voz da fonte institucional é utilizada de forma estratégica para mostrar a “autonomia” da criança ou adolescente para se envolver com atos infracionais.

A proximidade com a violência nas favelas e o convívio desde cedo com uma ‘overdose’ de riscos sociais faz com que alguns jovens cheguem à adolescência já mergulhados em um mundo de crimes. Esse é o caso de Daniel*, de 13 anos, que, apesar da pouca idade, já carrega no “currículo” acusações e medidas sócio-educativas cumpridas por roubos, arrombamentos de casa e uso de entorpecentes.

“Ele consome maconha e com tão pouca idade já me disse que está no mundo para matar ou morrer. Não importa”, relatou a Conselheira Tutelar.

A associação do envolvimento com drogas aos fatos de violência praticada por criança ou adolescente são matérias do cotidiano do jornais que constituem o *corpus* da pesquisa. O título da matéria “Consumo de droga faz crescer a criminalidade” reflete bem o discurso jornalístico. No decorrer do texto, as informações apontam a relação entre o envolvimento com drogas e a situação de “vulnerabilidade social” da criança e adolescente do cotidiano jornalístico.

Dos cerca de 150 casos que chegam ao conhecimento do Conselho Tutelar Norte todos os meses, 30% correspondem a envolvimento de crianças e

adolescentes com o tráfico e consumo de drogas ilícitas sendo que o crack está avançando e já é a preferida dos consumidores que vivem nos bairros periféricos.

A conselheira tutelar da região Sul, Sandra Helena Fabião disse que a droga está diretamente relacionada com a situação de vulnerabilidade social das crianças e jovens e uma vez envolvidos com o vício, é necessário que haja um conjunto de ações para a recuperação dos dependentes.

As matérias cuja representação da criança e do adolescente está construída sobre o aspecto negativo, caracterizam a “quebra da rotina”, a imprevisibilidade. Ou seja, adquirem o “estatuto de acontecimento pertinente do ponto de vista jornalístico” (ALSINA, 2009, p. 312).

A mídia veicula sucessivos fatos que mostram o envolvimento dos adolescentes em conflito com a lei. No mesmo período em que a mídia enfatiza os eventos festivos pelo Dia da Criança, destaca com realce as notícias que têm criança ou adolescente como responsáveis pelos atos de violência. “Adolescente é apreendido com revólver e munições na Capital” (Jornal Correio da Paraíba, 20.10.08) é o título da matéria na qual predomina a descrição do envolvimento do adolescente.

Um adolescente de 16 anos foi apreendido na tarde de ontem, na Avenida Cruz das Armas, em João Pessoa, com um revólver calibre 32 e cinco munições. Ele foi surpreendido por uma viatura da Polícia Militar, quando trafegava de bicicleta na avenida, uma das mais movimentadas da Capital, com a arma na cintura. De acordo com o rapaz, a arma teria sido adquirida há alguns dias na feira de troca no bairro da Imaculada, em Bayeux, numa negociação que envolveu uma bicicleta velha e R\$ 60 em dinheiro.

A matéria “Adolescente confessa assassinato” fala sobre o envolvimento de um adolescente na morte de um advogado, em que a fonte principal é o delegado. O termo “menor”, assim como a utilização das iniciais do nome são recursos que apontam para a construção do conceito de criança em “situação irregular”.

Na madrugada de ontem, policiais da Delegacia de Vigilância Geral da Capital (DVG) apreendeu o menor D.A.S na residência de seus pais no Bairro Roger, em João Pessoa. O adolescente confessou a autoria do crime e revelou os motivos que o levaram a praticar o assassinato.

A matéria “Mendicância na Rodoviária de João Pessoa vai ser combatida” (Jornal O Norte, 18.08.08) trata da situação dos pedintes da Rodoviária da Capital. Os termos “cadastro de menores”, “abordam as crianças”, “medidas necessárias” são usadas para contextualizar a relação de desconforto na Rodoviária de João Pessoa. Apenas pelo título, sem que apareça a identificação criança ou adolescente não é possível analisar que se trata desse público, porém no corpo da matéria as expressões utilizadas fazem essa identificação.

Desde o início da semana os policiais militares que fazem o monitoramento do local estão impedindo que pedintes abordem usuários e realizando o cadastro dos menores que se encontram no local. Segundo representantes da Associação (Locatários da Rodoviária) era possível encontrar mais de 35 crianças, diariamente, fazendo pedidos às pessoas na rodoviária.

“Os policiais agora abordam as crianças e questionam os motivos que as levaram a ir pedir dinheiro na rua. Após a captação dos dados, as informações serão entregues à Curadoria da Infância para que sejam tomadas as medidas necessárias”, afirmou Nobre.

Observamos que a concepção de criança ou de adolescente está associada a fatos cotidianos que têm o “estatuto de acontecimento”. Na matéria “Crianças em risco retiradas da rua” (Jornal O Norte, 31.10.08) o jornal aborda a ação do Ministério Público, das polícias civil e militar ao retirar as crianças da rua. O jornal traz a ação como “força tarefa” dos órgãos públicos.

A expressão “força tarefa” pode ser associada às ações de intervenção policial. O sentido que é construído para descrever a situação de criança de rua sugere a discriminação do público, fazendo associação direta de criança de rua com o “menor infrator” do antigo “Código de Menores”.

Crianças em situação de risco, cheirando cola, portando marica (instrumento para consumir crack), dormindo ao relento. Todos fora da escola. Este foi o perfil das crianças e adolescentes que foram encontrados ontem durante uma megaoperação que contou com mais de 30 pessoas entre policiais civis e militares, Ministério Público, Juizado da Infância e Adolescência e Conselho Tutelar.

“Este tipo de operação deveria ocorrer sempre, porque a gente não suporta mais ser abordado por esses menores que vivem se drogando”, disse a promotora de vendas, Suzana Albuquerque.

Nas matérias cuja ação de violência é praticada por criança ou adolescente o apelo sensacionalista dos títulos é evidente. O sentido construído para a ideia de criança no discurso do jornal, através das várias vozes, aponta para o sensacionalismo. As vozes de pessoas comuns têm lugar quando a intenção é criar um consenso sobre a situação.

3.5 A cobertura dos eventos celebrativos

Os eventos, as atividades comemorativas alusivas à criança constituem campo discursivo do cotidiano jornalístico. São pautas que convergem em matérias para a construção de um conceito de criança sob a orientação da garantia dos direitos, do sentimento de respeito, proteção e envolvimento familiar, ainda que em contextos que mostrem a criança em situação de necessidade.

Na matéria “Sentinela reúne famílias para comemorar o Dia da Criança” (Jornal Correio da Paraíba, 08.10.07), o discurso associa o sentido de comemoração à necessidade da criança que precisa de atenção seja da família ou das instâncias governamentais, a exemplo do Programa Sentinela, que constitui uma ação institucional pública com o objetivo de atender crianças e adolescentes que sofrem violência sexual.

Representantes dos Conselhos Tutelares de João Pessoa, da Sociedade Paraibana de Pediatria, da Curadoria da Infância do Ministério Público da Paraíba e da Secretaria de Desenvolvimento Social de João Pessoa reuniram-se, ontem, em João Pessoa, para comemorar o dia das crianças, junto com as famílias atendidas pelo Sentinela, um centro especializado no atendimento as crianças e adolescentes vítima de violência sexual.

“Esse é um momento ímpar e serve para as famílias atendidas perceberem que existe uma rede de enfrentamento ao abuso e à exploração sexual com quem podem contar” (Maria Salete Freitas, coordenadora do Sentinela).

A criança que aparece na matéria “Sonhos em cartas” (Jornal O Norte, 07.10.07) não é diferente daquela representada na matéria sobre o programa institucional Sentinela. As realidades se aproximam do ponto de vista econômico e social. “Sonhos em cartas” contextualiza a ação de uma instituição pública, a Empresa de Correios e Telégrafos, que investe em atividades que atendam os direitos da criança.

Observamos nos discursos dessas matérias que existe a preocupação de ressaltar ações positivas e o conceito de criança baseado nas referências familiares. O trecho “Então, nos reunimos e compramos um quite escolar” soa como o texto “Sentinela reúne famílias para comemorar o Dia da Criança” (Jornal Correio da Paraíba, 08.10.07), com ênfase de prioridade na criança.

Para muitas crianças paraibanas a chegada do presente natalino só pode se concretizar nas cartas remetidas à Empresa de Correios de Telégrafos (ECT).

Outro caso marcante foi de um menino que tinha dificuldade de deglutir o alimento. Ele pediu um liquidificador e seu sonho foi realizado.

“A menina dizia que a bolsa dela tinha sido retirada do lixo. Então, nos reunimos, e compramos um quite escolar”.

Ao informar quantitativamente, “40% dos pedidos são realizados”, o discurso revela que existe um número maior de crianças a ser atendido pela iniciativa dos Correios em responder aos pedidos recebidos no Natal. A criança que escreve seus sonhos para o “Papai Noel” dos Correios está refletida no discurso da fonte quando explica que a menina retirou sua bolsa do lixo. O apelo para o sentimento que o período natalino favorece está explícito na matéria.

A matéria “Vendas do comércio devem aumentar 8%” (Jornal O Norte, 09.10.08) mostra outro aspecto do evento que comemora o Dia da Criança. O discurso destaca o aspecto econômico, o crescimento das vendas de brinquedos motivado pela data.

Manoel Gomes disse que a procura está muito boa e que espera um crescimento entre 10% e 20% em relação ao mesmo período do ano passado.

“Se a greve dos bancários se estender pode vir a atrapalhar muito o comércio como um todo e não apenas as vendas de produtos infantis, porque vai prender o dinheiro dos consumidores”.

“Nosso objetivo, além de atrair clientes, é colaborar para que muitas crianças tenham um domingo especial, com presente”.

O viés da notícia não condiz com a ideia de criança da matéria. A ênfase é o crescimento das vendas dos brinquedos, a preocupação com o que pode atrapalhar o comércio, com “a greve dos bancários”. O Dia da Criança é utilizada para agregar interesse noticioso ao aspecto econômico da matéria. A participação da família aparece em outro contexto, tanto econômico quanto social.

A matéria “Eca completa sua maioridade” (Jornal O Norte, 13.07.08) trata do aniversário de dezoito anos da lei apontando para as “críticas” e a “luta” da sociedade para efetivação da lei.

Quando foi criado, em 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) se tornou um marco na luta pela garantia dos direitos das crianças e adolescentes brasileiros. Hoje, 18 anos depois, o ECA continua recebendo críticas sobre sua implantação; também é fortemente defendido por seus colaboradores; e ainda é desconhecido da maior partes dos jovens brasileiros.

O trecho “ECA continua recebendo críticas sobre sua implantação” é enfático em mostrar que o Estatuto da Criança e do Adolescente sofre questionamentos das pessoas comuns. As falas das fontes destacam questões centrais que a mídia trabalha sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente – o desconhecimento por parte da população, o trabalho das organizações em defesa da lei e os pontos positivos e negativos apontados pelas autoridades.

O jornal recorre a vários elementos na construção da notícia. A legenda “Defensores do ECA afirmam que há chances de cidadania para crianças e adolescentes se a legislação for seguida e colocada em prática” (Jornal O Norte, 13.07.08). A foto ilustra a matéria sobre o aniversário do Estatuto da Criança e do Adolescente que associa a dependência da garantia dos direitos ao cumprimento da lei.

“Já ouvi falar no Estatuto, mas não conheço tudo dele. Só sei que protege o menor”, afirma o vendedor de Cds piratas, Mateus.

“Se reduzirmos a maioria penal, será preciso reduzir cada vez mais e, ainda mais, teremos adolescentes cometendo crimes”. Flávio Barros – Presidente do CEDCA.

O desconhecimento, a falta de esclarecimento sobre o que é o Estatuto da Criança e do Adolescente são aspectos que aparecem no jornal favorecendo os questionamentos, porém, reforça o conceito de criança problemática do ponto de vista jurídico, retomando as discussões do “Código de Menores”.

3.6 Vozes legitimadoras do discurso do jornal impresso de João Pessoa

Os discursos utilizados para compor os textos de imprensa são denominados de vozes (BONFIM, 2002). Dos repórteres às pessoas comuns, as vozes são trabalhadas no texto midiático para construir a matéria, ilustrar os fatos sob os vários pontos de vista. “O discurso jornalístico vai orquestrar variados recursos – uso de metáforas, ironias, adjetivações – de forma que desmarque sua posição e produza sentidos” (MAMEDE, 1996, p. 93).

Assim como não há gratuidade na representação dos eventos da mídia, também não é à toa que determinadas pessoas são objeto de notícia, nem é por acaso que determinadas instituições e personalidades aparecem constantemente citadas na imprensa (BONFIM, 2002, p.49).

Para Traquina (2005, p.15), “os media podem não dizer às pessoas como pensar sobre os assuntos, mas são bem-sucedidos ao dizer às pessoas no que pensar”. As histórias contadas ganham relevância, são construídas segundo critérios e recebem significações diferentes. Esse é o conceito da Teoria do Agendamento de McCombs e Shaw (1972).

Observamos, no *corpus* analisado, que a ênfase nos campos discursivos sobre a criança e o adolescente não se dá da mesma forma. Os critérios de noticiabilidade são

considerados nos jornais analisados. Quando se trata do sujeito criança e adolescente os jornais estão cautelosos no uso dos termos recomendados para designar esse público, mas com o recurso das vozes, percebemos que os sentidos que o jornal quer construir ou reconstruir acontecem a partir das vozes legitimadoras do discurso.

Os direitos da criança e do adolescente estão nas pautas dos jornais impressos no mês de aniversário do Estatuto e são sempre abordados quando esses direitos são violados de alguma forma, embora as notícias priorizem os discursos de cunho ideológico. As fontes consultadas, nesse tipo de cobertura jornalística, em geral, têm pontos de vistas diferentes e os assuntos são tratados na perspectiva de gerar questionamentos em relação a aplicação da legislação.

No cotidiano dos jornais impressos de João Pessoa, a institucionalização da pauta a transforma em uma questão rotineira, ou seja, os temas sobre criança e adolescente veiculados no jornal impresso de João Pessoa – trabalho infantil, violência, eventos de cobertura do aniversário da lei que garante os direitos e deveres, dia da criança – trazem uma abordagem que procuram evidenciar pontos de vistas dos órgãos ligados à justiça, à saúde, à educação.

Apesar da recomendação dos instrumentos legais, sobretudo o Estatuto da Criança e do Adolescente, das reflexões e iniciativas dos movimentos que atuam na defesa dos direitos da criança e do adolescente, observamos o uso recorrente de termos considerados “politicamente incorretos” nos textos jornalísticos, caracterizando um reforço na produção do conceito estigmatizado da criança e do adolescente.

O emprego dos termos, a exemplo de menor e vandalismo, que denotam preconceito ou estereótipos sobre a criança e o adolescente, em geral, é um recurso do jornal quando utiliza a fala da fonte. Nesse sentido, trazemos a reflexão de Charaudeau (1996) sobre o grau de legitimidade ou autoridade conferido ao sujeito comunicante e capacidade de conquistar a credibilidade dos sujeitos destinatários.

Ou seja, acontece a chamada “cadeia de transformações, na qual textos subsequentes encaixam textos antecedentes” (BONFIM, 2002, p, 24). Esse autor ainda afirma que

O uso do discurso direto ou do discurso indireto pode indicar maior proximidade ou maior afastamento do discurso representador em relação ao discurso representado. Por exemplo, ao usar o discurso direto, o produtor

pode estar trazendo para seu discurso as asserções de outro como forma de reforço da própria autoridade (BONFIM, 2002, p. 23).

Desse modo, ao utilizar declarações, opiniões, promessas, convocações, sobretudo, de pessoas de expressão e credibilidade quer para o jornal quer para o público, os textos jornalísticos tornam-se discursos de estilo público, oficial, privilegiado (BONFIM, 2002), o que aponta para um discurso reconhecido e que pode torna-se legitimado pelo leitor.

4 CONCLUSÃO

A nossa pesquisa, na qual buscamos estudar a construção do conceito da criança e do adolescente no jornal impresso de João Pessoa, aponta que a abordagem contextualizada do fazer jornalístico se torna cada vez mais objeto de estudo da academia. O aprofundamento sobre o que impulsiona os meios de comunicação, independente do suporte, a escolher determinadas coberturas em detrimento de outras; o que o discurso jornalístico representa na vida da sociedade e como as pessoas recebem e interagem com o processo de construção da notícia são elementos plausíveis para a importância do presente trabalho.

É inegável que a comunicação desempenha papel estratégico para a construção e desconstrução da imagem, do conceito de sujeitos sociais; de referência para a dinâmica da vida social tão intrinsecamente envolvida com o aumento e velocidade de circulação de informação.

Os jornais analisados trazem uma cobertura superficial do tema criança e adolescente porque definem a notícia como simples relato dos fatos. Assim, a superficialidade com a qual é tratada a notícia aponta elementos que dividimos em dois pontos: a falta de conhecimento do sistema de proteção integral garantido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente; e a restrição das fontes ouvidas para referendar os fatos noticiados.

O jornal impresso tem dado enfoque às matérias sobre a criança e o adolescente, no entanto, um olhar especial sobre o conteúdo dessas matérias faz-se necessário, sobretudo ao observarmos os instrumentos de proteção dos direitos da criança e do adolescente à luz do contexto histórico e social.

As matérias analisadas evidenciam a legitimação das fontes através do discurso que constrói conceitos da criança e do adolescente a partir da ideia que o jornal estabelece como consenso. O tratamento embasado nos critérios jornalísticos para definir o que é notícia causa influência no posicionamento do leitor diante dos fatos veiculados.

Os jornais mostraram o sujeito criança e adolescente em situações distintas. Ou seja, de um lado sujeitos protagonistas de situações-problemas; de outro, como sujeitos frágeis, vítimas de situações externas a sua condição. Mas em ambos os casos, o jornal sugere um olhar pautado numa realidade que desconsidera suas causas.

Isso sugere que a veiculação de notícias abordando o cotidiano da criança e do adolescente, algumas vezes, chega a caracterizar uma propagação de um discurso baseado na ênfase aos problemas sociais, responsabilizando a criança e o adolescente por ações causadas por um contexto social desconsiderado.

Dos títulos ao texto informativo, aponta-se para a construção de um conceito de criança e adolescente. O discurso construído, através de um fluxo cada vez maior de notícias, torna-se uma forma de orientar a opinião pública sobre esse conceito.

O tema aparece segmentado nos jornais – criança e trabalho infantil, criança e violência sexual, criança e educação. Essa segmentação sugere, de fato, que a ideia de um conceito de criança e adolescente é construída pelo jornal. A mídia referenda o que as fontes expressam nos discursos pessoais ou institucionalizados. Reforçam no imaginário do leitor a ideia ou conceito de criança e adolescente.

Destacamos nessa pesquisa sobre o conceito da criança e do adolescente no jornal impresso a necessidade de um olhar além da preocupação com o mero levantamento de estereótipos porque o contexto histórico e o social respaldam as relações estabelecidas pelo discurso do jornal.

Concluímos, portanto, que o conceito de criança e adolescente gerado pelo jornal impresso de João Pessoa reforça a ideia de que esse público aparece caracterizado por reflexões que contradizem o que a história revela, reforça a visão de que se a criança e o adolescente não estiverem amparados pela família, por condições materiais favoráveis, estarão sempre pautados na mídia, especialmente no jornal impresso.

REFERÊNCIAS

ALSINA, Miquel Rodrigo. **A construção da notícia**. Petrópolis: Vozes, 2009.

ANDI - AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DOS DIREITOS DA INFÂNCIA. **Balas Perdidas**: um olhar sobre o comportamento da imprensa brasileira quando a criança e o adolescente estão na pauta da violência. Brasília: Policor, 2001.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro, LTC Editora, 1981.

BARROS FILHO, Clóvis de. **Ética na comunicação**. São Paulo: Summus, 2003.

BAZÍLIO, Luiz Cavalieri.; KRAMER, Sonia. **Infância, educação e direitos humanos**. São Paulo: Cortez, 2003.

BELTRÃO, Luiz. **Teoria e prática do jornalismo**. Adamantina: Omnia, 2006.

BENETTI, Márcia. Análise do Discurso em jornalismo: estudo de vozes e sentidos. In: LAGO, Cláudia; BENETTI, Márcia (Org.). **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

BONFIM, João Bosco Bezerra. **A fome que não sai no jornal**: o discurso da mídia sobre a fome. Brasília: Plano Editora, 2002.

BRASIL. Ministério da Educação. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

CANCLINI, Néstor Garcia. **Consumidores e cidadãos**: conflitos multiculturais da globalização. 7. ed. Rio de Janeiro. Editora UFRJ, 2008.

CAPPARELLI, Sérgio. Infância digital e cibercultura. In: PRADO, José Luiz Aidar (Org.). **Crítica das práticas midiáticas**: da sociedade de massa às ciberculturas. São Paulo: Hacker Editores, 2002.

CARLSSON, Ulla, FEILITZEN, Cecília Von (Orgs). **A criança e a violência na mídia**. São Paulo: Cortez, 2000.

CERTEAU, Michael de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

CÉSAR, Maria Rita de Assis. **A invenção da adolescência no discurso psicopedagógico**. São Paulo: Editora Unesp, 2008.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2006.

CHARLOT, Bernard. **Da relação com o saber: elementos para uma teoria**. Porto Alegre: Artemed, 2000.

CHRISTOFOLETTI, Rogério.; MOTTA, Luiz Gonzaga (Org.). **Observatórios de mídia: olhares da cidadania**. São Paulo: Paulus, 2008. (Coleção Comunicação).

CORREIA, João Carlos. **O poder do jornalismo e a mediatização do espaço público**. Covilhã: Universidade da Beira Interior, 1998. (Série Estudos em Comunicação).

COSTA, Antônio Carlos Gomes.; PAULA, Paulo Afonso Garrido de.; MARÇURA, Jurandir *et al.* (Orgs). **Estatuto da criança e do adolescente comentado: comentários jurídicos e sociais**. 5. ed. Revista e atualizada. São Paulo, 2002.

COSTA, Belarmino César Guimarães. **Estética da Violência: jornalismo e produção de sentidos**. Campinas: Autores Associados. Piracicaba: UNIMEP, 2002.

DIMENSTEIN, Gilberto. **O cidadão de papel**. São Paula: Ática, 1995.

FAUSTO NETO, Antônio. **Comunicação e mídia impressa – estudo sobre a AIDS**. São Paulo: Hacker Editores, 1999.

FEILITZEN, Cecília Von.; CARLSSON, Ulla (Orgs). **A criança e a mídia**. São Paulo: Cortez, 2002.

FEILITZEN, Cecilia Von.; BUCHT, Catharina. **Perspectivas sobre a criança e a mídia**. Brasília, Df: UNESCO/SEDH/MJ, 2002.

FONTES JÚNIOR, João Bosco Araújo. **Liberdade e limites na atividade de rádio e televisão:** teoria geral da comunicação social na ordem jurídica e no direito comparado. Belo Horizonte: Del Rey, 2001.

FRANÇA, Vera Regina Veiga. Construção Jornalística e dizer social. In: PORTO, Sérgio Dayrell (Org). **Jornal:** da forma ao sentido. 2. ed. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 2002.

GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana.** 14 2d. Petrópolis: Vozes, 2007.

GUAZINA, Liziane. **O conceito de mídia na comunicação e na ciência política:** Desafios Interdisciplinares. Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom, 4. Porto Alegre, 2004.

GREGOLIN, Maria do Rosário (Org.) **Discurso e mídia:** a cultura do espetáculo. São Carlos: Claraluz, 2003. (Coleção Olhares Oblíquos).

GREGOLIN, Maria do Rosário (Org.) **Análise do discurso:** as materialidades do sentido. 3. ed. São Carlos: Claraluz, 2007. (Coleção Olhares Oblíquos).

HERNANDES, Nilton. **A mídia e seus truques:** o que o jornal, revista, TV, rádio e internet fazem para captar e manter a atenção do público. São Paulo: Contexto, 2006.

KRAMER, Sônia, LEITE, Maria Isabel (Orgs.) **Infância:** fios e desafios da pesquisa. Campinas: Papirus, 1996.

LIMA, Venício. A. **Mídia:** teoria e prática. 2. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2007.

LUHMANN, Niklas. **A realidade dos meios de comunicação.** São Paulo: Paulus, 2005.

MARCONDES FILHO, Ciro. **O capital da notícia:** o jornalismo como produção social da segunda natureza. São Paulo: Ática, 1989.

MAFFESOLI, Michel. **A contemplação do mundo.** Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1995.

MAFFESOLI, Michel. **O conhecimento comum:** introdução à sociologia compreensiva. Porto Alegre: Sulina, 2007. (Coleção Imaginário Cotidiano).

MINAYO, Maria Cecília. O conceito de representações sociais dentro da sociologia clássica. In: GUARESCHI, Pedrinho A. e JOVCHELOVITCH, Sandra. (org.). **Textos em representações sociais**. 10. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

NEVEU, Érik. **Sociologia do jornalismo**. São Paulo: Loyola, 2006.

PAIS, José Machado. **Vida Cotidiana: enigmas e revelações**. São Paulo: Cortez, 2003.

PEREIRA, Wellington. A comunicação e a cultura no cotidiano. **Revista Famecos**. V. 32, 2007, p. 66-70. Disponível em: <http://www.pucrs.br/famecos/pos/revfamecos/32/wellington_pereira.pdf>. Acesso em 20 ago. 2008.

PEREIRA, Wellington. A nova escrita jornalística como leitura do cotidiano. In: **Culturas Midiáticas**. João Pessoa, n. 1, jul/dez, 2008.

PILOTTI, Francisco. RIZZINI, Irene.(Orgs). **A arte de governar crianças: a história das políticas públicas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. Rio de Janeiro: Amaiz, 1995.

PINTO, Milton José. **Comunicação e discurso: introdução à análise de discursos**. São Paulo: Hacker Editores, 2002.

SILVA, José Fernando da. **Crianças e adolescentes na mídia: uma relação conflituosa**. In: Cadernos Abong, n. 29; nov/2001.

SILVERSTONE, Roger. **Por que estudar a mídia?** São Paulo: Loyola, 2002.

SODRÉ, Muniz Werneck. **História da imprensa no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

SOUSA, Jorge Pedro. **Teorias da notícia e do jornalismo**. Chapecó: Argos, 2002.

TEDESCO, João Carlos. **Paradigmas do cotidiano: introdução à constituição de um campo social de análise social**. Passo Fundo: UPF, 2003.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia**. São Paulo: Petrópolis, 1998.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo**. Porque as notícias são como são. Florianópolis: Insular, 2005a. Vol. 1.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo**. A tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional. Florianópolis: Insular, 2005b. Vol. 2.

VILHENA, Oscar Vieira. (Org.). **Direitos Humanos: normativa internacional**. São Paulo: Max Limonad, 2001.

VIZEU, Alfredo. **A sociedade do telejornalismo**. Petrópolis: Vozes, 2008.

MATÉRIAS ANALISADAS

ALVES, Alex. Drogas e prostituição em Tambaú. **Jornal O Norte**. João Pessoa, 26 de outubro de 2007.

ASEVÊDO, Flávio. Juíza proíbe meninos na rua após 22h. **Correio da Paraíba**. João Pessoa, 22 de outubro de 2008.

BERNARDO, Alessandra. Doenças do verão aumentam internações em 80%. **Correio da Paraíba**. João Pessoa, 28 de outubro de 2007.

BERNARDO, Alessandra. Vara tem 3 mil processos contra adolescentes. **Correio da Paraíba**. João Pessoa, 11 de julho de 2008.

BRITO, Paula. Menores passam até 10 horas em semáforo para ganhar um salário. **Jornal da Paraíba**. João Pessoa, 05 de julho de 2008.

CIRINO, Thaís. Eca completa sua maioridade. **Jornal O Norte**. João Pessoa, 13 de julho de 2008.

COSTA, Ângela. Crianças continuam arriscando vida em semáforos da Capital. **Correio da Paraíba**. João Pessoa, 03 de julho de 2007.

FERNANDES, Cristina. Sentinela reúne famílias para comemorar o Dia da Criança. **Correio da Paraíba**. João Pessoa, 08 de outubro de 2007.

FRANCA, Damásio. Adolescente é apreendido com revólver e munições na Capital. **Correio da Paraíba**. João Pessoa, 20 de outubro de 2008.

FORMIGA, Katiúscia. Menino tenta violentar criança em CG. **Correio da Paraíba**. João Pessoa, 24 de julho de 2007.

FORMIGA, Katiúscia. PRF faz blitz par impedir ação de adolescentes vândalos nas estradas. **Correio da Paraíba**. João Pessoa, 05 de julho de 2007.

HONORATO, Bartolomeu. PB registrou 394 denúncias de crime sexual. **Jornal da Paraíba**. João Pessoa, 18 de outubro de 2008.

LACERDA, Alex. Mendicância na Rodoviária de João Pessoa vai ser combatida. **Jornal O Norte**. João Pessoa, 18 de outubro de 2008.

LINS, Aline. Cresce índice de trabalho infantil na Paraíba. **Jornal da Paraíba**. Jornal O Norte. 03 de outubro de 2007.

LINS, Aline. Impunidade dificulta combate à exploração. **Jornal da Paraíba**. João Pessoa, 11 de julho de 2008.

MAIOR, Suetoni Souto. TORRES, Beth. Meninos chegam à adolescência envolvidos com tráfico e drogas. **Jornal da Paraíba**. João Pessoa, 28 de outubro de 2007.

MARCHEZAN, Esdras. Crianças que recebem bolsas do Peti trabalham no 'lixão' de CG. **Jornal da Paraíba**. João Pessoa, 10 de julho de 2007.

MARCHEZAN, Esdras. Adolescentes mascarados assaltam e impõem medo em bairro de Campina Grande. **Jornal da Paraíba**. João Pessoa, 27 de outubro de 2007.

MEDEIROS, Fernanda. Crianças em risco retiradas da rua. **Jornal O Norte**. João Pessoa, 31 de outubro de 2008.

MEIRELES, Lucilene. MP processa 100 pais em Sapé. **Jornal O Norte**. João Pessoa, 03 de outubro de 2007. MEIRELES, Lucilene. Vendas no comércio devem aumentar 8%. **Jornal O Norte**. João Pessoa, 09 de outubro de 2008.

SANTOS, Aline. Mais de mil crianças são vítimas do trabalho infantil na capital. **Jornal da Paraíba**. João Pessoa, 01 de julho de 2008.

SANTOS, Jacqueline. Consumo de droga faz crescer criminalidade. **Jornal da Paraíba**, João Pessoa, 19 de outubro de 2008.

SANTOS, Luzia. Operação da PRF recolhe crianças nas rodoviárias da PB. **Jornal da Paraíba**. João Pessoa, 16 de outubro de 2007.

SANTIAGO, Henriqueta. Diarréia interna 2 crianças a cada hora. **Correio da Paraíba**. João Pessoa, 07 de outubro de 2007.

SANTIAGO, Henriqueta. Adolescente teria matado mais de 10. **Correio da Paraíba**. João Pessoa, 20 de julho de 2008.

SOUSA, José de. Adolescente confessa assassinato. **Jornal O Norte**. João Pessoa, 22 de julho de 2008.

TAVARES, Alexsandra. Sonhos em cartas. **Jornal O Norte**. João Pessoa, 07 de outubro de 2007.

TAVARES, Alexsandra. Espaço para lazer e para novos amigos. **Jornal O Norte**. João Pessoa, 01 de julho de 2007.

TAVARES, Alexsandra. 5 mil crianças trabalham nas ruas. **Jornal O Norte**. João Pessoa, 13 de julho de 2007.

APÊNDICE - DETALHAMENTO DAS MATÉRIAS ANALISADAS

Data	Caderno	Título	Repórter
01.07.07	Dia-a-dia - B1	Espaço para lazer e novos amigos	Alexsandra Tavares
13.07.07	Dia-a-dia - B5	5 mil crianças trabalham nas ruas	Alexsandra Tavares
03.10.07	Dia-a-dia - B3	MP processa 100 pais em Sapé	Lucilene Meireles
07.10.07	Dia-a-dia - B3	Sonhos em cartas	Alexsandra Tavares
13.07.08	Geral - A 10	Eca completa sua maioridade	Thaís Cirino
22.07.08	Policial - B3	Adolescente confessa assassinato	José de Sousa
09.10.08	Dia-a-dia - B3	Vendas no comércio devem aumentar 8%	Lucilene Meireles
18.10.08	Dia-a-dia – B4	Mendicância na Rodoviária de João Pessoa vai ser combatida.	Alex Lacerda
26.10.08	Dia-a-dia - B3	Drogas e prostituição em Tambaú	Alex Alves
31.10.08	Dia-a-dia – B1	Crianças em risco retiradas da rua	Fernanda Medeiros

1 - Matérias analisadas do Jornal O Norte

Data	Caderno	Título	Repórter
10.07.07	Cidades 2	Crianças que recebem bolsas do Peti trabalham no 'lixão' de CG	Esdras Marchezan
03.10.07	Cidades 1	Cresce índice de trabalho infantil na Paraíba	Aline Lins
16.10.07	Cidades 4	Operação da PRF recolhe crianças nas rodoviárias da PB	Luzia Santos
27.10.07	Cidades 4	Adolescentes mascarados assaltam e impõem medo em bairro de Campina Grande	Esdras Marchezan
28.10.07	Cidades 3	Meninos chegam à adolescência envolvidos com tráfico e drogas	Soutoni Souto Maior, Beth Torres
01.07.08	Cidades 1	Mais de mil crianças são vítimas do trabalho infantil na capital	Aline Santos
05.07.08	Cidades 2	Menores passam até 10 horas em semáforo para ganhar um salário	Paula Brito
11.07.08	Cidades 4	Impunidade dificulta combate à exploração	Aline Lins
18.10.08	Cidades 1	PB registrou 394 denúncias de crime sexual	Bartolomeu Honorato
19.10.08	Cidades 1	Consumo de droga faz crescer a criminalidade	Jacqueline Santos

2 - Matérias analisadas do Jornal da Paraíba

Data	Caderno	Título	Repórter
03.07.07	Cidades B3	Crianças continuam arriscando vida em semáforos da Capital	Ângela Costa
05.07.07	Cidades B4	PRF faz blitz par impedir ação de adolescentes vândalos nas estradas	Katiúscia Formiga
24.07.07	Cidades B5	Menino tenta violentar criança em CG	Katiúscia Formiga
07.10.07	Geral A11	MP lança amanhã campanha contra exploração sexual	
07.10.07	Cidades B1-B3	Diarréia interna 2 crianças a cada hora	Henriqueta Santiago
08.10.07	Cidades B3	Sentinela reúne famílias para comemorar o Dia da Criança	Cristina Fernandes
28.10.07	Cidades B6	Doenças do verão aumentam internações em 80%	Alessandra Bernardo
11.07.08	Cidades B1	Vara tem 3 mil processos contra adolescentes	Alessandra Bernardo
20.07.08	Cidades B8	Adolescente teria matado mais de 10	Henriqueta Santiago
20.10.08	Últimas A8	Adolescente é apreendido com revólver e munições na Capital	Damásio franca
22.10.08	Cidades B1	Juíza proíbe meninos na rua após 22h	Flávio Asevêdo

3 - Matérias analisadas do Correio da Paraíba

ANEXO – RECORTE DOS JORNAIS ANALISADOS

O NORTE

Edição: Luis Canevara (lucanor@paulinordeste.com.br)

Redação: (081) 4009-0800 e 4009-1000

JOÃO PESSOA, TERÇA-FEIRA, 22 DE JULHO DE 2008

MORTE DE ADVOGADO Menor apreendido em João Pessoa revela que ganharia R\$ 150,00 para fazer programa

Adolescente confessa assassinato

Menor conheceu advogado na Rua da Areia através de uma amiga

Na madrugada de ontem, policiais da Delegacia de Vigilância Geral da Capital (DVG) apreenderam o menor P.A.S. na residência de seus pais no Bairro Roger, em João Pessoa. O adolescente confessou a autoria do crime e levaram os motivos que o levaram a praticar o assassinato.

CONTATO EM BAR
O adolescente foi apresentado à imprensa na manhã de ontem na Central de Polícia. O delegado Isaias Dantas Albuquerque, titular de Vigilância Geral, afirmou que o menor contou que conheceu Felizardo Toscano em um bar na Rua da Areia.

ROUBO
“O menor disse que se recusou a ser passivo na relação e, após luta corporal, usou uma faca da casa do próprio advogado para atingi-lo pelas costas”, explicou o delegado. O delegado disse que não há indícios de que uma terceira pessoa tenha estado presente.

O adolescente confessa ter matado o advogado depois de querê-lo se unir com a Rua da Areia, no Centro da cidade.

MAIS
EM BOBACONGÓ
Homem morre em confronto com a polícia
No bairro de Bobacongô, nas proximidades do Parque Tecnológico da Paraíba, em Campina Grande, Luciano Diniz Santos, de 28 anos, que residia no loteamento Novo Bobacongô, foi morto durante uma troca de tiros com policiais militares. O fato ocorreu na manhã de ontem. Conforme informações da Polícia Militar, populares acusaram o Capote informante que havia dois homens saindo em via pública e usando roupas suspeitas. Na saída das PMs, ao chegar no local a viatura teria sido recebida a bala. Os policiais contaram que receberam e mataram um dos homens.

Fonte: Jornal O Norte, 22 de julho de 2008

O NORTE

Dia-a-dia

JOÃO PESSOA, QUARTA-FEIRA, 3 DE OUTUBRO DE 2007

ENSINO ESCOLAR Alunos entre 7 e 14 anos que deixaram de ir à escola já vinham sendo acompanhados pelo Ministério

MPPE processa 100 pais em Sapé

Cerca de 100 pais que permitiram a evasão escolar dos filhos de 7 a 14 anos de idade, no município de Sapé, serão processados pelo Ministério Público Estadual. A medida foi tomada porque muitos evasidos nesta faixa etária, apesar de matriculados na rede pública de ensino, abandonaram a sala, e os pais não os acompanharam a voltar para a escola. O caso está sendo processado pela promotora da Infância e Juventude da Comarca de Sapé, Fabiana Lobo. A ação já vinha sendo acompanhada pelo MPPE, que realizou uma campanha educativa para a prevenção da evasão escolar. Em um levantamento realizado nas escolas públicas do município, que tem cerca de 100 km de João Pessoa, constatou-se que mais de cem pais não compareceram às reuniões escolares.

Vigilância fiscaliza barracas que vendem açaí para prevenir doença de Chagas
Cerca de 15 estabelecimentos já foram inspecionados e nenhum foi autuado

Fernando Medeiros
fernando.medeiros@paulinordeste.com.br

Cerca de 15 estabelecimentos de João Pessoa foram inspecionados pela Gerência de Vigilância Sanitária (GVS) de João Pessoa. O motivo é uma fiscalização nos pontos de venda de açaí para prevenir o risco da transmissão da doença de Chagas. “Nenhum ponto comercial está sendo fechado ou multado. Eles estão sendo orientados como comercializar o açaí para evitar que aconteça o que ocorreu no Estado de São Paulo”, afirmou o chefe da GVS, Fernando Medeiros.

(Atenção) é que as agências de vigilância nos estados verificaram se o produto é realmente pasteurizado. No período de janeiro de 2005 a agosto de 2007, o Ministério da Saúde registrou 170 casos e 10 mortes de doença de Chagas no país relacionados ao consumo do caldo de cana e do açaí, principalmente, nos estados de Santa Catarina, Bahia e no região Norte. No Nordeste nenhum caso recente da doença foi registrado. De acordo com Juliana, é comum que o monogástrico baiano

Curadoria da Infância e Juventude quer retirar todas as crianças com dependência química das ruas de João Pessoa

Fonte: Jornal O Norte, 03 de julho de 2007

Conivência com a venda,
consumo de drogas e a pros-
tituição. Esta é a realidade na
cidade de comerciantes e mora-
dores da ilha de Tambi em
Pesso esta tendo de se
de acordo com eles,
situação não apenas está afas-
turistas, mas gerando
um dos que têm de traba-
e residir na proximida-
da. A polícia está con-
doing-nos para minimi-
a situação, mas, apesar da
esta prisão de traficantes
comandantes, a condição de
situação permanece.

A situação aqui é crítica. É
se vergonha tudo que pre-
camos aqui, precisamos
um combate sistemático,
a ilha de Tambi está vi-
vendo um amor de prostitui-
e de drogas. Como se
se trazer o turismo para
desse?", questionou
comandante de Defesa, Mário
que, trabalha nas pro-
midades do Centro Turis-
ta de Tambi.

Alguns dizem que a situação



Comerciantes denunciam que comercialização de drogas e prostituição são realizadas em plena luz do dia no

Fernanda Medeiros
fernandamedeiros@uol.com.br

O Corpo de Bombeiros, através do Setor de Estatística, apresenta uma boa notícia: cai índice de incêndio nas matas da Paraíba. O ano passado foram registrados 532 focos. Este ano, até o mês de setembro, foram 187. O que mais provoca fogo é o lixo jogado em local errado. "As pessoas, às vezes vão passando nas estradas e sacodem resto de cigarro aceso no mato seco, que é o bastante para iniciar um fogo", alertou o tenente Lucas Severiano de Lima, do setor de estatística do

so contribui muito para as queimadas.

De acordo com os dados do Corpo de Bombeiros, os meses mais críticos são janeiro, fevereiro e no segundo semestre, setembro, outubro, novembro e dezembro. No ano passado, por exemplo, são nos 60 primeiros dias de 2006, aconteceram 269 incêndios, quase metade das incidências ocorridas durante todo o ano.

Neste ano, continuando essa tendência estival, Campos Grande ganhou no número de incêndios provocados nos matas. Em janeiro, os registros ocorreram 34 focos ativos, 14 registrados em João Pinheiro.

Em fevereiro, em Campos

Fonte: Jornal O Norte, 26 de outubro de 2008

A10
 13 DE JULHO DE 2006

12a PERGAM. DOMINGO 13 DE JULHO DE 2008

DIREITOS E GARANTIAS Há 18 anos nasce o Estatuto da Criança e do Adolescente, com ele muitas críticas e tra

Thais Crime

Quando foi criado, em 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) marcou um marco na luta pela garantia dos direitos a crianças e adolescentes brasileiros. Hoje, 18 anos depois, o ECA continua recebendo críticas sobre sua implantação; bem se fortemente devido por sua colaboração; e ainda é desconhecida maior parte dos brasileiros.

Se eu falar no Estatuto, vou conhecer tudo dele. O que protege o menor, afirma o vendedor piratas, Mateus, que como o ECA, continua em 2008. Sem falar o teor do documento. Um jovem alega que recusou o Estatuto porque, para ele, o relacionamento aos menores em uma lei.

Documento ainda é desconhecido de muitos dos jovens e crianças que são defendidos por ele.

Ele reconhece que muitos se aproveitam do Estatuto para praticar crimes sem ser punidos, mas também acredita que boa parte dos jovens pode ser retirada da violência por intermédio da Legislação. "Todos nós temos direitos e deveres. Eu, por exemplo, sei que deveria estar estudando em vez de trabalhar, mas preciso ajudar a sustentar minha família. Não tive outra escolha", resigna-se o adolescente.



Defensores do ECA afirmam que há chances da cidadania para crianças e adolescentes se a legislação for seguida e colocada em prática.

Fonte: Jornal O Norte, 13 de julho de 2008

B4

JOÃO PESSOA, SÁBADO, 18 DE OUTUBRO DE 2008

Dia-a-Dia

MENORES E PEDINTES PMs que fazem monitoramento do local estão cadastrando menores que perambulam pelo Terminal e controlando a ação dos mendigos

Mendicância na Rodoviária de JP vai ser combatida

Associação de Locatários da Rodoviária pediram mais segurança

PMs fazem esquema de segurança em local sendo implantado no Terminal Rodoviário de João Pessoa. Desde o início da semana, policiais militares que fazem o monitoramento do local estão impedindo que pessoas de rua sejam ouvidas e resgatadas. O esquema dos moradores que se encontram no local, a ação foi implantada após uma reunião entre representantes da Associação de Locatários da Rodoviária e a Polícia Militar.

Integrante da associação, Reginaldo destacou que a situação dos locatários dos boxes era similar. "O pessoal chegava dentro dos estabelecimentos comerciais e abordava a pessoa do mesmo jeito que nos guichês. Se a segurança não tivesse sido organizada para coibir estes atos, ficaria impossível de transitar na rodoviária se correr o risco de ser assaltado", complementa.

Josemilda Freire, que trabalha como atendente de caixa, afirmou Nobre.

Segundo representantes da Associação, era possível en-

Parabenizo a classe Médica 18 de Dia do Realismo



Policiais militares circulam durante todo dia nos guichês do Terminal Rodoviário da Capital

Fonte: Jornal O Norte, 18 de outubro de 2008

DIA-A-DIA

JOÃO PESSOA Força-tarefa do Ministério Público e polícias Civil e Militar percorreu ruas do Varadouro e Centro

Crianças em risco retiradas da rua

Este tipo de operação deveria ocorrer sempre, porque a gente não suporta mais ser abordado por esses menores que vivem se drogando

Um homem que não tinha documentos e estava com uma adolescente foi conduzido até a Central de Polícia. Alguns comerciantes e pessoas que passaram na ocasião aplaudiram a atitude da polícia. "Este tipo de operação deveria ser feito sempre. A gente não suporta mais ser abordado por esses meninos e meninas que vivem se drogando. Quando a gente não dá dinheiro, eles levam o que podem. E o pior é que não é só aqui. Há muitos locais em João Pessoa que está deste jeito", disse a promotora de vendas, Suzana Albuquerque.

No Parque Solon de Lucena, um microônibus da Polícia Militar e mais três viaturas da Civil e Militar levaram as crianças, adolescentes e jovens em situação de risco, consumindo tiner ou cola e sem documentos. Cerca de dez foram retiradas do local. "Todos vão ser conduzidos para averiguação. Os que estão sem registro, veremos se eles têm documentos e chamaremos os responsáveis. O Conselho Tutelar vai acompanhar os casos específicos", disse o delegado da Infância e Juventude, Luiz de Barros Pessoa.

Uma situação de risco, quando a criança, portando maquiagem para consumo, dormindo ao relento, fora da escola. Este perfil das crianças e adolescentes que foram encontrados durante uma operação que contou com 30 pessoas entre policiais militares, Ministério Público, Juizado da Infância e Adolescência e Conselho Tutelar. Até o final da manhã, foram retiradas das ruas 14 crianças e adolescentes, e uma delas, de 12 anos, estava portando maquiagem para consumo. A primeira para o Mercado Modelo, no Varadouro, local tendo com Ciroclon



Fonte: Jornal O Norte, 21 de outubro de 2008

Dia a dia
O NORTE

Editora: Francine Gouveia (fgouveia@jornalnorte.com.br) Redação: (51) 4005-5000 e 4005-5111

JOÃO PESSOA, SEXTA-FEIRA, 13 DE JULHO DE 2007 B5

JOÃO PESSOA No dia em que se comemoram os 17 anos do ECA, os números não disfarçam uma triste realidade

5 mil crianças trabalham nas ruas

Alexandra Tavares
alexandra@jornalnorte.com.br



Cerca de 5 mil crianças e adolescentes trabalham ou vivem nas ruas de João Pessoa, submetidos a situações de risco

Idosos reclamam que não têm preferência no serviço de entrega de remédios

Denúncia foi feita contra o Centro Estadual de Medicamentos Excepcionais

Lucilene Meireles
lucilene@jornalnorte.com.br

Idosos que procuram diariamente os serviços do Centro Estadual de Dispensação de Medicamentos Excepcionais (CED MEX), antigo Nusep, estão insatisfeitos com a ausência de filas específicas para eles. A aposentada Clotilde Barros, de 72 anos, contou que veio ao atendimento de Cabedelo em

critério Geraldo Almeida está analisando duas alternativas para melhorar o atendimento. A primeira seria a instalação do serviço nos centros de referência, para que os transplantados pudessem retirar seus medicamentos sem precisar recorrer ao CED MEX. Outra opção seria a distribuição do medicamento em domicílio, nos moldes do projeto desenvolvido pelo ex-

Fonte: Jornal O Norte, 13 de julho de 2007

Espaço para lazer e novos amigos

Alexandra Tavares
alexandra@jornalnorte.com.br

Tão importante quanto a inserção em uma rotina escolar, o período de lazer para crianças e jovens é essencial para que eles renovem as energias. Uma das opções neste mês de julho são as colônias de férias. Segundo o gerente do Serviço Social do Comércio da Paraíba (Sesc) Gravata, Edilei Luiz Santos, neste tipo de programa os jovens têm a opção de fazer novas amizades, praticar esportes, melhorar a sociabilidade e aprender atividades diferentes.

As crianças mudam a rotina e desenvolvem a sociabilidade. Muitas fazem amizades permanentes e aprendem informações sobre ecologia, além de ter mais contato com o meio ambiente. Ainda participam de oficinas culturais", frisa.

Intitulado "Brincando nas Férias", o projeto do Sesc Gravata é voltado a crianças com idade até 13 anos. Um dos pontos relevantes é que o local dispõe de uma área de Mata Atlântica. Edilei Santos frisa que na mata, eles adquirem

Crianças aprendem a preservar o meio ambiente durante período de férias escolares

uma consciência ambiental, como, por exemplo, a preservação da natureza e ainda aprendem a se localizarem geograficamente através do uso de mapa e bússola.

Outra opção de colônia de férias em João Pessoa é no Esporte Clube Cabo Branco, na Capital. No programa "Brincando nas Férias com os Tios: Zé Hugo, Ricardo, Marcelo e Elizângela" as crianças têm duas semanas de lazer, que vão de 8 a 20 de julho. Segundo os organizadores, o objetivo é proporcionar aos participantes atividades recreativas, esportivas e culturais.

No local, as crianças têm a oportunidade de aproveitar a área com piscina, quadras de esporte, campo e ginásio. Nas atividades lúdicas e culturais elas ainda podem contar com oficinas, gincanas, além de brincadeiras com mágicos e palhaços. Dentre os passeios realizados estão visitas ao Porto de Cabedelo e Forte de Santa Catarina.

INSCRIÇÕES

No Sesc Gravata, situado no bairro do Valentina Figueiredo, a Colônia de Férias "Brincando nas Férias" oferece várias atividades, disponibilizando vagas para 150 participantes. As inscrições estão abertas até 14 de julho e o período de lazer vai do dia 16 a 20. As taxas de inscrição são de R\$ 50 para filhos de comerciários e R\$ 100 para conveniados e usuários. Para irmãos dos inscritos haverá desconto de 10%. Informações pelos telefones 3237-5253 e 3208-3162.

O Esporte Clube Cabo Branco fica situado em Miramar e o período de inscrição vai até o dia 6 de julho. Informações pelos telefones 3225-3855, 3244-0728 ou 9121-7573. Os sócios do ECCB têm abatimento.

SAIBA MAIS

Há nove anos morando em João Pessoa, o paulista Eleandro Geres Razan afirma que este será o terceiro ano que seus filhos, um casal de 11 e 9 anos de idade, vão participar de uma colônia de férias. Para ele, a semana em um ambiente ao ar livre é motivo de alegria para seus filhos.

De acordo com Eleandro Razan, a amizade que as crianças constroem nesta fase é tão espontânea e prazerosa, que o retorno para casa rende muitas lágrimas. "No último dia da colônia de férias há o momento de despedida. Em uma delas, as crianças colocam a música 'Amigos para Sempre' e começam a chorar porque não se separam. Em casa, elas mantêm contato com os colegas que fazem durante as férias. Hoje, como meus filhos estão prestes a retornarem à colônia, já estou ansioso para rever os amigos", confessa.

CONTINUA NA B2

Fonte: Jornal O Norte, 01 de julho de 2007



Fonte: Jornal da Paraíba, 28 de outubro de 2007



Fonte: Jornal da Paraíba, 19 de outubro de 2008

JORNAL DA PARAÍBA

PARAÍBA, SÁBADO, 18 DE OUTUBRO DE 2008

Cidades

Vestibular do Unipê oferece 3.200 vagas e inscrições começam no dia 27

■ Página 5

ANTO-JUVENIL/ As ocorrências de abuso e exploração foram de janeiro até 15 de outubro. Na capital, o Disque 100 recebeu 115 notificações

B registrou 394 denúncias de crime sexual

PAULINHEU HONORATO

Paraíba registrou 394 denúncias de abuso e exploração sexual contra crianças e adolescentes, no período de janeiro até 15 de outubro. Somente em João Pessoa, 115 ocorrências foram notificadas ao Disque 100, serviço de denúncias vinculado ao Departamento Especial dos Direitos Humanos (DEDDH) do Governo do Estado.

O Ministério Público do Trabalho (MPT) - 13ª Região lançou, há cerca de quatro meses, campanha "Exploração sexual e tráfico de crianças e adolescentes são crimes: Denuncie já". A assessoria de imprensa do MPT informou que a ação tem duas etapas para coibir o crime. A primeira foi assinar um Termo Ajustamento de Conduta (TAC) com empresários para que colocassem os cartazes da campanha, em bares, restaurantes e pousadas da capital.

A segunda etapa, iniciada semana passada, foi firmada parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Social (Sedes) para a instalação de



CAMPANHA
Cartazes contra a exploração sexual e tráfico de crianças e adolescentes

Fonte: Jornal da Paraíba, 18 de outubro de 2008

JORNAL DA PARAÍBA

CIDADES

EM CAMPINA/ Adolescentes abandonam salas de aulas e trabalham para ajudar a família

Menores passam até 10 horas em semáforos para ganhar um salário

■ **PAULA BRITO**

Sugestão do Leitor

Em troca de dinheiro, crianças e adolescentes passam o dia nos sinais de trânsito de Campina Grande limpando os pára-brisas dos carros. Eles ganham em média R\$ 30 por dia e ajudam nas despesas de casa. Segundo uma pesquisa do Programa Ruanda, da Prefeitura Municipal



Fonte: Jornal da Paraíba, 03 de outubro de 2007

JORNAL DA PARAÍBA

CIDADES

JEREMIAS E ARAXÁ/ Um grupo de adolescentes vem promovendo até 'toque de recolher'

Adolescentes mascarados assaltam e impõem medo em bairros de CG

■ **ESDRAS MARCHEZAN**

Meninos e meninas com idade entre 13 e 16 anos, utilizando capuzes e máscaras estão promovendo uma onda de medo nos bairros de Jeremias e Araxá, em Campina Grande, através de assaltos, roubos em residências e ameaças a moradores dos dois bairros. Os adolescentes costumam agir a serviço do tráfico de drogas, em busca de dinheiro para adquirir crack e maconha para o consumo próprio. Muitos deles chegam a determinar um toque de recolher depois das 18 horas, impedindo os moradores de saírem de casa. A situação foi denunciada à Curadoria da Infância e Juventude de Campina Grande por moradores dos locais que estão amedrontados com a ousadia dos adolescentes e a violência com que eles estão agindo nos dois bairros.

"São menores que decidem entrar no mundo do crime e não têm dinheiro para bancar o consumo de drogas, por isso passam a agir a serviço dos traficantes, roubando celulares, fazendo assaltos e assumindo postos no tráfico de drogas desses bairros. Isso é uma realidade que há algum tempo o Ministério Público vem denunciando, comunicando à polícia, mas as ações não tem sido suficientes. O que passamos a ver é o crescente número de homicídios envolvendo menores de 18 anos, a maioria deles relacionado a acerto de contas por causa do tráfico", explicou o promotor Herbert Targino.

Além desta denúncia, o promotor tomou conhecimento de que em bairros da zona leste, como José Pinheiro e Monte Castelo, há um grupo ligado ao crime que recruta menores de idade para fazer roubo de aparelhos celulares em troca de crack e maconha. Nos bairros de Jardim Continental, Bodocongó e Ramadinha, mulheres estão assumindo as bocas-de-fumo e utilizando meninos e meninas menores de 18 anos para venda de drogas e prostituição.

O promotor Herbert Targino explicou que vai repassar as informações referentes às denúncias às Polícias Civil e Militar e espera que as corporações possam agir efetivamente na elaboração de uma estratégia conjunta de ação para esses bairros.

Moradores amedrontados com a situação fizeram denúncia à Curadoria da Infância

Fonte: Jornal da Paraíba, 27 de outubro de 2007

JORNAL DA PARAÍBA

CIDADES

PARAÍBA, SEXTA-FEIRA, 11 DE JULHO DE 2008 **5**

SEXUAL/ Entidades alertam que não existe claramente na legislação punição para 'clientes'. Outro problema é a resistência de fazer denúncias

Impunidade dificulta combate à exploração

■ **ALINE LINS**

A impunidade para exploradores sexuais da criança e do adolescente ainda é um dos problemas mais graves apontados pelas autoridades, órgãos e entidades da sociedade civil organizada que combatem os crimes sexuais contra crianças e adolescentes. Ainda não existe claramente na legislação a tipificação dos "clientes" usuários da exploração sexual da criança e do adolescente, dificultando a punição dos acusados da prática desse tipo de crime, sem falar na resistência das pessoas a denunciarem.

Em 2007, a Secretaria de Desenvolvimento Social de João Pessoa (Sedes) recebeu 114 denúncias durante todo o ano. Quase esse quantitativo já foi registrado nos primeiros seis meses deste ano: 104 denúncias, ou seja, um aumento em torno de 96% em relação ao número registrado no mesmo período do ano passado (53 denúncias). Os dados foram fornecidos pela coordenadora do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas) Maria Salete Freitas Ribeiro. Em 2005, a Sedes de João Pessoa registrou 184 denúncias e em 2006, 148.

Na cidade de Sapé, onde recentemente a polícia e o Ministério Público desbarataram uma rede de exploração sexual infantil, a promotora de Justiça da Infância e Juventude Fabiana Lobo informou que o número de denúncias triplicou no município devido à conscientização da população através de campanhas e do engajamento das famílias no combate, através de denúncias. Este ano, na promotoria de Sapé, foram registrados mais de 10 casos de abuso sexual contra criança e adolescente, e muitas crianças continuam sendo exploradas sexualmente, segundo a promotora, embora a repressão tenha sido intensa.

Em comemoração aos 18 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) - Lei 8.069/90 - , no próximo domingo, a Assembleia Legislativa da Paraíba realizou na manhã de ontem sessão especial que faz parte de uma mobilização puxada pela Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente do Congresso Nacional.

Em seis meses, já foram registradas 104 denúncias na Secretaria de Desenvolvimento Social da capital



AL | Sessão debateu os 18 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente

Fonte: Jornal da Paraíba, 11 de julho de 2008

JORNAL DA PARAÍBA

Cidades

PARAÍBA, QUARTA-FEIRA, 3 DE OUTUBRO DE 2007

Comecem hoje as comemorações do centenário de monsenhor Vieira

Página 3

5 A 15 ANOS / Pesquisa revela que a PB saiu da 6ª colocação e ocupa hoje 3º lugar entre os Estados brasileiros; PRT combate a exploração

Cresce índice de trabalho infantil na Paraíba

ALINE LINS

A incidência do trabalho infantil na Paraíba agravou-se nos últimos anos em relação às demais unidades da federação. De 2004 a 2005, o Estado passou do 6º lugar para 3º lugar no ranking das localidades brasileiras com maior número de trabalhadores crianças e adolescentes na faixa de 5 a 15 anos, 96 perdendo para o Piauí e o Maranhão.

Em 2004, a taxa de ocupação de crianças e adolescentes na faixa de 5 a 15 anos, no Estado, era 10,94%, passando, em 2005, para 13,22%, segundo dados da PNAD/IBGE 2005. De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), em 2005 (com base em dados de 2004), o número de crianças e adolescentes trabalhadores na faixa de 5 a 15 era 194.133 na Paraíba.

Uma pesquisa do Fórum Estadual de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (Pepti) mostra que, em 2006, com base no ano de 2005, o Estado contabiliza 145.103 trabalhadores na faixa de 5 a 17 anos, conforme dados levantados pela professora doutora em Departamento de Psicologia da UFPA Maria de Fátima Pereira. Há uma diferença de faixa etária (5 a 17 anos), como expli-

Campos (DRT-PB), deve-se ao padrão utilizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) na construção das pesquisas. "Nas pesquisas mais recentes, o IBGE incluiu 16 e 17 anos", explicou Campos, que ainda não teve acesso ao resultado da pesquisa de 2006, publicada este ano.

Nacionalmente, a pesquisa do IBGE dá conta que o número de trabalhadores de 5 a 17 anos saltou de 5,3 milhões para 5,45 milhões no Brasil, de 2004 a 2005, um acréscimo de 150 mil. As regiões Nordeste e Sudeste respondem por 67,5% do total de crianças ocupadas no País, segundo dados de 2006 do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS). O Nordeste apresentou um aumento na taxa de crianças e adolescentes ocupados de 14,8% para 15,9%, no período de 2005 a 2006.

A Procuradoria Regional do Trabalho (PRT) vem atuando no combate ao trabalho infantil, mapeando o número de crianças trabalhadoras na região metropolitana de João Pessoa, atuando junto aos gestores municipais para formulação de políticas públicas e através de campanhas de erradicação do trabalho infantil, que traz sérios danos ao desenvolvimento psicossocial e intelectual, e não raras vezes à saúde

balho inadequadas. Nesse caso, os riscos são físicos, biológicos, químicos, ergonômicos, psicológicos e sociais. "O trabalho dignifica o homem, mas na idade certa para ele trabalhar", disse a procuradora-chefe do Trabalho, Maria Edlene Costa Lins.

Segundo a secretária adjunta de Desenvolvimento Humano do Estado, Isa Arroteas, além do Peti (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil), o governo combate o problema investindo em programas de qualificação profissional em parceria com o Ministério do Trabalho, expansão do ensino médio e ações da

Comissão Estadual do Peti (Ce-peti) e do Cendac. "O problema é que muitos adolescentes já têm garantido o Bolsa Família e não frequentam as oficinas do Peti. Isso é o que leva essas crianças à rua", disse Isa Arroteas.

UFPB tenta diagnosticar problemas

Pesquisas desenvolvidas pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB) têm tentado diagnosticar o trabalho infantil nos municípios paraibanos. Mas mesmo com a atuação da Procuradoria Regional do Trabalho (PRT) e do Peti, do trabalho infantil nos municípios paraibanos, apenas 111 (49,77%) responderam às solicitações e só 82 municípios enviaram dados. Os 29 restantes ou 26,12% dos que responderam declararam a incidência do trabalho de crianças e adolescentes.

O diagnóstico da pesquisa e os municípios revela que a grande maioria de trabalhadores encontrados na faixa de 7 a 14 anos, sendo a maioria começa a trabalhar em 7 e 10 anos. A reprovação escolar uma realidade entre as crianças trabalhadoras. A maioria encontra cursando o ensino fundamental e quanto maior o número de trabalhadores, maior o número de reprovações. O auditor fiscal da Receita Federal da Paraíba, Manoel Campos, lembrou que jovens só podem trabalhar a partir dos 16 anos, sendo que até 18 anos não podem exercer atividades

Setores que mais têm criança trabalhando a partir da análise dos dados colhidos em municípios da Paraíba pela PRT

SETORES	Nº	%
Agricultura	8.138	45,1
Serviço doméstico	3.659	20,3
Serviço	3.410	19,0
Comércio	1.875	10,4
Produção informal	532	3,0
Indústria	339	1,9
Extração/mineração	52	0,3
Total	18.025	100,0

Peti contempla 201 municípios

O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti) teve início na Paraíba em 1999, a partir de ações coordenadas pelo Ministério da Previdência Social, integrando diversos setores dos órgãos federais, estaduais e municipais, objetivando trabalhar na casa-de-açúcar e no sisal, estendendo-se aos trabalhadores precários das pedreiras de Junco do Seridó (1999/2000).

João Pessoa passou a ser contemplada com o Peti em 2000, priorizando crianças e adolescentes

que desenvolvem suas atividades nas ruas da cidade, como os flanelinhas, engraxates e feirantes. Em 2005, a Paraíba contava com 47.909 metas, atingindo 172 municípios. Já este ano, o número de metas é de 53.040, contemplando 201 municípios.

Fonte: Jornal da Paraíba, 03 de outubro de 2007

JORNAL DA GUARDA

Operação da PRF recolhe seis crianças nas rodovias da PB

LUZIA SANTOS

A "Operação Anjo da Guarda" da Polícia Rodoviária Federal (PRF) recolheu seis crianças de locais vulneráveis a prática de exploração sexual infantil às margens das rodovias federais da Paraíba. A ação realizada simultaneamente nos municípios da Grande João Pessoa, Alhandra, São Mamede, Pombal e Sousa, contou com a participação do Ministério Público Estadual e de Conselhos Tutelares. Para a retirada dos menores, a PRF contou com 22 policiais rodoviários, oito promotores públicos, cinco conselheiros tutelares.

As crianças estavam em locais vulneráveis a exploração sexual e em estabelecimentos que vendem

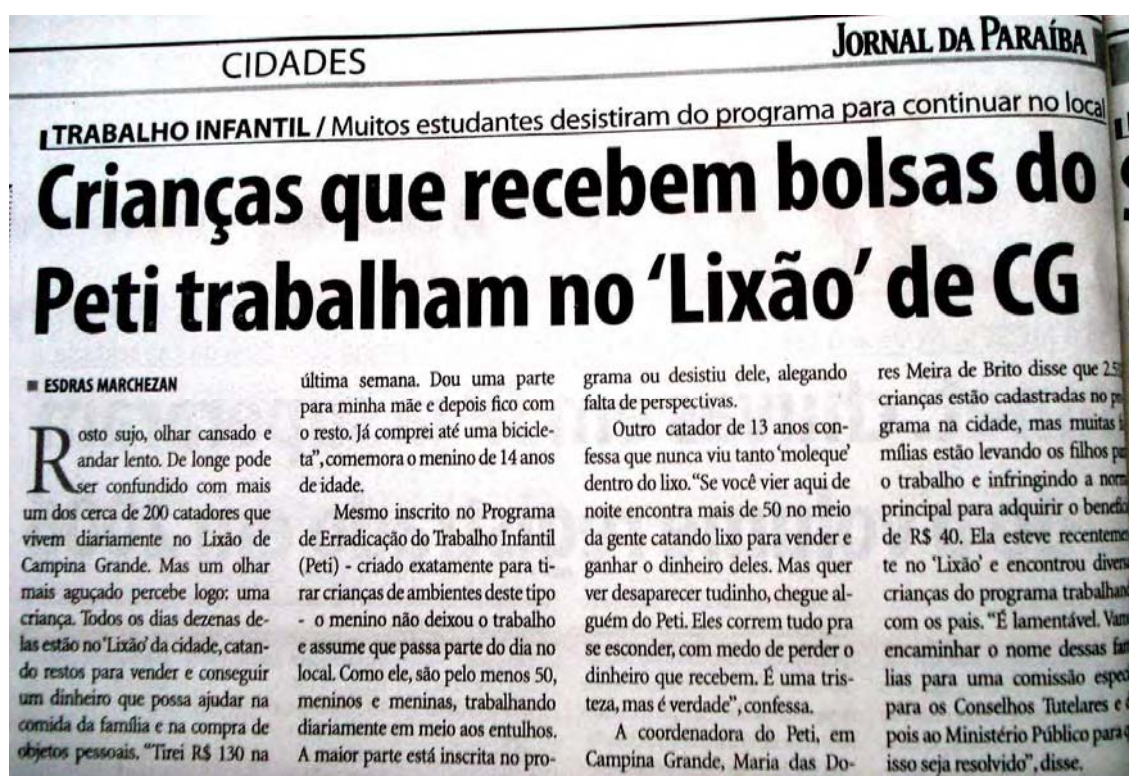
bebidas alcoólicas. Além da retirada dos menores, os policiais rodoviários prenderam a comerciante, Maria Goreti de Souza Pereira, 43 anos, que estava vendendo bebida alcoólica a menores, em um bar na cidade de Pombal. Os menores foram encaminhados para os Conselhos Tutelares. A ação foi desencadeada na última quinta-feira (11).

Ainda no feriadão, a PRF realizou a "Operação Nossa Senhora Aparecida" que iniciou à zero hora da sexta-feira e se estendeu até a meia-noite do domingo. Durante a operação foram registrados 33 acidentes, com sete pessoas gravemente feridas e dois óbitos. De acordo com os dados da Polícia Rodoviária, 60% das ocorrências aconteceram na BR-230, nos trechos compre-

didados entre as cidades de Cabedelo e Campina Grande.

Na BR-405, próximo ao município de Uiraúna, aconteceu o atropelamento de Alessandro da Cruz Ferreira, de 19 anos, que não resistiu aos ferimentos e faleceu. O jovem estava numa bicicleta quando foi colhido por um veículo, o motorista se evadiu sem prestar atendimento. O acidente aconteceu na sexta-feira. Já no domingo, a PRF encontrou próximo à passarela de Tibiri, em Santa Rita, no quilômetro 37,9 da BR-230, um corpo, sem identificação, de sexo masculino, aparentando ter 28 anos e 1,65 metro. O homem teria sido vítima de atropelamento, por uma caminhonete Ranger, de cor verde, placa MNO 4843/PB.

Fonte: Jornal da Paraíba, 16 de outubro de 2007



CIDADES

JORNAL DA PARAÍBA

TRABALHO INFANTIL / Muitos estudantes desistiram do programa para continuar no local

Crianças que recebem bolsas do Peti trabalham no 'Lixão' de CG

■ ESDRAS MARCHEZAN

Rosto sujo, olhar cansado e andar lento. De longe pode ser confundido com mais um dos cerca de 200 catadores que vivem diariamente no Lixão de Campina Grande. Mas um olhar mais aguçado percebe logo: uma criança. Todos os dias dezenas delas estão no 'Lixão' da cidade, catando restos para vender e conseguir um dinheiro que possa ajudar na comida da família e na compra de objetos pessoais. "Tirei R\$ 130 na

última semana. Dou uma parte para minha mãe e depois fico com o resto. Já comprei até uma bicicleta", comemora o menino de 14 anos de idade.

Mesmo inscrito no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti) - criado exatamente para tirar crianças de ambientes deste tipo - o menino não deixou o trabalho e assume que passa parte do dia no local. Como ele, são pelo menos 50, meninos e meninas, trabalhando diariamente em meio aos entulhos. A maior parte está inscrita no pro-

grama ou desistiu dele, alegando falta de perspectivas.

Outro catador de 13 anos confessa que nunca viu tanto 'moleque' dentro do lixo. "Se você vier aqui de noite encontra mais de 50 no meio da gente catando lixo para vender e ganhar o dinheiro deles. Mas quer ver desaparecer tudinho, chegue alguém do Peti. Eles correm tudo pra se esconder, com medo de perder o dinheiro que recebem. É uma tristeza, mas é verdade", confessa.

A coordenadora do Peti, em Campina Grande, Maria das Do-

res Meira de Brito disse que 25 crianças estão cadastradas no programa na cidade, mas muitas famílias estão levando os filhos para o trabalho e infringindo a norma principal para adquirir o benefício de R\$ 40. Ela esteve recentemente no 'Lixão' e encontrou diversas crianças do programa trabalhando com os pais. "É lamentável. Vamos encaminhar o nome dessas famílias para uma comissão especial para os Conselhos Tutelares e depois ao Ministério Público para que isso seja resolvido", disse.

Fonte: Jornal da Paraíba, 10 de julho de 2007

JORNAL DA PARAÍBA

Cidades

EXPLORAÇÃO/ Sedes diz que a maioria trabalha nas feiras ou nos semáforos praticando malabares

Mais de mil crianças são vítimas do trabalho infantil na capital

■ ALINE LINS

Mais de mil crianças estão sendo exploradas pelo trabalho infantil em João Pessoa. Segundo levantamento da Secretaria de Desenvolvimento Social da capital (Sedes), de cerca de 4.500 a 5 mil crianças, que poderiam estar sendo exploradas pelo trabalho infantil, 3.300 estão sendo acompanhadas pelo Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti) do governo federal, o que significa um déficit de pelo menos 1.200 crianças sem o benefício, sendo que a maioria delas está trabalhando em feiras, e outras ficam nos semáforos praticando malabares, limpando pára-brisas de carros, trabalhando como vendedoras de frutas ou mesmo pedindo esmolas.

O problema é que grande parte dessas crianças trabalhadoras irregulares, em situação de fragilidade social, é aliciada por adultos que exploram seu trabalho ou está nas ruas porque têm algum tipo de dependência química, especialmente em relação a drogas como cola e crack. "As crianças que estão sendo atendidas pelo Peti não estão nas ruas, em trabalho infantil", disse o secretário de Desenvolvimento Social, Alexandre Urquiza.

Ele advertiu que as crianças são exploradas, principalmente, nas feiras livres, na montagem das barracas durante a madrugada, e na montagem desses equipamentos que não há



SEM FISCALIZAÇÃO! Desemprego é o principal motivo que leva crianças às ruas de João Pessoa

vimento Social (Sedes), lança hoje, durante um café da manhã para a imprensa, a partir das 8h30, no Marinas Praia Hotel, uma campanha contra a exploração do trabalho infantil, com o tema "Crianças e adolescentes nas ruas, o que você tem a ver com isso?".

Para o secretário Alexandre Urquiza (Sedes), o desemprego é um dos principais motivos que levam essas crianças às ruas da capital, mas ele ressalta que grande parte delas vêm de municípios vizinhos e que, uma vez devolvidas às suas cidades, retornam à capital. Um dos objetivos da campanha é esclarecer à população que ela é responsável por essas crianças, tanto quanto a

nas ruas, pois esse dinheiro muitas vezes é usado para a compra de drogas, segundo afirmou Urquiza.

"A campanha tem como objetivo alertar as pessoas que muitas vezes acreditam que estão ajudando crianças e adolescentes que pedem algum dinheiro ou realizam algum tipo de trabalho na rua, como malabares ou limpar pára-brisas de carros, mas, sem querer, elas estão estimulando a continuidade desta prática", explicou o secretário, alertando também que a permanência dessas crianças e adolescentes nas ruas, além de prejudicar seu desenvolvimento intelectual e psicossocial, fora do convívio familiar, levam geralmente esses jovens à prática de

recursos à frequência da criança na escola, a manutenção do cartão de vacinação, dentre outras obrigações sociais. Em João Pessoa, 36.841 famílias recebem o benefício, que terá correção de 8% a partir deste mês de julho, segundo disse Urquiza. Além disso, a prefeitura só recebe complemento de recursos do Índice de Gestão Descentralizada (IGD) em torno de R\$ 80 mil por mês, para investimento material (atualização da estrutura e qualificação das famílias), mediante a realização de fiscalização e acompanhamento das famílias no que se refere à validação dos dados e da situação das famílias. "Estamos entre as seis cidades que melhor fazem esse tipo de acompanhamento, junto com

Fonte: Jornal da Paraíba, 01 de julho de 2008